

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA DE FILOSOFIA LETRAS E
CIÊNCIAS HUMANAS

ANA LÍDIA DE OLIVEIRA AGUIAR

ENTRE O COMÉRCIO INFORMAL E AS MARGENS DO
ILEGAL: PRÁTICAS DE TRABALHO NA RUA 25 DE MARÇO

GUARULHOS

2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA DE FILOSOFIA LETRAS E
CIÊNCIAS HUMANAS

ANA LÍDIA DE OLIVEIRA AGUIAR

ENTRE O COMÉRCIO INFORMAL E AS MARGENS DO ILEGAL:
PRÁTICAS DE TRABALHO NA RUA 25 DE MARÇO

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós Graduação em Ciências Sociais da
Universidade Federal de São Paulo como
requisito parcial para a obtenção do título
de Mestre em Ciências Sociais

Orientador: Prof. Dr. José Lindomar
Coelho Albuquerque

GUARULHOS

2013

Aguiar, Ana Lúcia de Oliveira

Título: Entre o Comércio Informal e as Margens do Ilegal: Práticas de trabalho na Rua 25 de Março / Ana Lúcia de Oliveira Aguiar. – Guarulhos, 2013.

197 p.

Dissertação (mestrado) em Ciências Sociais – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2013.

Orientador: José Lindomar Coelho Albuquerque.

Título em inglês: Between the Informal Market and the illegal Margins: work practices of the Rua 25 de Março

1. Informalidade 2. Fronteiras 3. Comércio 4. Trabalho 5. Cidade

I. Título

ANA LÍDIA DE OLIVEIRA AGUIAR

ENTRE O COMÉRCIO INFORMAL E AS MARGENS DO
ILEGAL: PRÁTICAS DE TRABALHO NA RUA 25 DE MARÇO

Guarulhos, 26 de agosto de 2013

Banca Examinadora:

Prof^ª Dr^ª Andrea Claudia Miguel Marques Barbosa
(PPGCS Unifesp)

Prof. Dr. Fernando Rabossi (PPGAS UFRJ)

Prof. Dr. José Lindomar Coelho Albuquerque (PPGCS Unifesp)

Suplentes:

Dr. Daniel Veloso Hirata (USP)

À sempre amiga Babi

AGRADECIMENTOS

A dedicatória e os primeiros agradecimentos dessa pesquisa não poderiam deixar de ser para minha querida amiga Babi, que tão cedo nos deixou com sua presença física, mas que continua, todos os dias, fazendo parte de minha vida, pois hoje sou um pouco do que ela me ensinou. Só a Babi sabe a força que pedia todos os dias para conseguir prosseguir na pesquisa, frequentando as aulas na Unifesp, algo que era muito difícil por não vê-la, uma presença tão constante na minha vida pessoal e acadêmica. Por toda a nossa trajetória desde 2007 agradeço profundamente por ter feito parte de sua jornada e ela da minha. Babi, além de ter sido minha crítica mais implacável nas produções acadêmicas, foi, sobretudo, uma das melhores pessoas que conheci. Pelos seus ideais e ensinamentos hoje sigo lutando pelo o que acredito, conciliando meu caminho na ciência e na militância por uma sociedade menos desigual. Por uma educação pública e de qualidade, pela valorização da periferia como produtora de sonhos, conhecimentos, felicidade. Meu eterno obrigada, por ainda ser parte da minha vida.

Aos meus pais que mesmo sem compreender muito bem o que são as Ciências Sociais e o meu trabalho, principalmente minha forma de trabalhar trocando as noites pelo dia, pelas leituras desenfreadas que muitas vezes me fizeram esquecer outras responsabilidades, sempre se dispuseram a ajudar e deram suporte para a concretização desta pesquisa. Agradeço também pelo incentivo de cada um deles e de meus familiares, que são muitos, por me fazer ir até a Rua 25 de Março mesmo quando estava nos meus dias mais cansados. Mas, afinal de contas, as encomendas que me faziam da rua não podiam esperar.

Também não poderia deixar de agradecer ao orientador dessa pesquisa, Professor Lindomar, pela extrema paciência, contribuições, cobranças e pelo apoio nos momentos difíceis que passei para que pudesse construir e encaminhar esta dissertação. Agradeço pela constante disponibilidade, e pelos ensinamentos. Uma parceria acadêmica que vem desde a graduação e que somente me fez crescer ao longo desses anos.

Agradeço ao restante de minha família, tios e tias, primos e primas, pelas companhias nas minhas caminhadas etnográficas, minha tia Jecerli pela disposição em me acompanhar nas feirinhas da madrugada. A cada um deles por me provocarem, pelo apoio, incentivo. Um obrigada especial ao meu tio Tarço e à Tia Bi que também nos deixaram nesses dois últimos

anos, mas que contribuíram desde sempre para a minha formação enquanto pessoa. Aos meus avós.

Agradeço aos amigos de sempre que nunca me abandonaram nessa jornada, mesmo que, muitas vezes, por compromissos acadêmicos eu os tenha abandonado. Agradeço às VAVs, Joyce, Clarissa, Namel, P, Paola, Priscila, Camila, por nunca desistirem de mim, mesmo que minha ausência em muitos momentos fizera-se constante. Agradeço a Cristina pelo incentivo.

Agradeço às melhores situações que a Unifesp me proporcionou, pelas pessoas que colocou em meu caminho. À Fernandinha Matos, amiga e guerreira que sempre me acolheu e que juntas nos demos suporte para aguentar a ausência da Babi. Agradeço por me escutar, por entender minhas reclamações, por ler minhas produções, pela militância juntas, pelos ensinamentos, pelas caminhadas fotográficas e etnográficas, pela defesa da Unifesp na periferia, pela sincera amizade. Agradeço pela pronta disponibilidade de me ajudar e de estar ao meu lado quando eu mais precisava. Aos seus pais e sobrinhos que sempre me acolheram e me fizeram dar muitas risadas.

À Clarissa Noronha, amizade mais antiga e sincera na Unifesp. Pelo suporte, reclamações, pelos choros e risadas compartilhados, pela troca de conhecimento e de angústias também, por que não? Agradeço pela compreensão que mesmo sem falar nada, já era o suficiente para me entender, agradeço pelas piadas e por me fazer entrar em razão algumas vezes.

À Ruth Guedes agradeço por me aguentar, por ouvir minhas inúmeras reclamações e por sempre me trazer Cup Cakes, mesmo que ultimamente estejam em falta. Agradeço pelas distrações nos meus momentos de maior crise, pela grande amizade.

Ao amigo Roger Camacho que sempre esteve disponível para me ouvir, mesmo quando não aguentava mais. Igualmente agradeço à Flávia Ralé que mesmo sumindo muitas vezes é muito importante.

Ao amigo Paulo Reis pela amizade, pela serenidade, pelo apoio e pela cordialidade em me conseguir umas visitas à Subprefeitura da Sé por intermédio de seu pai, o vereador Reis.

Às muitas outras amigades que se consolidaram nesses anos de Unifesp. À querida amiga Sarah que compartilhamos muitos interesses de pesquisa, pelos eternos ensinamentos, pelas revoltas compartilhadas, pela amizade. À Jessica Rodrigues pelas muitas risadas, ao

Luiz Barros pela seriedade, à Fabiana Junqueira pelo bom senso acadêmico, à Érika e Juliana pelas companhias visurbanas, à Jenifer Souza pela serenidade, ao Daniel Magno pelas piadas, à Natália Sugiyama pela compreensão, ao Lucas Vilela pela irmandade, à Paulinha Harumi pela calma, à Thaís A. Bernardes pelo apoio; à Carlota (Carla Nonato) pelas infundáveis conversas, compreensão das dificuldades, e busca por melhores caminhos para as nossas brigas pessoais, acadêmicas e políticas. A todos pelos famosos comandos de bar nos ares pimentenses. Agradeço a todos que se somaram a minha trajetória, sobretudo no último ano.

Aos novos amigos que o mestrado me trouxe, Ricardo e Walker, aos muitos outros que participaram de toda minha trajetória, Francisca Batista, Maristela dos Anjos, Mila, Ariane Lovo, Leandro Cescon, Carla, Carol Alvim. Agradeço a Eunice Cristina por me refugiar na sua sala na Unifesp onde desprendemos inúmeras conversas. Ao Roberto Sousa pela companhia no facebook nos meus momentos de crise na escrita da dissertação e pela amizade. À Patrícia Vieira, Rosinha pelo apoio e incentivo. Ao Alberto e Fernanda pelas caronas joseenses. Agradeço à Mariana Toledo e ao Pedro Pomar pela revisão atenta deste texto e sugestões, ao Fábio Silva pelo seu mapa e à Rose Guedes por ter me recorrido na tradução do resumo.

Agradeço à professora Andrea Barbosa que sempre me incentivou, contribuiu pelo meu crescimento, seja por meio do Visurb ou pelas nossas conversas pessoais.

Agradeço aos meus interlocutores, trabalhadores da Rua 25 de março e todos aqueles que se dispuseram a contribuir com a consolidação dessa pesquisa, agradeço pela confiança e pelos inúmeros ensinamentos.

Agradeço aos professores Janes Jorge pelas conversas e bibliografias, e a ele e ao professor Cleber Vieira por ajudarem a travar uma grande briga pela educação pública e de qualidade na periferia. Aos Professores Daniel Vazquez e Marineide Gomes que por esse mesmo compromisso e outros tantos que se colocaram na briga pela Unifesp.

À Capes pela concessão da bolsa e por acreditar na viabilidade desse projeto que desenvolvi com tanto envolvimento e seriedade na crença que pudesse contribuir para debates seguintes.

Por fim, agradeço ao Governo Federal dos últimos dez anos que por meio do seu programa de Reestruturação das Universidades (REUNI), que mesmo tendo muitos problemas, proporcionaram depois de muitos anos a expansão do ensino público superior,

sem o qual não estaria aqui e também não teria conseguido uma bolsa para realizar esta pesquisa.

*Não se sabe ao certo de onde eles vêm, eles estão no mundo todo, dando gás aos desavisados. São brancos,
negros, amarelos, gente de todas as cores, dores e lugares.
Aquarelas nos olhos enxergam o mundo colorido, apesar do preto e branco que impera.
Para eles, os sonhos são frágeis e ao menos toque de realidade podem se quebrar.
Presos à liberdade, riem do cotidiano.
Enquanto a maioria dorme, é essa gente que roda a manivela da humanidade.
Sérgio Vaz*

RESUMO

A Rua 25 de Março, na cidade de São Paulo, pode ser compreendida a partir do entrecruzamento de diversos trabalhos e mercados formais, informais e ilegais presentes no cotidiano. Nessa Rua circulam mercadorias e atores compondo uma extensa e complexa rede comercial que precisam assumir distintos modos de se organizarem e lidarem com as várias situações enfrentadas no espaço urbano. As múltiplas formas de trabalho apresentadas na rua estão inscritas no campo de uma economia dita informal, mas que muitas vezes também se utilizam de práticas ilegais para aquisição e vendas de mercadorias. É neste cenário de informalidades e, muitas vezes, de ilegalidades que os trabalhadores enfrentam situações de conflito no desempenho do trabalho, fazendo com que atuem por meio de táticas e *astúcias* diante dos diversos atores e principalmente na relação com Estado. Desse modo, estabelecem sociabilidades e criam estratégias criativas para trabalhar diante da intensa fiscalização. Desenvolvem-se processos identitários e de produção e percepção das diferenças por parte dos trabalhadores da rua que se configuram diante das intersecções e tensões entre eles, e na relação com os mercados formais e ilegais e com o Estado. Assim, busco compreender, também, como esses processos são negociados com agentes e escalas do poder público perante novos projetos urbanísticos que são desempenhados, muitas vezes, mediante recursos de repressão e fiscalização.

Palavras-chave: Informalidade. Fronteiras. Comércio. Trabalho. Cidade

ABSTRACT

The 25th March Street in Sao Paulo City can be comprehended from the relation of several formal and informal jobs, unregulated and illegal markets present in a daily basis. At this street goods and actors circulate and compose an extensive and complex trading network. This requires taking different ways to organize and to deal with the many situations which met in this urban space. The multiple form of jobs presented in the street accessing the field of informal economy dictates, often through illegal practices for the acquisition and sale of goods. In this scenario of informalities and frequent illegalities, workers face a conflict situation in their performance, acting through tactics and cleverness against numerous social and institutional actors, especially in areas where the State is concerned. By this means, workers socialize with their peers, creating strategies to work in advance the intense scrutiny. These actors develop processes of identity and production, highlighting a perception of differences by workers of the street that are configured on the intersections and tensions between them, in relation to formal and illegal markets, and finally the State. As a result, I looked for understanding how these processes were dealt with by agents and scales of government towards new urban projects that are often played through repression and surveillance.

Keywords: informality, borders, trade, work, city

LISTA DE SIGLAS

ABA – Associação Brasileira de Antropologia

BOVESPA – Bolsa de Valores de São Paulo

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

GCM – Guarda Civil Metropolitana

MEI – Micro Empreendedor Individual

ONU – Organização das Nações Unidas

PM – Polícia Militar

PMSP – Prefeitura Municipal de São Paulo

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PSD – Partido Social Democrático

PT – Partido dos Trabalhadores

PP – Partido Progressista

SINPESP – Sindicato dos Permissionários em Ponto fixo nas Vias e Logradouros Públicos do Município de São Paulo

TPU – Termo de Permissão de Uso

UNADEF – União Nacional dos Deficientes Físicos

UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo

UNIVINCO – União dos Lojistas da Rua 25 de Março e Adjacências

SUMÁRIO

Introdução	15
Os Caminhos da pesquisa na Rua 25 de Março	16
Percursos Teórico-metodológicos	20
Capítulo I: Apresentação do Cenário, Conhecendo os Atores	30
1.1 Produzindo espaços	46
1.2 As diversas Ruas 25 de Março	55
1.3 Trajetos e Trajetórias	64
Capítulo II: Classificações: Operando o Espaço, Disputando Regulamentações.....	71
2.1 Regulamentação e Classificação Estatal	73
2.2 Novos Arranjos Sociais	78
2.3 Disputas sociais e distribuição estatal do espaço	91
Capítulo III: Percebendo Diferenças	103
3.1 Camelô ou Ambulante?	117
Capítulo IV: Pensando a Situação, contextualizando o Conflito	134
4.1 “Controlando” a <i>Situação</i>	144
Capítulo V: Na Informalidade: Táticas e Negociações nas Margens	152
5.1 Atuando na informalidade, perpassando pela ilegalidade	155
5.2 O informal na organização urbana.....	169

5.3 Fronteiras entre o Formal e o Informal	172
5.4 Fronteiras na região da Rua 25 de Março.....	179
Conclusão	183
Bibliografia	189
Anexos	196

INTRODUÇÃO

Na rua, logo pela manhã, um homem anuncia seu produto: “*Olha o DVD de série, filme, programas de computador!*”. Ele grita para os outros que caminham pelo mesmo lugar, ou apenas sussurra para se desvencilhar dos olhos atentos dos policiais presentes. Percebendo a aproximação dos PMs, o homem se esconde, volta para a sua casa. Um prédio ocupado, situado na mesma rua onde trabalha, é seu lugar de refúgio, de segurança. Ali vive com outros companheiros de ofício.

Momentos depois, alguém espia e sinaliza ao homem e a outros colegas escondidos no prédio, agora podem voltar ao trabalho. Novamente, voltam a anunciar seus produtos aos que caminham pelas ruas. Às vezes conseguem trabalhar com tranquilidade, mas nem sempre a rua é tão segura quanto acreditam.

Os policiais se aproximam, muitas vezes não falam nada e, sem apresentar resistência, os trabalhadores lhes entregam suas mercadorias. Os policiais seguem seu caminho carregando mais uma apreensão e os homens se detêm por um tempo diante de seus constrangimentos pela perda de parte do seu trabalho.

Além da comercialização de DVDs nas ruas do centro de São Paulo, existem outras formas de desempenhar os trabalhos ditos informais. Deparamo-nos frequentemente com vendedores ambulantes, os quais se encontram em diversos lugares da cidade, nas estações de trens, nos terminais de ônibus, nos semáforos, às portas das casas de shows, dos estádios de futebol, das escolas etc. Todas essas práticas são feitas com o objetivo de que, ao final, alguma transação comercial seja efetivada, ou seja, vende-se um produto ou um serviço de entretenimento, como é o caso dos mágicos, das estátuas vivas e de diversos outros artistas de rua.

No caso da Rua 25 de Março são muitas as práticas que se inscrevem no local e todas elas estabelecem relações específicas com os agentes do Estado, consumidores, lojistas e entre eles próprios. Quando falo de práticas de trabalho informal, refiro-me àquelas praticadas por camelôs que possuem banca na região e seus auxiliares, pelos camelôs que ficam “no corre” para conseguir vender alguma mercadoria, ou pelos *puxadores* de clientes, que estabelecem contratos verbais com donos de lojas a fim de obterem uma remuneração. Nesse sentido, cada ator, em cada *situação*, mobiliza elementos distintos para exercer suas práticas. Estas, por sua

vez, mesmo que tensas, também nos evidenciam contradições das políticas municipais e estatais de regulação de certo mercado, bem como nos ajuda a refletir epistemologicamente conceitos ambíguos como o da “informalidade”.

Procuro pensar em como os processos identitários e de produção e percepção da diferença por parte dos trabalhadores informais se configuram diante da produção de espaço, da subversão da ordem, das negociações nas margens entre os próprios trabalhadores e em sua relação com os mercados formais. Também procuro pensar como esses processos são negociados com agentes e escalas do poder público diante de novos projetos urbanísticos, os quais são desempenhados, muitas vezes, mediante recursos de repressão e fiscalização.

Desse modo, poderemos perceber como são articuladas as formas de trabalho e os modos de compreensão do mundo, interpelando as relações de poder implícitas e explícitas entre os trabalhadores e a relação estabelecida com o espaço urbano, uma vez que esse é reconfigurado a partir de políticas de poder da administração pública da cidade e da apreensão das *situações*, que muitas vezes diferem de ator para ator, estabelecendo relações de poder e conflitos entre eles. Ademais, geralmente, é nas margens do Estado que os trabalhadores praticam as *situações*, que lhes permitem ter melhor rentabilidade no trabalho.

Os Caminhos da pesquisa na Rua 25 de Março

Desde o segundo ano de minha graduação no curso de Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), em 2008, meu olhar tem sido guiado por essas práticas informais de trabalho. Naquela ocasião meu interesse principal girava em torno das problemáticas migratórias vividas pelos imigrantes bolivianos no bairro dos Pimentas, na cidade de Guarulhos. Procurando identificar as diferentes percepções e as identidades por eles construídas nessa região, encontrei no espaço de uma feira popular o melhor local para a interação com meus interlocutores.

Na feira do Marcos Freire, um bairro situado na região administrativa do Pimentas, pude encontrar bolivianos que não apenas vão “fazer” a feira, mas também imigrantes que utilizam a rua como local de trabalho. Ali, eles vendem as roupas que suas famílias costuram durante a semana e conseguem uma boa clientela. Muitos moradores do bairro acabam se

tornando consumidores assíduos de suas bancas, buscando sempre comprar a roupa boliviana na feira.

No entanto, mesmo situados dentro dessas práticas informais, em situação idêntica aos demais vendedores da feira, obedecendo a uma hierarquia inscrita no local, esses migrantes montam suas bancas nos espaços que sobram, isto é, mais à margem do caminho traçado pelas barracas dos brasileiros. Assim, observa-se na região uma certa demarcação de identidade do ser boliviano frente aos brasileiros, principalmente nesses espaços de intenso contato com o outro, uma vez que mesmo os nossos compatriotas que comercializam peças de roupas (voltadas para vestes em tecido *jeans* e roupas íntimas) apresentam diferenças dos produtos vendidos pelos bolivianos (voltados principalmente ao público feminino).

Ao realizar uma pesquisa de Iniciação Científica direcionada a esse problema, minha preocupação foi a de compreender como se constroem as formas de identificação específicas dessa migração no bairro, a partir das sociabilidades estabelecidas entre eles próprios e os brasileiros que compartilham o mesmo espaço urbano. As roupas que esses bolivianos comercializam são produzidas em oficinas familiares localizadas em outros lugares, como no centro da capital paulista, ou em casas daquele mesmo bairro, e suas relações de sociabilidade são muito restritas ao seu grupo familiar, que vive na região. A feira é o momento de abertura social, não somente a outros grupos de bolivianos, mas também aos brasileiros da região. Contudo, as relações muitas vezes se restringem a trocas comerciais. A feira é vista como uma relação de trabalho para os que possuem banca de roupa. Entretanto, para outros grupos de bolivianos, o local é visto como forma de lazer, principalmente para aqueles que estão com suas respectivas famílias e grupos. Mesmo os imigrantes que permanecem na feira durante o dia não constroem relações mais amplas com os frequentadores do comércio. Somente trocam algumas palavras a mais com os donos das barracas vizinhas sobre assuntos formais de trabalho, não construindo elos de amizade.

Aquele trabalho me levou à Rua 25 de Março, no centro da cidade de São Paulo, onde pude perceber, com meu olhar treinado para observar especialmente questões migratórias, a vasta quantidade de imigrantes que trabalhavam na região como trabalhadores ambulantes. Nesse sentido, a pergunta que me fazia era: como se dá a forma de atuação dos imigrantes bolivianos quando, ao mesmo tempo em que estão inscritos em um espaço informal, também possuem diferenças espaciais e simbólicas? Isto é, como se inserem esses imigrantes, agora na

Rua 25 de Março? Há diferenças entre essa forma de atuação e a dos bolivianos da feira do bairro Marcos Freire?

Na Rua 25 de Março, os imigrantes bolivianos que ali se encontravam não contrastavam suas diferenças e identidades apenas com os brasileiros presentes, mas sobretudo com peruanos e equatorianos. Essas imigrações dos países vizinhos para o Brasil se tornaram mais expressivas para mim. Aos poucos, pude perceber como as identidades de cada uma das migrações são traçadas em contraste às outras. Essas identidades se dão em vários níveis, principalmente diante dos conflitos postos no dia a dia na rua. Ora, eles são peruanos, equatorianos e bolivianos, os quais se diferenciam pelas mercadorias comercializadas, pela maneira de trabalhar que apresentam certas nuances e, também, por seus traços físicos e diacríticos. Em alguns momentos, esses trabalhadores acionam uma identidade de imigrantes, na medida em que sofrem vários tipos de preconceito por parte de diversos brasileiros, tanto dos ambulantes, seus companheiros de ofício, quanto dos consumidores. Em outros momentos, esses imigrantes assumem uma identidade de camelô, quando precisam se unir para, independentemente da nacionalidade, fazer frente aos agentes de fiscalização do Estado e aos ladrões.

Naquela ocasião, por meio da realização de uma etnografia na Rua 25 de Março, minha questão era compreender como se daria a construção de identidades a partir da migração boliviana em relação aos outros atores, principalmente as formas de atuação desses imigrantes no mercado da Rua 25 de Março, o que me permitiu compreender um pouco sobre a dinâmica migratória da Rua, mas tendo sempre como foco os bolivianos.

Essas duas pesquisas iniciais me levaram à elaboração de minha monografia de curso, solicitada para a aquisição do grau de bacharelado em Ciências Sociais, em 2010. Sob o nome de *Imigrantes Bolivianos nos Mercados Informais da Região Metropolitana de São Paulo*, busquei realizar uma comparação entre essas duas formas de inserção no espaço urbano da migração boliviana na Região Metropolitana de São Paulo.

Por meio desse estudo pude compreender que o espaço urbano é uma variável no modo como as diferentes migrações bolivianas se inscrevem no contexto migratório. Os modos de acionar identidades, de perceber diferenças e construir sociabilidades se dão de modos distintos nesses dois ambientes. Ambos são caracterizados pela dinamicidade, apesar de que, no espaço da Rua 25 de Março, mais elementos precisam ser acionados para o

desempenho do trabalho. Já na região do Pimentas, o espaço da feira, apesar de ser considerado mais “tranquilo” para trabalhar, não é o único lugar de venda. Na verdade, trata-se de um espaço a mais, visto que aqueles imigrantes que vendem na feira trabalham em outras regiões da cidade de São Paulo, no bairro do Brás por exemplo, para garantir o orçamento do mês. Desse modo, o momento de “tranquilidade” na feira era aproveitado, em oposição à correria dos outros espaços urbanos da Rua 25 de Março.

A partir de reflexões feitas sobre os imigrantes bolivianos que trabalham como ambulantes nesses espaços, passei a questionar problemáticas que ultrapassam as questões relacionadas à imigração, buscando envolver outras esferas da vida social, por exemplo, como os variados atores sociais desenvolvem o trabalho informal, principalmente nas ruas de intensa fiscalização. Isso porque na Rua 25 de Março, em dezembro de 2009, houve uma mudança considerável no modo de atuação não só dos imigrantes que circulam pela Rua, mas também dos trabalhadores informais brasileiros. Foi firmado um convênio entre a Prefeitura de São Paulo e a Polícia Militar do Estado, chamado “Operação Delegada”. Esse convênio daria a responsabilidade de execução do programa da Prefeitura do Município, “Programa Cidade Livre de Pirataria e Comércio Ilegal” à PM¹. Ou seja, a Rua passou a receber uma atenção especial das autoridades de administração pública, modificando muitas vezes sua própria dinâmica, que já é muito agitada. Esse fato aumentou meu questionamento acerca dos conflitos implícitos e explícitos entre os trabalhadores de rua, e entre esses e os outros atores presentes no espaço urbano em análise, principalmente os agentes fiscalizadores do Estado.

Percursos Teórico-metodológicos

Desde o início da elaboração do projeto de mestrado, enfrentei algumas dificuldades teóricas ao elaborar uma nova pesquisa no campo de trabalho da pesquisa anterior. Minhas relações com as questões migratórias estavam ainda muito presentes, mesmo eu havendo decidido ampliar o objeto de estudo para trabalhadores ambulantes no geral.

Depois de algumas apresentações do projeto para a disciplina Seminários de Pesquisa, do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UNIFESP, os ecos da migração

¹Como parte importante de estruturação atual da rua 25 de Março, tanto a “Operação Delegada” quanto o “Programa Cidade Livre de Pirataria e Comércio Ilegal” serão analisados com mais cuidado nos capítulos que seguem esta dissertação.

diziam que meu trabalho com essa temática ainda não havia terminado. Desse modo, resolvi novamente circunscrever meus interlocutores para os imigrantes que atuam nos mercados informais, porém agora sem privilegiar apenas uma migração, como fora feito nos outros trabalhos, onde o foco era a migração boliviana. Desse modo, reelaborei a escrita do projeto, bem como já havia me programado para voltar a campo com o pensamento nos imigrantes que tanto me ajudaram a pensar a vida na cidade.

Desde o fim de meu trabalho de campo para a monografia da graduação, em julho de 2009, até o meu retorno à Rua 25 de Março para trabalhar com este novo projeto, por volta de maio de 2011, foram poucas as vezes que visitei a Rua. As visitas aconteciam de modo muito espaçado, as quais não tinham o objetivo de realizar um trabalho de campo mais aprofundado. Aproveitava minha ida às regiões próximas para passar por ali e ver como estavam as movimentações.

No início de minha nova trajetória, precisei me afastar um pouco da Rua porque, antes de iniciar a pesquisa de campo, deveria repensar acerca de teorias que me ajudassem a elaborar novas questões ancoradas nesta dissertação. Também questões pessoais levaram a me afastar da Rua. A perda de uma grande amiga, que esteve presente em minhas produções desde 2007, quando do nosso ingresso à Universidade, fez-me ficar ausente da vida acadêmica como um todo, pois eu precisava compreender como caminhar a partir de então sem os conselhos, as sugestões e os puxões de orelha que Bárbara me dava com a preocupação de melhorar nossos trabalhos. Nossas trocas intelectuais sempre me ajudavam a crescer cada vez mais na profissão de cientista social e como pessoa. Por isso, me vi na necessidade de ficar afastada por mais um tempo do campo.

Em julho de 2011, depois de quase seis meses ausente da Rua 25 de Março, voltei para realizar um trabalho de campo mais sistemático, porém não estava fácil encontrar os imigrantes como outrora. É certo que eu já sabia que a Rua 25 de Março havia mudado devido à inserção da Polícia Militar em 2009, época em que eu já realizava pesquisas na região, mas ainda podia avistar meus interlocutores se os procurasse pelo local. Contudo, até aquele momento de início da sistematização do trabalho de campo, não pude me encontrar diretamente com os imigrantes que eu tanto desejava estudar.

Diante dessa dificuldade posta pelo campo, volto à ideia inicial de compreender, antes de tudo, como se dão as relações estabelecidas entre os trabalhadores informais em geral e os

mercados em que se inserem. Além disso, passo a questionar como se dá a intersecção entre mercado e agentes estatais nas práticas dos trabalhadores da rua, como se dão os agenciamentos de disputas entre os diversos atores, os quais, por meio do reconhecimento da diferença entre eles e entre os policiais, acionam certas táticas de trabalho que permitam sua atuação no local. Tais práticas podem variar de acordo com o interlocutor.

Isso não significa que questões relacionadas à migração não sejam abordadas no trabalho, muito pelo contrário. Apesar da presença de muitos imigrantes não ser tão evidente, já que muitos abandonaram os espaços da Rua 25 de Março à procura de outros lugares menos fiscalizados para trabalhar, outros continuam na região, atuando somente em horários específicos, quando a fiscalização é menos rigorosa, além de haver muitos migrantes nacionais, que ajudam nessa constante construção da Rua. Assim, discussões sobre a temática migratória podem aparecer, porém não como problema principal de pesquisa, mas talvez como um elemento a mais para a compreensão das relações de alteridade e identidade entre os trabalhadores da Rua 25 de Março.

Como desenvolvo estudos na região da Rua 25 de Março desde o ano de 2009, alguns dados etnográficos dos anos que antecedem minha inserção no mestrado (2011) serão também utilizados. A concentração de visitas à região da Rua 25 de Março para a realização da etnografia desta pesquisa ocorreu entre os meses de julho de 2011 até início de abril de 2013.

Como bem sabem os antropólogos, dificuldades são elementos presentes na vida de qualquer pesquisador e precisamos aprender a lidar com elas em todo o caminhar do desenvolvimento do trabalho. No meu caso não foi diferente.

A opção por realizar um trabalho etnográfico com os trabalhadores da Rua 25 de Março, como o principal recurso metodológico desta investigação, proporciona o desenvolvimento de uma observação detalhada das relações entre os indivíduos que compõem os locais da pesquisa, seja no próprio âmbito do trabalho, seja na constituição de relações de amizade e sociabilidade. A observação cuidadosa que busco realizar visa compreender relações harmoniosas e conflituosas entre os atores nos espaços singulares de relações econômicas, de identidades e de vivência.

Na realização da etnografia, o que está em jogo não são somente os recursos metodológicos – a escolha dos interlocutores, a elaboração do texto, a manutenção de um diário – mas também o esforço intelectual empreendido a fim de uma descrição densa, que

permite ao pesquisador uma articulação entre o “*estar lá*” e o “*estar aqui*”, ou seja, entre o trabalho de campo e a produção escrita (Geertz, 1978).

A vivência com os interlocutores é algo bastante significativo porque permite contrastar os deslizes semânticos entre aquilo que se fala e o que se faz, o que ajuda a compreender as diversas relações, os modos de atuação, estratégias, sociabilidades e negociações. As entrevistas são esclarecedoras, mesmo quando elas contradizem aquilo que observo ou apesar de os próprios entrevistados utilizarem uma conversa informal. No momento em que aperto o *rec* do gravador, as escolhas dos interlocutores quanto ao que dizer e ao que não querem deixar registrado, ajudam-me a pensar no tipo de relação que eles constroem comigo, enquanto pesquisadora, e também no que faz parte de acordos simbólicos e morais entre os trabalhadores. Fiquei por quase dois meses em contato com um camelô de banca, conversando sobre diversos assuntos, mas sempre de modo informal. Depois de muito tempo ele aceitou me conceder uma entrevista, no entanto a seleção de suas falas era clara, pois ele me dizia “*coloca aí que tenho uma só banca*”.

Há ainda aqueles que compreendem minha atuação como uma forma de legitimação e divulgação de seus posicionamentos na Rua. Isso porque, muitas vezes, os trabalhadores que passam por situações de dificuldades no exercício do trabalho, não possuem, ou não encontram as melhores vias de demonstrar sua indignação diante dos problemas vividos. Quando aparece alguém disposto a escutá-los, muitos tomam com desconfiança, mas também há aqueles que veem a possibilidade de “desabafar”, seja para contar sobre suas experiências pessoais, seja para expor as brigas com o poder público e com outros atores da Rua. Em certa ocasião, encontrei um camelô que, diferente da maioria, aceitou quase que de imediato me conceder uma entrevista e, no momento da gravação, ele dizia: *pode colocar aí o que estou falando, e ainda escreve que fui eu quem falou. Eu não tenho medo não.*

As nuances do que se fala e do que não se fala no momento da gravação da entrevista revelam que os próprios atores também acabam por assumir o controle e a autoridade de suas falas. As entrevistas gravadas são, antes de tudo, um exercício de interpretação para diferenciar o discurso oficial – principalmente quando vem de membros da direção do sindicato da categoria – do que está inscrito nos acordos morais, isto é, no momento em que o gravador está desligado ou em que é preciso colocar *pause* para que os interlocutores falem o que querem, mas sem o peso da responsabilidade de assumirem suas falas.

Minhas inseguranças iniciais de aproximação com os interlocutores sempre existiram, mas depois que eu tomei coragem para me aproximar deles, as primeiras conversas eram constantemente interrompidas, pois já se avistava a polícia. Essas conversas iniciais travadas com meus interlocutores não puderam ser aprofundadas porque eles precisavam sair correndo para fugir da fiscalização, deixando muitas vezes pela metade o assunto de que estavam falando. Além disso, há certa circularidade entre os trabalhadores da Rua. Alguns acabam por abandonar o ponto de trabalho pelas dificuldades em comercializarem suas mercadorias, assim as entrevistas e o contato estabelecido ficam suspensos.

Aos poucos, conforme o trabalho de campo passou a ser intensificado, algumas dificuldades ficaram menos evidentes, principalmente nesse caso das entrevistas. Pude observar locais específicos e “reservados”, e momentos de mais ou menos tranquilidade para conversas, assim eu conseguia agendar dias para as entrevistas. Mesmo assim, vários problemas ainda permeavam a realização do trabalho de campo, pois constantemente as entrevistas eram interrompidas por um consumidor querendo informações ou um produto e, nesse caso, eu não podia interferir em seu trabalho.

A importância de se pensar nos trabalhadores informais no contexto da Rua 25 de Março está centrada na ideia de que tanto eles como as próprias características de configuração desses mercados estão em movimento. Esses atores e suas movimentações são responsáveis por tornar acessíveis aos consumidores muitas mercadorias, por meio de diversas práticas informais, as quais (dando certas dimensões globais), não fossem por eles, não chegariam aos mercados locais. Os trabalhadores organizam uma rede de comunicação e deslocamentos de atores e mercadorias que interligam os mercados, produzindo formas distintas de apreensão das *situações* do cotidiano e dos diversos “outros” e com a configuração da Rua 25 de Março.

O local escolhido para esta pesquisa é uma famosa rua paulistana, conhecida pelo seu intenso comércio e por se constituir enquanto um mercado global, na medida em que é destino de muitos trabalhadores que para cá se dirigem com o objetivo de vender e comprar suas mercadorias que, por sua vez, são provenientes de várias partes do país e do mundo, sobretudo da China.

Quando me refiro à Rua 25 de Março e aos trabalhadores que por lá circulam, não estou falando propriamente da circunscrição dessa única rua. Minha pesquisa compreende todas as

ruas, que irei chamar de complexo comercial da Rua 25 de Março, formada por ela e por muitas outras ruas que se desdobram a partir dela e pelo entrecruzam de suas demais ruas, atores, mercadorias, mercados, situações, táticas e práticas de trabalho.

Isso porque muitos trabalhadores de rua e lojistas se aproveitam da fama da rua paulistana para estabelecerem seus pontos comerciais pela região. Além disso, já que os trabalhadores de rua precisam fugir da fiscalização, eles acabam por ampliar o circuito comercial.

Assim, podemos compreender certo complexo do trabalho informal na região. Aqui me refiro ao espaço que há entre as ruas da Cantareira e Santa Efigênia; entre as ruas General Carneiro e Paula Souza, passando pelas ruas Florêncio de Abreu, Carlos Nazaré, Largo São Bento, parte das Avenidas Senador Queiroz e Prestes Maia, bem como todas as outras ruas que cortam a Rua 25 de Março e suas ruas paralelas.

A escolha da Rua 25 de Março como local privilegiado de observação se deu a partir da percepção dos diversos conflitos que em muitos momentos são exteriorizados nesse local, enquanto que em muitas outras partes da cidade eles aparecem de modo dissolvido. Conflitos estes que aparecem em diversos níveis, seja entre consumidores e agentes fiscalizadores dos órgãos públicos, seja entre os próprios atores do trabalho informal. Um estudo na Rua 25 de Março pode ajudar na compreensão de novas formas de relações econômicas, políticas e identitárias na metrópole paulistana.

próprios trabalhadores), cada um dos atores irá definir o modo como se orientará para agir de maneira adequada mediante as situações enfrentadas. Em *A representação do Eu na vida Cotidiana* (2002), o autor irá nos mostrar a importância de uma “representação”, ou melhor, “apresentação”² (Gastaldo, 2008) como forma fundamental para qualquer ator que vive em sociedade, “no sentido de entender o que está acontecendo e se alinhar adequadamente às diferentes situações” (Gastaldo, 150:2008).

Desse modo, podemos refletir sobre os processos de construção de identidade como negociações dos atores em torno das apresentações acionadas para cada situação. No entanto, existem modos distintos de se definir uma mesma situação, e esses são permeados por relações de poder. Além disso, há outra questão que permeia todas essas *situações*, que é o próprio modo de Goffman compreender o interacionismo: a interação entre os atores e seu desenvolvimento depende do modo como a *situação* é definida e compartilhada, constituindo conflitos.

Para Goffman, os atores sociais experimentam o mundo social como uma realidade repleta de significados. Cabe ao pesquisador observar diretamente a realidade que se inscreve e o cotidiano das relações entre os atores envolvidos nas ações, interpretando os contextos. A realidade é fruto dessa contínua atividade de interpretação dos sentidos das ações que são empreendidas no dia a dia, mas que muitas vezes não são compartilhadas por todos os outros, ou seja, a vida social é um permanente processo de negociação da realidade. Cada ator possui um repertório simbólico carregado de significados subjetivos compartilhados aos outros por meio da comunicação.

É a partir dessa ótica que passo a observar a Rua 25 de Março, a qual se constrói mediante os constantes processos de negociação entre os atores envolvidos, pois desse modo é possível compreender como os trabalhadores da Rua irão definir sua *apresentação* aos “outros” de acordo com as *situações* enfrentadas.

Para Goffman, era importante não só conhecer a *definição de situação* como real, mas também verificar como se chegou a ela e, sobretudo, identificar os *frames*, que possibilitam ou viabilizam diferentes definições. Creio, assim, que se pode fazer uma aproximação, com as devidas cautelas, entre as noções de *frame* e *contexto*, que

² *Apresentação* em vez de *representação*, por se tratar de uma questão de tradução da obra de Goffman *The Presentation of Self in Everyday Life*, pois *presentation* significa “apresentação”.

permitiria uma compreensão mais completa do processo de construção social da realidade, introduzindo variáveis como *poder* no seu sentido mais amplo. (Velho, 147: 2008).

Essas diversas *situações* ajudam no modo como as pessoas orientam suas ações na vida cotidiana (Goffman, 2002). Mas para compreender que *situações* são essas, precisa-se fazer a pergunta: o que está acontecendo aqui e agora? (Goffman *apud* Velho 2008).

Tais *situações* acarretam para os diversos trabalhadores, diferentes formas de percepção dos “outros” e da Rua 25 de Março, na medida em que se traça um cenário de contatos e choques culturais. A identidade nesses espaços é constantemente negociada segundo as *situações* que são enfrentadas no dia a dia, principalmente para defender as diferentes categorias inscritas dos trabalhadores informais.

Diante das dificuldades que os trabalhadores enfrentam nas diversas *situações* que lhes são colocadas, eles procuram modos diferentes de desempenho do trabalho e uso do espaço urbano, requerendo as mobilizações de *táticas e astúcias* diante das *estratégias* impostas por uma autoridade (Certeau, 2009). Isso porque em seus locais de trabalho se difundem técnicas de atuação e produção do espaço que são compartilhadas entre os demais como forma de enfrentamento da desigualdade.

Ao se compreender esses tipos de atuação que podem ser mobilizados pelos atores da rua, concordo com Certeau em que as desigualdades de poder que estão inscritas no cotidiano são as responsáveis pelas diferentes “maneiras de fazer”, as quais “criam um jogo mediante a estratificação de funcionamentos diferentes e interferentes” (Op Cit: 87). Ou seja, em muitos momentos os atores manipulam ou transgridem as relações de poder na rua a seu favor, para que assim possam transitar em diversos níveis e formular modos de se apresentar mediante a formalidade e a informalidade, bem como diante das formas de repressão.

Quando um ator se utiliza de *táticas*, ele assim o faz porque existe um desacordo entre o espaço praticado por ele e o espaço produzido pelos agentes estatais. E é nas margens desse espaço da heterogeneidade que se dá a ação dos trabalhadores informais, como uma ação que se utiliza da subversão das ordens que a autoridade impõe para que possam, nesse caso, trabalhar. É próprio de uma *tática* ser utilizada em espaços modelados impostos, sua prática denota movimento, pois é nas margens do que pode e o que não pode no urbano que os atores conseguem encontrar várias possibilidades.

Os atores, em meio às *situações* que, muitas vezes, são impostas pelos agentes de fiscalização do Estado, se utilizam de *astúcias* para driblar essas imposições. Eles procuram “falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. [...] cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera.” (Op. Cit: 95). Isso porque, para Certeau, “as forças são distribuídas, não se pode correr o risco de fingir com elas. O poder se acha amarrado à sua visibilidade. Ao contrário, a astúcia é possível ao fraco, e muitas vezes apenas ela, como ‘último recurso’” (*idem*). Nesse sentido, as desigualdades de poder que se explicitam na rua não aparecem como definidoras de exclusões. Por mais que os agentes do Estado cumpram uma função de repressão ao comércio “ilegal”, a necessidade faz a *astúcia* e a criatividade dos trabalhadores.

Uma vez que os representantes do Estado delegam aos trabalhadores uma posição de exclusão em relação à rua e à economia, esses últimos, por sua vez, não aceitam e buscam ocupar outros espaços, os quais estão postos em um campo de possibilidades. Assim, os lugares de atuação por eles encontrados são nas margens de uma economia, e é justamente nesses espaços que encontram interstícios para atuação, a qual se dá por meio de *táticas* e *astúcias*. Isso ajuda a compreender também suas formas de atuação e a relação construída entre eles e os diversos atores da rua, principalmente com relação ao Estado.

Para a compreensão das diversas formas de práticas cotidianas de trabalho na informalidade e na ilegalidade e o modo como os trabalhadores produzem *táticas* e *astúcias* disputando espaços com os projetos e agentes do Estado este trabalho será dividido em cinco capítulos. O primeiro capítulo será reservado à contextualização da Rua, e procurará interpretar o universo das informalidades que permeiam os trajetos e trajetórias dos diversos trabalhadores que acionam formas de vida imbricadas no comércio de rua.

O segundo capítulo apresenta as diversas classificações dos atores na produção das diferenças, e como cada alteridade, seja dada pelo Estado, seja pelas *situações* enfrentadas, ajuda na produção e disputa do espaço urbano. O reconhecimento das leis e das ações da cidade legal são conhecidas dos atores, o que proporciona a criação e manipulação de *astúcias* que ajudam a subverter a ordem da cidade, utilizando-a para tirar melhor proveito do trabalho apreendido.

O terceiro capítulo procurará compreender como se constroem as identidades dos trabalhadores da rua, numa tentativa de garantia de seus direitos sociais, de enfrentamento

direto com o Estado. Busco analisar as diferenças políticas da apresentação do trabalhador enquanto ambulante e camelô. Sendo que o primeiro termo é utilizado diante de manifestações políticas em confronto com o poder público municipal, já o segundo termo é usado no cotidiano, no discurso social da diferença entre os trabalhadores.

O quarto capítulo a discussão centrar-se-á nas *situações* de enfrentamento direto com o poder fiscalizador do Estado e nas consequências de uma política de “revitalização urbana” empreendida pela prefeitura da cidade de São Paulo, as quais têm consequências no ordenamento das fronteiras da Rua e no modo como os trabalhadores informais passam a lidar com esse novo cenário.

No último capítulo busco realizar uma discussão das práticas utilizadas pelos atores, que são classificadas como informais, e como eles caminham entre os setores formais e perpassam pelo ilegal. A informalidade trazida aqui funciona como uma alternativa de trabalho e como uma possibilidade dada pelo próprio Estado que, por meio de diversos níveis de gestão, apresenta uma interpretação distinta do que se permite e do que se impede. Ao mesmo tempo em que o Estado é restrição, ele também se apresenta como permissão de trabalho, principalmente possibilitando a atuação dos trabalhadores nas suas margens.

CAPÍTULO I

APRESENTANDO O CENÁRIO, CONHECENDO OS ATORES

*“E logo a “Rua dos Árabes”/ foi ficando conhecida
Por vender em quantidade/ facilitar a vida
De quem já negociava/ e portanto precisava
Ter a loja abastecida/ A prática do atacado
E do preço popular/ surgiu devido às enchentes
Que atormentavam por lá/ os produtos que manchavam
Os preços muito baixavam/ para poder liquidar
Isso nos anos sessenta/ todos tendo prejuízo
Estoque danificado/ por isto se reuniram
Aí então decidiram/ inventar o atacado
Porém a baixa do preço/ atraiu outro problema
Comprar em liquidação/ passou a ser esquema
De comprar pra revender/ e começa a aparecer
O camelô no sistema”
Florianio Wilson cordelista*

Não me lembro exatamente quando foi a primeira vez em que visitei a Rua 25 de Março, só sei que foi há mais de dez anos. Entretanto, a cada nova visita que faço como pesquisadora a essa região da cidade, pareço encontrar novidades em um cenário que tem ficado cada vez mais familiar e, ao mesmo tempo, revelador de novas inquietações. A riqueza de atores, mercadorias, locais e situações vão tecendo as múltiplas histórias que dão vida a essa rua tão movimentada. Histórias essas que muitas vezes não conseguimos compreender seu enredo, pois as adversidades enfrentadas por suas personagens vêm de diversas ordens, advindas do poder público, do setor formal da economia, ou mesmo da própria rua.

Quando desembarco na décima estação da Linha Azul do Metrô da cidade de São Paulo (tendo como ponto de partida Tucuruvi), na estação São Bento, desde os vagões do trem já se é possível prever com que iremos nos deparar na Rua 25 de Março. Ao se aproximar da estação que dá acesso ao grande comércio paulistano, muitos consumidores com seus carrinhos de compras se levantam de seus assentos. Muitos vêm de outras cidades e aportam no Terminal Rodoviário do Tietê, tomando metrô até chegarem na famosa Ladeira Porto Geral. Outros preferem fazer excursões até a Rua para realizarem suas compras. Desde a madrugada, muitos consumidores nessa situação chegam ao local para realizarem o circuito do comércio na cidade. Primeiramente, eles vão ao Brás para participarem da “Feirinha da

Madrugada”, e é lá que eles passam as primeiras horas do dia. Em seguida, dirigem-se à Rua 25 de Março, onde permanecem até o meio da tarde. Seus ônibus ficam estacionados sobre o que seria o Rio Tamanduateí, hoje canalizado, próximo ao Mercado Municipal.



Figura 2 Rua 25 de Março, Julho de 2013

A Rua é composta por uma diversidade de consumidores, além de revendedores. Há muitos que são provenientes da própria cidade de São Paulo, outros são turistas nacionais ou internacionais, isso porque a Rua faz parte do roteiro turístico da Metrópole. Logo após a visita ao Mosteiro de São Bento, os visitantes descem a ladeira para conhecer a movimentação do local. É muito comum também presenciar pessoas tirando fotos embaixo das placas com o nome da Rua, para levar de lembrança e dizer “eu estive lá”. Em sua maioria, esses

consumidores frequentam a rua com um único objetivo, o de comprar, seja para a revenda ou para o consumo próprio; mesmo os turistas que vão apenas de visita, não resistem às tentações da diversidade de produtos e dos preços baixos e acabam levando algum item para a casa.

A chegada à Rua, seja de metrô, de carro ou a pé é sempre marcada pelo comércio em seu trajeto. Quando estamos de carro, logo nas proximidades do centro comercial já percebemos múltiplas vendas de variados produtos, como se estivessem nos avisando que a Rua 25 de Março está próxima, pois logo na Avenida Rangel Pestana, que dá acesso ao grande comércio, já há vendedores de diversos produtos. Quaisquer ruas em que estacione o seu carro ou naquelas que fazem o caminho para se chegar ao comércio central estão repletas de camelôs comercializando guarda-chuvas, chocolates, controle remoto, carregadores de celulares e muitos tantos outros produtos; isso quando o próprio ato de estacionar nas ruas não se torna também um negócio lucrativo de vendas de Zona Azul³ e de vigília de carros. Na maioria das vezes, estacionar o carro na rua ou no Mercado Municipal é um trabalho que requer muita paciência para procurar uma vaga ou esperar na fila do estacionamento do Mercado, que é bem extensa. Essas são as opções mais baratas para estacionar os carros, principalmente quando estamos nos dias de fim de ano, momento em que os estacionamentos locais cobram valores altíssimos para guardarem os veículos em suas garagens. Os valores variam de acordo com a localidade do estacionamento: Quanto mais próximo da Rua 25 de Março, mais caro é, havendo locais que chegam a cobrar vinte reais por hora; e quanto mais afastado da rua, mais barato é, com valores de trinta reais por quatro horas, com acréscimo de dez reais por hora ultrapassada.

Quando estamos no metrô, assim que passamos a catraca, já é possível ouvir vozes de vendedores anunciando seus produtos, isso quando não estão vendendo águas, chocolates ou leques dentro da própria estação. Ao sair pela porta, no meio da Ladeira Porto Geral, as referências sonoras se confundem com a imensidade de anúncios. Os pés precisam se desviar do acúmulo de pessoas subindo e descendo a Ladeira, é preciso ficar atento aos carros descendo a rua e aos vendedores, recorrentemente, correndo para se esquivar do policiamento. Interessante é notar o fato de os Policiais Militares (PMs) que fazem a fiscalização do local chegarem, muitos deles, de metrô, e os trabalhadores não temerem sua presença no local pois,

³ A Zona Azul é um bilhete que, quando comprado, dá permissão ao motorista para estacionar durante determinado período de tempo. Ela foi criada com o objetivo de promover a rotatividade das vagas de estacionamento no espaço urbano.

se os PMs ainda não iniciaram seus turnos de fiscalização, nesse sentido, não apreendem as mercadorias. Quando, porventura, os vendedores saem do local, é pela presença dos seguranças do metrô que não permitem o comércio “ilegal”. Neste caso, porém, suas formas de repreensão são com palavras, solicitando ao trabalhador que se retire do local.

Ao caminhar pelas ruas do centro da cidade de São Paulo até chegar à Rua 25 de Março, o cenário que me é apresentado se compõe de múltiplas referências e acionam os mais diversos sentidos: com várias sonoridades, cheiros e visões. Quando estou na Praça da Sé, indo em direção à Rua 25 de Março, vejo muitas referências que transitam nos dois espaços. São os pastores que pregam as palavras da Bíblia aos fiéis que o cercam, são os famosos repentistas que sempre atraem muito público, são moradores de rua, vendedores de DVDs, água, chocolate etc. Todos esses atores estão presentes ao longo do percurso entre a Praça e a Rua 25 de Março, sobretudo na Rua São Bento, que parece ser um excelente ponto de venda, uma vez que o fluxo de pessoas que ali transitam é muito intenso, já que é um local privilegiado, onde trabalha uma quantidade considerável de pessoas. Naquele espaço do centro velho de São Paulo, conhecido como Triângulo Histórico, estão concentradas as sedes dos principais bancos financeiros, a Bovespa, um calçadão de compras com lojas de departamento e de marcas mais sofisticadas, além dos bares que lotam à hora do almoço e do *happy hour*. Além disso, ao longo do caminho também se encontram muitos trabalhadores anunciando produtos (artigos de festas, tecidos) e serviços (compra-se ouro, dentistas) por meio de placas, sejam elas penduradas em seus pescoços ou seguradas com as mãos. O que também se repete nos dois espaços é a forte presença policial.

O acesso à Rua 25 de Março, vindo da Praça da Sé ou de outros locais próximos a ela, se dá, principalmente, por dois caminhos. O primeiro deles é descendo pela Rua General Carneiro. Semelhante a um calçadão, essa rua pode ser compreendida como a extensão do Camelódromo do Parque Dom Pedro, pois de um lado há várias barracas de camelôs vendendo uma variedade de produtos, desde roupas íntimas, passando por mochilas e calçados até artigos eletrônicos, como radinhos de pilha etc. Do outro lado da rua, encontram-se lojas, principalmente de roupas, artigos de beleza e higiene pessoal. Como é um local por onde não transitam carros, há um grande espaço para a circulação de pessoas, que muitas

vezes se transforma em extensos tapetes formados por *paraquedas*⁴ dos camelôs que não tem espaço fixo na rua⁵.

O encontro da Rua 25 de Março com a Rua General Carneiro pode ser compreendido como um dos pontos extremos do comércio pois, na maioria das vezes, aquele é o limite por onde circulam os trabalhadores e os consumidores. Aqueles que vão mais adiante, isto é, ao camelódromo do Pq. Dom Pedro, não são exatamente os mesmos consumidores que frequentam a Rua 25 de Março, pois compõem espaços distintos, embora ambos sejam reservados ao comércio. Mas no caso do camelódromo, alguns consumidores o veem como o local do desconhecido e do inseguro, devido à sua proximidade com o Terminal de ônibus, muito vinculado ao imaginário de roubo e excesso de moradores de rua que vivem por aquela região. É certo que a Rua 25 de Março também é casa de muitos homens que fazem daquelas ruas o seu lar e também de muitos doentes que mendigam dinheiro. Contudo, na maioria das vezes, a multidão que circula por esse espaço os torna invisíveis, como se eles já fizessem parte do cenário natural do comércio.

O outro caminho de acesso à Rua 25 de Março é pela famosa Ladeira Porto Geral. Esse é um dos cenários mais movimentados de todo o complexo comercial da Rua 25 de Março, por ser um local de passagem para aqueles que tomam o metrô. A saída da Estação Bento é muito disputada, são muitos os anunciantes que ficam gritando “cabelos”, “artigos de festas”, “enfeites para casamentos”, “fantasias” e muito mais. Há ainda os camelôs vendendo água, *pendrives* e chocolates. Descer até a Rua é um exercício de driblar os diversos atores, sejam eles trabalhadores, consumidores entrando e saindo de lojas e olhando as vitrines, Policiais Militares, ou mesmo os carros que trafegam no local.

⁴ Os paraquedas são *astúcias* criadas pelos trabalhadores de modo que se facilite a sua fuga. Muitos utilizam lonas para dispor suas mercadorias e amarram cordas nas pontas para que seja fácil fechar, formando um saco, quando o policiamento se aproximar. Outros trabalhadores utilizam sacolas de plástico, para que seja mais fácil a locomoção.

⁵ Os camelôs ali permanecem, mas somente quando não há policiamento no local.



Figura 3 Descendo a Ladeira Porto Geral, julho de 2013.

Logo na esquina da Ladeira com a Rua 25 de Março, outro tipo de ator nos é apresentado: o artista de Rua. Aquele ponto em específico é muito disputado, pois as esquinas são locais estratégicos de recepção de consumidores de várias ruas, sobretudo aquela esquina, pois como dito, há um intenso fluxo de pessoas indo e vindo do metrô. Entretanto, é um local que parece estar reservado para a estátua viva de anjo. Uma mulher que se veste com fantasia de anjo, pinta seu corpo de uma tinta prata e oferece mensagens de sorte àqueles que lhe dão uma contribuição em dinheiro em troca do entretenimento oferecido.

Ao longo de todos esses vinte e um meses de pesquisas rotineiras de campo, pude presenciar o crescimento dos artistas que se apresentam na Rua. O Anjo é um dos mais antigos a se apresentarem cotidianamente e foi um dos primeiros nesse tipo de atuação como estátua viva, seu lugar de apresentação, embora muito disputado, é respeitado pelos demais artistas. Às vezes outra estátua, principalmente a de Jack Sparrow⁶ se instala ao seu lado e assim garante também muita atenção do público que quase sempre se reúne no entorno dos

⁶ Jack Sparrow é uma personagem do Filme "Piratas do Caribe", interpretada pelo ator Johnny Depp.

artistas para apreciar as apresentações. É comum que haja pelo menos três ou quatro estátuas vivas espalhadas ao longo da Rua.

Mas há também outros artistas, como o cantor de sertanejo *gospel*, um grupo folclórico peruano composto pelo pai e mais três filhos, uns dois cantores de música romântica, o atleta das embaixadinhas, os cordelistas, os mágicos e adivinhos, o cantor de *reggae* e os pintores de obras de arte no azulejo e de retratos. Enfim, são inúmeros os artistas que dividem as atenções com os demais atores da rua. Geralmente, os adivinhos, mágicos e cordelistas são os que mais chamam a atenção do público e eles também revezam suas apresentações nos espaços. É muito comum encontrá-los em frente à Igreja de São Bento, ou nas ruas que nos levam da Rua 25 de Março até a Praça da Sé. Outro dos locais preferidos desses artistas é o Viaduto Santa Efigênia, espaços em que compartilham com os trabalhadores informais, quando esses podem realizar vendas.

Algo que me chama muito a atenção, principalmente quando ando pela Rua 25 de Março, é a presença de artesãos de colares, quadros de areia, pinturas em azulejos e objetos de madeira. Isso porque, embora possamos considerar a venda de produtos artesanais como uma atividade de comércio informal, ela tampouco sofre apreensões policiais. Isso ocorre porque eles se enquadram em outra categoria que não a do trabalhador informal, mas a do artista, o qual tem permissão da Prefeitura para realizar suas atividades no espaço urbano desde que levem consigo sua licença de artesão.



Figura 4 Grupo folclórico peruano, julho de 2013

Entretanto, a dinâmica do mercado é a mesma para eles também, isso porque os artistas competem entre si pela venda do serviço ou do produto. Há sempre duas ou três estátuas vivas na região, dois cantores e os pintores de azulejo. Esses últimos desenham num ritmo acelerado e vendem suas obras entre cinco e dez reais. Um dos pintores, certa vez, estava indignado com um concorrente que chegou ao local depois dele e perguntou por quanto estava vendendo suas pinturas, respondendo que vendia a oito reais e a dez reais se pedissem moldura, o colega sentou-se ao lado dele e também começou a pintar os azulejos, vendendo por cinco reais a peça. O artista ficou muito revoltado, mas disse que o concorrente tinha direito se quisesse transformar aquilo em mercadoria, mas ele iria deixar pelo mesmo valor porque seus quadros eram arte e não mercadoria. A justificativa daquele que vendia por um preço maior era a de que aquilo não era só mercadoria, ali também estava inscrito o seu talento.

Em todos esses espaços de demonstração de arte há sempre uma caixinha onde se depositam as contribuições dos admiradores desses trabalhos. Cercam-se inúmeras pessoas para conferir as apresentações, que não são interferidas pelo policiamento.

No comércio podemos encontrar diversas lojas oferecendo uma variedade de produtos. São lojas que trabalham tanto no atacado quanto no varejo e a maioria de seus produtos vem

de um único endereço: a China. É muito comum irmos às galerias que ficam no extremo da Rua 25 de Março, próximas à Rua Paula Souza, e encontrarmos produtos como *necessaires* ao valor de dez reais, enquanto que nas lojas que estão no centro da rua, o mesmo produto custa cinco ou dez reais mais caro.

Isso porque a Rua 25 de Março, embora extensa, tem os seus pontos de maior e menor circulação. Os pontos mais movimentados se estendem desde a Avenida Senador Queiroz até o Parque Dom Pedro. São poucos os consumidores que atravessam a avenida, pois do outro lado dela há várias galerias que funcionam como revendedoras dos próprios camelôs e de muitas lojas que se concentram no centro da Rua 25 de Março.

Em determinados locais parece haver uma especialização da venda de certas mercadorias. O Largo São Bento e Viaduto Santa Efigênia oferecem alguns artigos eletrônicos, como celulares, relógios e também *pendrive* – *que* está em toda a região e é considerado um dos produtos mais vantajosos da rua. Talvez essa tendência para eletrônicos se deva a uma transição de espaço, isto é, esse é o viaduto que liga a região da Rua 25 de Março com a Rua Santa Efigênia, conhecida por suas vendas de produtos desse gênero.

Brinquedos artesanais ou aqueles considerados “do Paraguai”, como o trenzinho, cachorrinho que faz piruetas, pintinho de corda e aviõezinhos de papel também podem ser encontrados ali, mas a comercialização desses produtos se dá em menor quantidade, além disso, esses brinquedos dificilmente são encontrados na Rua 25 de Março.

Já esta última, bem como as ruas mais próximas a ela, recebe uma variedade maior de produtos, como depiladores de nariz e orelha, massageadores de corpo e cabeça, meias, água, chocolate, papa-bolinhas⁷, “homem aranha na parede⁸”, máquina manual de costura, bolinha de sabão, DVDs, bolas de futebol, sacolas, relógios, carregador de celular, canetas permanentes, dentre outros. Mas existem produtos, como as meias de pé e óculos de grau, que podem ser encontrados com mais facilidade na Rua Barão Duprat. Assim como DVDs de jogos e programas de computador e de *videogame* são mais vendidos na Rua Cdor Kherlakhian, talvez devido a localidade das galerias que vendem produtos eletrônicos também estarem nesse local.

⁷ O papa-bolinhas é um aparelho eletrônico utilizado para retirar eventuais bolinhas que formam nas roupas.

⁸ “Homem Aranha na parede” é um brinquedo em forma de boneco do personagem dos quadrinhos que possuem nos braços e nas pernas silicões. Quando lança o brinquedo na parede o silicone fixa o boneco por uns minutos até que ele desliza aos poucos até chegar ao chão.

Ao longo da Rua 25 de Março e em seus arredores há muitas bancas de camelôs, mas o seu número vem diminuindo se compararmos aos anos anteriores a 2009, por meio de ações das duas últimas administrações da Prefeitura Municipal de São Paulo em cassar concessões dos permissionários. As bancas ainda presentes no espaço da rua propriamente dita estão concentradas em apenas uma parte de todo o trajeto, isto é, entre as esquinas das Ruas Basílio Jafet e Carlos Nazaré. Ainda há algumas poucas que seguem até a Avenida Senador Queiroz, mas essas são em número reduzido.

As bancas dos camelôs também estão distribuídas pelas Ruas Carlos Nazaré, Basílio Jafet, Cdor. Abdo Schahin, Cdor. Afonso Kherlakhian e pela Rua Barão Duprat que, junto com a Rua 25 de Março, são as ruas que mais recebem *camelôs de banca*. Desse modo, é também uma das ruas mais movimentadas, pois é porta de entrada para a Galeria Pagé e para o Shopping Oriental.



Figura 5 Calçada do Shopping 25 na esquina da Rua 25 de Março com a Rua Carlos Nazaré (Julho de 2013)

Além disso, a Rua Barão Duprat ainda dá passagem para a chamada “vilinha” ou “34”, uma pequena ruazinha só com passagem para pedestres onde estão localizadas várias lojas de roupas e bugigangas, é um dos espaços com maior contratação dos chamados *puxadores*⁹.

⁹ Os puxadores são assim chamados porque eles puxam os clientes para as lojas e boxes das galerias. Mais detalhes no capítulo 2.

Essa rua também dá acesso à Rua da Cantareira, onde se localiza o Mercado Municipal da cidade de São Paulo.

Na Rua 25 de Março também estão localizados o Shopping 25, o Shopping Popular e o Shopping Saara, além de uma grande galeria no pé da Ladeira Porto Geral; e na Rua Cdor Kherlakian, localiza-se a Galeria Pagé, a “39” e o Shopping Oriental. A presença dessas galerias e shoppings altera a movimentação das ruas, porque as demais localidades da região que não possuem esse tipo de comércio não apresentam uma movimentação tão intensa quanto às ruas supracitadas.

As galerias, certamente mereceriam uma pesquisa específica, pois elas compõem uma complexidade à parte que ajuda na composição da Rua 25 de Março. Entretanto, para compreendemos melhor como se dá a movimentação, aquisição e distribuição de trabalho na Rua, não podemos deixar de tocar no assunto. Só cabe ressaltar que elas possuem uma dinâmica muito mais intensa do que a descrita neste trabalho.

São muitas as galerias que existem no complexo comercial e elas estão espalhadas por várias ruas, principalmente nas ruas 25 de Março, Cdor, Kherlakian, Barão Duprat, Avenida Senador Queiroz, Ladeira Porto Geral e Rua Florêncio de Abreu. Cada uma delas apresenta certa especificidade das mercadorias a serem comercializadas. O Shopping 25, Shopping Oriental e a colorida Galeria Pagé possuem semelhanças no que diz respeito aos produtos destinados à venda, pois em sua maioria são produtos eletrônicos, perfumes e roupas de marcas famosas, ou réplicas. Também podem ser consideradas as maiores galerias da região e as mais movimentadas. Isso se deve à quantidade de produtos vendidos, inclusive por varejo, diferentemente de muitas outras galerias, como as que se encontram no início da Rua 25 de Março, onde a especialidade é o atacado, e o consumidor precisa gastar, na maioria das vezes, um mínimo de trezentos reais.



Figura 6 Rua Com. Kherlakhian. Galeria Pagé ao lado, julho de 2013

Com treze andares e dois prédios interligados, a galeria Pagé funciona também como fornecedora de produtos a muitos camelôs e é conhecida por comercializar produtos sem nota fiscal, principalmente os eletrônicos; ou seja, são produtos, considerados por muitos como de proveniência ilícita. É comum haver operações da Polícia Federal onde, não só a Galeria Pagé, mas também o Shopping 25 são fechados sob acusações, principalmente referentes à venda de mercadorias piratas. Entretanto, não passa muito tempo até que novamente se

reabrem os boxes das galerias. Além disso, os donos de boxes são os principais empregadores dos chamados *puxadores*.

Já as galerias que se encontram, principalmente na Ladeira Porto Geral, ou próximo a ela, trabalham com venda de produtos de aviamento, materiais para a confecção de bijuterias e artigos de festas. Há uma ou outra loja comercializando produtos distintos a esses, como a loja de artesanato peruano, mas são minoria.

Outras galerias da Rua 25 de Março, próximas à Rua Paula Souza e as galerias da Avenida Senador Queiroz, são especializadas em revenda, ou seja, para a venda em atacado de diversos produtos, principalmente de origem chinesa, como guarda-chuvas, bolsas, maquiagem etc. Essas galerias, assim como a maioria das outras também, como o Shopping 25 e Shopping Oriental, apresentam em sua composição étnica uma maioria de trabalhadores chineses e ainda coreanos. Na Galeria Pagé não há somente os orientais, mas também brasileiros provenientes de diversas partes do país e os “árabes”¹⁰.

No Shopping 25, um shopping em expansão, pois há a criação de novos boxes e a abertura de filiais na mesma rua, como dito, a maioria de seus trabalhadores são provenientes de países orientais. Mas nessas novas áreas de empreendimento, o que temos visto é a venda de roupas e bolsas pelos brasileiros e também pelos peruanos, que vêm se tornando uma nacionalidade cada vez mais presente na rua. Isso porque em outro shopping na Rua 25 de Março, conhecido como Shopping Saara, a maioria dos boxes, com exceção de um ou outro, pertence a vendedores andinos. Quando circulamos pelos corredores do Saara, do Shopping Oriental ou do 25, nos sentimos muitas vezes transportados para outro país, pois o que mais escutamos são línguas diferentes da nossa, além de possuírem hábitos próprios, estranhos à nossa cultura.

Os peruanos, no ato da venda, procuram se portar de maneira semelhante aos brasileiros companheiros de ofício para que, desse modo, consigam nos agradar. Já os chineses, muitas vezes, são vistos com maus olhos por alguns brasileiros por não se “esforçarem” em falar português ou em “tratar bem” os consumidores. A dificuldade de comunicação entre pessoas pertencentes a línguas e nacionalidades distintas gera a necessidade de contratação de funcionários que saibam lidar com o público do país em que se

¹⁰ “Árabes” de um modo geral também podem ser sírios, turcos etc. Entretanto, na rua, o modo como rotineiramente são chamados pelos demais atores da rua é “árabe”.

encontra. Não à toa, é comum haver brasileiros trabalhando para os chineses, como puxadores ou atendentes de balcão, por exemplo¹¹.

Contudo, em outra escala, nem mesmo as galerias que não contam com a presença massiva dos chineses estão isentas da participação oriental em seus negócios. Isso porque a maior parte dos produtos comercializados são provenientes da China. É certo que há mercadorias fabricadas no Brasil, principalmente aquelas relacionadas aos programas de televisão transmitidos aqui – como é o caso da telenovela *Carrossel*, destinada ao público infantil, cujos artigos das personagens da história têm se tornado uma sensação entre as crianças – ou alguns produtos artesanais. Entretanto, o mercado da Rua 25 de Março tem hoje a China como a sua principal fornecedora de produtos.

Não é só nas galerias ou lojas que se comercializam produtos chineses, mas também entre os camelôs há a revenda desses produtos. A forma de obtenção de tais mercadorias se dá por meio da negociação direta com as fábricas na China, trazendo mercadorias diretamente de lá para o Brasil por meio de navios (é muito comum algumas mercadorias ficarem presas no Porto de Santos até serem liberadas pela Polícia Federal, o que gera atrasos na entrega dos contêineres). Outra forma de obtenção dessas mercadorias se dá mediante as negociações informais feitas no Paraguai. Como descrito por Pinheiro-Machado (2008), existe uma rota comercial que interliga a China, o Paraguai e o Brasil pois, para chegar aos mercados brasileiros, muitas mercadorias passam pelo Paraguai como uma forma de encontrar brechas na fiscalização, que permitam a revenda de determinadas mercadorias consideradas como piratas em algumas nacionalidades.

Como bem descreveu Pinheiro-Machado (2008), nesse caso estamos lidando com diversas legislações diante do fato da mercadoria percorrer vários países, onde cada uma delas tem uma especificidade para considerar o que é pirataria e o que não é. Há outras rotas que vêm se tornando usuais para que os produtos chineses cheguem aos mercados brasileiros. Ainda não tenho muita clareza de quais sejam essas rotas e de como elas são recorridas.

É principalmente por causa dessas mercadorias que os consumidores se dirigem até a Rua 25 de Março, pois ali os produtos são mais baratos e de mais fácil acesso do que em outros locais. Os consumidores muitas vezes acabam se confundindo com os camelôs, por conta de o

¹¹ No capítulo 2 será abordada, de modo mais aprofundado, a relação entre os chineses e seus funcionários brasileiros.

fluxo dos atores circulando pelas ruas ser intenso e, uma vez que muitos trabalhadores disfarçam suas vendas para passarem despercebidos pelo policiamento, se perdem no meio da multidão que visita as ruas, sobretudo em datas festivas, quando o movimento é maior.



Figura 7 Cartaz na Avenida Senador Queiroz nas proximidades com a Rua 25 de Março (maio de 2012)

A rua normalmente é composta pelas lojas que ocupam os dois lados da calçada e algumas bancas de camelôs na sua extensão. Há locais com mais e outros com menos bancas, mas ao longo de toda a rua há camelôs andando de um lado ao outro acompanhando o trajeto dos consumidores. Ainda há uma grande quantidade de *puxadores* chamando compradores às lojas para as quais prestam serviços e os *puxadores do pesado*¹², com seus carrinhos estacionados em frente às lojas esperando que algum serviço apareça. Por fim, há os catadores de papelão que tomam conta das caixas descartadas pelas lojas e há equipes de Policiais Militares fazendo a fiscalização da rua.

Todos esses atores ajudam na configuração das formas de trabalho desempenhadas pelos diversos tipos de trabalho informal presentes no complexo comercial da Rua 25 de Março. E a cada nova *situação* enfrentada por eles o modo de atuação no local pode ser alterado.

¹²O *pesado* é um carrinho de mão dirigido por prestadores de serviços de algumas lojas que os contratam para transportar mercadorias de um lugar a outro.

1.1 Produzindo Espaços

A Rua 25 de Março tem passado por uma série de transformações ao longo do tempo. Se antes a Rua era um rio, o Tamanduateí, ao longo do tempo uma série de transformações urbanas foram incorporadas a ela, o que contribuiu na formação da Rua 25 de Março, tal como a conhecemos hoje. Desde muitos anos a Rua 25 de Março é conhecida pelo comércio. Se antes os consumidores escoavam suas mercadorias adquiridas na Rua de baixo¹³, pelo rio Tamanduateí; depois, a partir de 1901, passaram a utilizar os trens recém-inaugurados da Estação da Luz (Koraicho, 2004). Devido às dificuldades de acesso a determinados comércios na capital paulista, a Rua 25 de Março se destacou pela acessibilidade proporcionada pelos trilhos dos trens que surgiram às margens do rio Tamanduateí, conferindo ao local destaque para a venda. Hoje, diante das várias facilidades de acesso à Rua, a dimensão desse comércio aumentou, não só em quantidade, mas em importância.

Na medida em que a Rua 25 de Março é destino de muitos consumidores e trabalhadores, sejam eles da própria cidade de São Paulo, sejam migrantes nacionais ou internacionais, ela se constitui por meio das relações sociais que ali são construídas.

A vastidão de pessoas que frequenta a Rua 25 de Março pode ser compreendida a partir da popularização dos comércios do centro da cidade, a partir dos anos 1930 (Goudet, 2010). A famosa rua paulistana passa a ser destino de muitos atores que para cá se dirigem não só para comercializar, mas também com o objetivo de trabalhar. Isso porque os setores formais do comércio não conseguem manter tantos trabalhadores, além disso, há aqueles que preferem se arriscar nesses setores por terem mais autonomia de trabalho.

Alguns trabalhadores que lá estão há anos e já passaram por diversas experiências administrativas da cidade, como por exemplo, Sr. João que chegou à Rua 25 de Março no ano de 1967, nos conta que as várias gestões da Prefeitura de São Paulo, são muito cíclicas. Alguns prefeitos, quando assumem a administração pública, procuram regularizar a vida dos trabalhadores do centro da cidade, mas quando troca a gestão, o novo Prefeito desfaz o trabalho anterior.

¹³ A Rua 25 de Março era chamada de Rua de Baixo até o século XIX, pois ela ligava a ponte do Carmo até o Porto de São Bento. Ao ano de 1865, passou-se a chamar Rua 25 de Março em referência a primeira Constituição Brasileira outorgada por Dom Pedro I no dia 25 de Março de 1824.

Os conflitos políticos são transportados à rua, onde ganham outras dimensões à medida que os demais complicadores já presentes advindos das dinâmicas dos trabalhos de rua e de produção do espaço urbano afluem nos problemas sociais da cidade.

A Rua está localizada no centro da capital paulista, área em que, a partir da década de 1980, passou a ser retida “para fins especulativos, originando ‘vazios urbanos’ que, mais cedo ou mais tarde, começaram a receber serviços e infraestrutura proporcionados pelos poderes públicos”, o que gera certas contradições urbanas, pois “os investimentos públicos em bens de consumo coletivo têm sido tradicionalmente realizados em prejuízo da grande massa de trabalhadores” (*ibidem*, 26).

Teresa Caldeira (2010), ao estudar as formas de segregação urbana em São Paulo, nos demonstra como a própria cidade e seus habitantes classificam e estabelecem limites entre os tipos de moradia e seus moradores estabelecendo hierarquias e tipos de segregação adotados ao longo do desenvolvimento urbano da cidade de São Paulo.

No fim do século XIX até início dos anos 1940, a cidade de São Paulo apresentava um desenho no qual diferentes grupos sociais se comprimiam numa área urbana pequena, onde eram segregados ou delimitados por tipos de moradia. Já no período que se estende dos anos 1940 até 1980, a cidade passou a ser caracterizada pela separação centro-periferia, onde grupos sociais eram separados por grandes distâncias (as classes média e alta estavam localizadas nos bairros centrais com boa infraestrutura, enquanto os pobres viviam nas precárias e distantes periferias).

O desenho que vem se configurando desde os anos 1980 assinala a proximidade em que vivem diferentes grupos sociais. Embora haja um forte investimento dos setores públicos nas áreas centrais de São Paulo, como nos demonstra Kowarick (2009), o encarecimento dos imóveis buscam realizar a segregação, buscam selecionar os tipos sociais a frequentar determinadas territorialidades da cidade. Além da adoção de muros e tecnologias de segurança, o que dificulta a circulação destes indivíduos em grupos econômicos distintos.

No caso específico do espaço público urbano, não há a construção de muros, e a circulação entre os atores é mais fluida, permitindo que haja um duplo movimento – da periferia ao centro e do centro à periferia –

“combinado à expansão e ao transbordamento da área central sobre o seu entorno, não só transformou as áreas centrais no paraíso do comércio ambulante, misto de feira livre e *shopping center*, inclusive com direito a serviços de lazer e entretenimento,

como também aproximou fisicamente segmentos mais pobres e ricos da população, residentes permanentes e temporários.” (Arantes, 2000: 148).

Entretanto, cabe salientar que a aproximação física entre distintas camadas sociais não significa proximidade social, isso porque o poder público confere às políticas urbanísticas adotadas estabelecerem hierarquias sociais e econômicas, sobretudo durante as duas últimas administrações municipais (correspondentes aos governos Serra-Kassab¹⁴).

Desse modo, se antes as fronteiras estabelecidas entre os moradores de São Paulo obedeciam principalmente a limites geográficos, em que a classe mais pobre morava afastada dos grandes centros, agora, precisou-se criar novas fronteiras para que se pudessem demarcar diferenças sociais, políticas e econômicas entre os atores que convivem em ambientes muito próximos. Para isso, constituem-se novos projetos urbanos, desempenhados muitas vezes mediante recursos de repressão e fiscalização, os quais constroem grandes fronteiras, separando cada grupo social.

No caso, tais práticas não são inertes ao local, elas passam a ser reguladas pelo poder público que emprega, na maioria das vezes, uma ordem econômica dominante. Nesse sentido, as alterações sofridas no espaço urbano visam à regulamentação de certas práticas, seja permitindo-as ou as proibindo.

A Rua 25 de Março, embora tenha mantido o seu perfil de rua do comércio ao longo do tempo, também sofreu variações no sentido de permissões e restrições, principalmente com relação ao trabalho informal. O que temos assistido nos últimos anos é a uma redução considerável do número de bancas regularizadas pela Prefeitura de São Paulo, e quase um “caça às bruxas” com relação aos trabalhadores informais, usualmente conhecidos como ambulantes. Isso porque foi adotado um intenso policiamento para fazer a fiscalização da região, com o objetivo de reprimir o comércio dito ilegal.

Esse fato alterou consideravelmente as formas de uso e de produção do espaço. Desde o ano de 2009¹⁵ (momento em que fora assinado um convênio entre a Prefeitura da cidade e a Polícia Militar do Estado de São Paulo), o setor público procurou implantar um programa

¹⁴ José Serra foi prefeito da cidade de São Paulo durante os anos de 2005 e 2006, deixando o cargo para se candidatar ao Governo do Estado de São Paulo, onde permaneceu até o primeiro semestre de 2010, momento em que se afastou para ser pré-candidato à Presidência da República Federativa do Brasil. Gilberto Kassab do PSD (Partido Social Democrático), vice de José Serra, assumiu a Prefeitura entre 2006 e 2008. Reeleito Prefeito, teve sua administração entre 2009 e 2012.

¹⁵ O convênio firmado entre Prefeitura de São Paulo e Polícia Militar do Estado de São Paulo ficou conhecido como “Operação Delegada”.

criado na gestão do então prefeito, Gilberto Kassab, chamado “Lei cidade limpa, livre de pirataria e de comércio ilegal”¹⁶. A partir desse momento, o comércio informal tornou-se um alvo cada vez maior¹⁷ de fiscalização da Prefeitura.

Entretanto, há muitos trabalhadores que continuam desempenhando suas vendas na rua. Embora alguns tenham desistido e foram procurar outros locais menos visados pela fiscalização, outros continuam por lá e a cada dia chegam novos camelôs ou puxadores que seguem em suas apostas por um trabalho lucrativo na Rua 25 de Março. Muitos trabalhadores não deixaram de trabalhar por serem perseguidos, eles preferem usar o espaço urbano de modo diferenciado, subvertendo-o para melhor lucratividade de suas vendas. Desse modo, os trabalhadores informais fazem uso da rua de forma muitas vezes invisível, isto é, uma vez que se encontram na marginalidade do mercado formal e abaixo na hierarquia conformada pelo poder público, o modo pelo qual consomem um espaço produzido pela ordem é diferenciado.

Michel De Certeau (2009), ao descrever as ações desempenhadas pelos indígenas durante o período colonial, demonstra-nos como eles subvertiam as ordens impostas pelos colonizadores espanhóis, de modo a darem continuidade às suas práticas rituais. Ou seja, as leis ou representações que lhes eram impostas, “os indígenas as subvertiam, não rejeitando-as diretamente ou modificando-as, mas pela sua maneira de usá-las para fins e em função de referências estranhas ao sistema do qual não podiam fugir” (2009:39). De modo semelhante, vejo como os trabalhadores da Rua se utilizam do espaço da ordem que lhes foi imposto. Por serem constantemente perseguidos pelo policiamento, que possui um mapa de ação na Rua, os atores procuram se manter invisíveis diante da fiscalização e se revelar para os consumidores quando for seguro realizar suas vendas sem serem pegos.

Três das principais *astúcias* utilizadas pelos trabalhadores são o disfarce, ou seja, a reconfiguração de sua *apresentação*; a *fabricação* de novas territorialidades no complexo comercial; e, por fim, a invisibilidade.

Os trabalhadores precisam se disfarçar de consumidores quando estão próximos aos agentes fiscalizadores do Estado. Diante da aproximação da polícia, quando as mercadorias são menores, como relógios, pulseiras e *pendrives*, os camelôs que não possuem licença da

¹⁶ No capítulo 3 abordarei mais detidamente essa questão sobre os trabalhadores, Prefeitura e *Operação Delegada*.

¹⁷ Isso porque nas gestões públicas anteriores já havia uma forte preocupação ao comércio informal da cidade. Muitos ex-Prefeitos procuraram diminuir ou fiscalizar com mais rigor tais atividades.

Prefeitura para o trabalho escondem tudo nos bolsos. Quando a venda é de água, as garrafas são escondidas em sacolas plásticas escuras, como se fossem compras feitas por um consumidor qualquer. As mulheres camelôs que atuam no mercado aproveitam-se das bolsas penduradas em seus ombros para esconderem massageadores, máquinas de costura portáteis, *pendrives* dentre outras coisas. Assim, a *apresentação* desse tipo de trabalhador ao policiamento se dá através da figura que fazem como consumidores. Nem sempre são exitosos, pois todos os dias algumas apreensões são feitas. Entretanto, minutos depois, os trabalhadores já estão novamente percorrendo as ruas em busca de novos consumidores para suas mercadorias.

Os trabalhadores mais visados pelo policiamento são os vendedores de água, por serem de mais fácil identificação, já que os líquidos em suas sacolas com garrafas estão quase sempre pingando. É comum que coloquem gelo ou comprem água bem gelada para que consigam manter a temperatura, principalmente durante os dias de intenso calor.

Aqueles que vendem DVD's também estão entre os mais “perseguidos” pelo policiamento, juntamente com os vendedores de óculos de grau, isso porque a mercadoria comercializada, mais do que as outras são consideradas cópias piratas dos filmes, programas de computador e jogos de videogame, o que é considerado ilegal pela legislação e os policiais responsáveis pela fiscalização. Os vendedores desse tipo de mercadoria estão sempre com uma placa de metal onde fixam os inúmeros títulos vendidos e os colocam sobre uma caixa de papelão. As demais cópias ficam guardadas nas mochilas dos camelôs. Quando o policiamento se aproxima eles colocam a placa dentro da caixa e vão para outras localidades que não fazem parte do mapa da fiscalização. Muitos se escondem dentro das galerias, ou guardam suas mercadorias em boxes de seus conhecidos de galerias próximas. Dificilmente um policial entra nos estabelecimentos comerciais, então os trabalhadores se aproveitam desse fato e se infiltram nos labirintos das galerias, principalmente quando são vendedores da Rua 25 de Março. Não à toa, o espaço utilizado pelos vendedores de DVDs é um local estratégico, que os permite fugir para dentro das galerias ou para a Av. Senador Queiroz. Ainda há vendedores da mesma mercadoria em outras ruas, mas a *astúcia* de fuga é semelhante: Quando os vendedores estão na Rua Barão Duprat – local muito visado também pelos camelôs, pois por ali circulam muitos tipos de compradores – o local de fuga costuma ser o Pq. Dom Pedro e suas proximidades, isso porque o policiamento raramente se dirige até

aquele local, cada um dos PMs que faz a guarda da rua possui um trajeto, anteriormente traçado, ao qual se limitam.

Os espaços de fuga não servem somente para se esconderem, eles também se convertem em locais onde são estabelecidas sociabilidades entre os trabalhadores. A esquina da Basílio Jafet (rua que corta a Rua Barão Duprat) com a Avenida do Estado, durante momentos de intensa fiscalização em que os camelôs se veem impossibilitados do exercício do trabalho, torna-se uma grande roda de conversa, troca de informações, buchichos sobre os policiais e mercadorias, enfim, trocam-se vivências e experiências de trabalho.



Figura 8 Apreensão na Rua 25 de Março, julho de 2013

Certo dia em que eu estava procurando Juliana, uma de minhas interlocutoras, fui exatamente a essa esquina, pois já havia sido avisada por ela e pelos demais companheiros de que, se eu quisesse conversar e não os encontrasse nos locais de trabalho, certamente estariam ali conversando, esperando o melhor momento para que pudessem retornar às vendas. É um local com certa tranquilidade, os policiais vão até lá somente quando se intensifica a fiscalização, ou quando há um confronto direto entre os trabalhadores e a PM.

Nos dias próximos ao fim de ano, mesmo depois do Natal, os policiais passaram a acompanhar as territorialidades dos camelôs, proibindo até que conversassem em seus pontos de sociabilidade. Nos momentos em que se viam impossibilitados de trabalharem, iam para outras regiões, ou davam um tempo até trocarem as equipes da PM para que pudessem retomar as vendas.

Além dos espaços de fuga, constroem-se novas territorialidades para o próprio trabalho: O Largo São Bento e sua extensão no Viaduto Santa Efigênia; a contiguidade da Rua 25 de Março, próximo à Rua Paula Souza; a Avenida Senador Queiroz e parte da Rua Prestes Maia, e as cercanias do Parque Dom Pedro. Além disso, há aqueles que se arriscam para as ruas que nos levam até a Praça da Sé. Entretanto, o mais comum é que os trabalhadores se restrinjam às proximidades das suas áreas de trabalho mais cotidianas. Muitos consumidores acompanham os trabalhadores, ou cria-se uma nova rede de clientela nesses novos espaços.



Figura 9 Viaduto Santa Efigênia, 15 de abril de 2010.

Muitos trabalhadores que realmente abandonaram a Rua 25 de Março como local de exercício da venda, tampouco deixaram de trabalhar com o comércio. Ao contrário, foram ampliando suas fronteiras comerciais, levando parte da própria rua e da experiência adquirida ali para outros lugares. É o caso dos imigrantes equatorianos que, até o ano de 2009, tinham uma presença forte na rua central, e depois passaram a compor outras territorialidades, como o bairro do Brás, também na região central de São Paulo. Embora no Brás o policiamento também seja muito forte, sua dinâmica é distinta à da Rua 25 de Março. Não me atrevo a fazer uma comparação mais detalhada, pois a primeira região merece uma etnografia específica. Mas acredito que o Brás é mais extenso e possui ruas mais amplas para a fuga, o que dificulta a fiscalização.

Por fim, a *astúcia* da invisibilidade utilizada pelos atores que praticam o comércio informal é a de se perderem no meio da multidão. Eles não se disfarçam de consumidores simplesmente, o disfarce em si não é suficiente. Muitas vezes os policiais já estão acostumados com essas novas *apresentações*, eles estão frequentemente na rua, lidando com o comércio, investigando os suspeitos, estudando suas práticas de ação. Isso faz com que os trabalhadores busquem ao máximo se esconder, comercializar na invisibilidade onde, ao mesmo tempo, não sejam vistos pelos PM e se revelem ao mercado consumidor. Muitas vezes, a prática do *disfarce* vem acompanhada da *invisibilidade*, uma não exclui a outra. Às vezes são complementares para burlar a fiscalização que, estando todos os dias na rua, já consegue mapear as *astúcias* de atuação dos trabalhadores. Assim, disfarçar-se de consumidor nem sempre surte resultado. Nesse sentido, é preciso se perder na multidão, tornando-se invisíveis. Há, ainda, certas *táticas* adotadas pelos trabalhadores para que consigam atrair mais consumidores, como, por exemplo, demonstrar como funciona o produto. É comum presenciar, por exemplo, a encenação do jogo “Bateu Colou”¹⁸ no meio da rua.

Deste modo, eles se aproveitam de locais muito movimentados para se perderem no meio da multidão, como é o caso das saídas das galerias, principalmente da Galeria Pagé e do Shopping Oriental, que possuem menos saídas do que o Shopping 25; igualmente, os pontos próximos aos dois *Mc'Donalds*, entre uma banca de camelô e uma loja são bastante utilizados, já que quando há muita movimentação os PMs costumam cortar caminho pelo

¹⁸ O “bateu colou” é jogado por duas pessoas. Cada jogador fica em um extremo da rua segurando espécie de um disco de plástico e arremessando uma bolinha com ventosas que o adversário tenta pegar com o seu disco.

espaço da rua em vez de caminhar na calçada. Mas, para que isso dê certo, também é preciso que os ouvidos e os olhos fiquem atentos ao sinal de proximidade da polícia. Muitas vezes o sinal é dado pelo companheiro de trabalho, pelo consumidor, pelos demais trabalhadores da rua, ou é percebido por si só e anunciado aos demais.

Os trabalhadores também ocupam localidades mais ou menos definidas. É claro que eles se movimentam em busca de mais consumidores e para fugir da fiscalização, no entanto existe certa preferência pelos espaços. É comum perguntar por algum trabalhador na rua e seus companheiros questionarem se é o fulano que trabalha perto da “39”, ou o sicrano que fica na “Barão”. Os *camelôs de rua*, os que ficam *no corre*, procuram seguir o fluxo dos consumidores, muitos “acampam” em frente aos shoppings e galerias; outros preferem as esquinas (principalmente a esquina da Rua Basílio Jafet com a Rua Barão Duprat); e ainda há aqueles que querem assegurar suas vendas logo na chegada do consumidor na rua, isto é, em frente ao Metrô São Bento, na Ladeira Porto Geral.

As bancas, por sua vez, se distribuem de acordo com orientações da Prefeitura de São Paulo e, embora estejam em várias ruas da região, elas não se encontram próximas à saída de algumas lojas consideradas de grande movimentação, como é o caso dos *Armarinhos Fernando, Minas, Camicado, Shopping 25, Clovis Calçados*, dentre outras. Este fato nos ajuda a revelar certas hierarquias estabelecidas na rua, de acordo com uma situação de desigualdade política e econômica. Esses seriam espaços potenciais para a abertura de novos pontos para as bancas, visto que parte desses edifícios não são patrimônios tombados¹⁹ e por isso não haveria impedimentos para que se reabrissem os pontos de trabalho que já existiram naqueles locais. Há alguns anos havia bancas estabelecidas nesses pontos, mas elas tiveram a licença cassada pela Prefeitura, e esses locais não foram abertos aos tantos outros camelôs que solicitam ir para a Rua 25 de Março.

Enquanto isso, os *puxadores* se distribuem por toda a dimensão da Rua 25 de Março, da Rua Cdor A. Kherlakhian e da Ladeira Porto Geral. Essa última é palco de múltiplas referências mais, pois além dos *camelôs de rua e puxadores*, há inúmeros anunciantes de lojas e produtos, principalmente para a venda de cabelos, artigos de festas, camisetas e pratos. É um local de congestionamento de carros, pessoas e trabalhadores. Não é à toa que sua esquina

¹⁹ Segundo o Decreto Nº42 de 2002 fica proibida a instalação de equipamentos a menos de vinte metros de qualquer bem ou monumento tombado. No capítulo 2 explicarei melhor sobre como se dá a distribuição das bancas.

com a Rua 25 de Março é disputada por todos os trabalhadores pesquisados e ainda pelos diversos artistas de rua que se aproveitam da movimentação do local.



Figura 10 Rua 25 de Março, julho de 2013

1.2 As diversas Ruas 25 de Março

Logo em meus primeiros passos ao descer a Ladeira Porto Geral, por volta de uma hora da tarde de um domingo, deparo-me com alguns policiais militares que se dirigem ao Metrô São Bento e, a cada passo que dou, aumenta o número de fiscalizadores que vão em direção oposta à minha. Ao cruzar a esquina da Ladeira com a Rua 25 de Março, pode-se ver a investida de múltiplos atores encenando com tranquilidade a *situação* que no dia a dia não é possível: Comercializar suas mercadorias sem serem criminalizados nem perseguidos pela Polícia Militar.

As calçadas recebem fileiras de mercadorias, e a cada lado armam-se bancas e *paraquedas* com os mais variados produtos: As bolsas e carteiras dos chineses; as camisetas dos bolivianos; as bijuterias, bonés e outros produtos dos peruanos; os lenços dos

equatorianos; correntes dos africanos; os brinquedos (sobretudo o Bate-bate); o *Papa-bolinha*, os depiladores de nariz e orelha, *pendrives*, massageadores, cintos, DVDs, roupas e outros tantos produtos vendidos pelos brasileiros. Afora tudo isso, ainda é possível encontrar os artistas de rua, que vão desde estátuas vivas até os famosos repentistas que animam a Rua, passando pelos artesãos e pintores.

As músicas do momento são reproduzidas por carrinhos de mão, aos quais são acoplados equipamentos de som muito potentes. Há certa disputa entre duas ou três músicas que são ouvidas de um lado ao outro da Rua, com sucessos nacionais e internacionais. Em vários momentos, foi um pouco difícil conversar com os trabalhadores da rua, pois eu acabava sendo interrompida por: “*Eu quero tchu, eu quero tcha, eu quero tchu tchu tcha tcha tcha*”, ou mesmo por algum forró ou música gospel.

Os cheiros das frutas vendidas, sobretudo do abacaxi, nos carrinhos ou dos milhos cozidos invadem a rua conforme os vendedores passam. A compra de água, mais comum na rua nos dias da semana, no domingo concorre com o refrigerante, o suco ou a cerveja; basta atravessar a rua para comprar dos *camelôs de rua* que também circulam com tranquilidade por lá, diferentemente de outros momentos em que é preciso procurar um vendedor de água, travestido de consumidor para adquirir o produto.

Esse cenário apresentado é semelhante ao da Feirinha da Madrugada, que se inicia por volta das três e meia e se estende até às seis e meia da manhã, quando chegam os policiais militares que fazem a fiscalização da rua.

A Feirinha da Madrugada acontece em vários espaços do complexo comercial da Rua 25 de Março e parece ser promovida por algumas galerias da região principalmente pelo Shopping popular e pelo Shopping Saara, que abrem suas portas e estendem fileiras de mercadorias que saem do seu interior até a rua.

Cada uma das ruas obedece a certa especificidade de vendas e de nacionalidades. A circulação entre cada ator é comum, mas há predominâncias de algumas etnias e suas mercadorias em espaços específicos. A Rua Carlos Nazaré, por exemplo, tem a predominância de imigrantes de países africanos comercializando brinquedos e outros artigos destinados ao público infantil. A esquina da Rua 25 de Março com a Avenida Senador Queiroz apresenta grande concentração de chineses, brasileiros e alguns peruanos que possuem boxes no Shopping Saara, mas que aproveitam o momento em que a rua é liberada

para ampliarem as suas vendas. Na Rua Barão Duprat há uma maior especificidade de vendas de produtos eletrônicos e também de DVDs de filmes, séries, jogos de videogame e programas de computador. Sendo assim, podemos perceber que a própria feirinha compreende uma multiplicidade de territorialidades e especificidades.

O modo de comercialização é tranquilo, as mercadorias são expostas ao ar livre, os trabalhadores anunciam seus produtos e suas vendas, animam a noite com as diversas trilhas sonoras do momento. Anunciam o que está por vir no dia que, para a maioria dos paulistanos, ainda não começou, mas que já está a pleno vapor para os camelôs. Na feirinha do dia quatro de julho de 2012, dia em que ocorreria a final do jogo da Libertadores da América entre Corinthians e Boca Juniors, a rua parecia ter se transformado em um verdadeiro estádio de futebol. Desde a saída do metrô às 5:50 da manhã já se podia escutar o hino do time paulista, o barulho dos sinalizadores, isso porque o espaço principal da feirinha ocorre da esquina da Rua Cdor. Kherlakhian até a Avenida Senador Queiroz, e ainda há alguns vendedores “do lado de lá” da Avenida.

Esse momento também foi importante para a venda de mercadorias específicas para que os torcedores pudessem acompanhar os jogos preparados para comemorações. Ou seja, há momentos em que as especificidades sazonais beneficiam a venda e os trabalhadores aproveitam as modas para garantir mais lucratividade. As datas comemorativas também conformam momentos específicos na rua, como o Dia das Mães, Carnaval, Natal etc.

Enfim, aproveitando-se do momento de liberdade das vendas, os trabalhadores circulam pelas ruas, estabelecem sociabilidades, permitem aos consumidores que experimentem os produtos, trocam experiências com os demais atores da rua. Entretanto, muitas vezes os vendedores e consumidores presentes no local são alvos dos ladrões que se aproveitam, também, da falta de fiscalização.

Em uma de minhas idas à feirinha da madrugada, passei por uma experiência constrangedora. Eu estava aproveitando esses momentos em que os trabalhadores estão mais preocupados com as suas vendas do que com o policiamento, pois sabem que naquele momento a rua está “liberada” ao trabalho, e comecei a fotografar o cenário em questão. Andava de um lado a outro, fazendo imagens da dinâmica da rua, quando o segurança do Shopping Popular me chamou e me alertou quanto a dois rapazes que estavam me perseguindo, certamente devido à máquina fotográfica, que chamava a atenção. Perguntei

onde estariam e ele, ao procurar os garotos, não os avistou mais, pois já haviam fugido. Segundo o segurança, já fazia um bom tempo que os meninos me acompanhavam. Como eu estava preocupada em registrar a rua, só me dava conta das pessoas trabalhando e de como elas se portavam diante da máquina.

De acordo com o segurança, os assaltos são muito comuns na Rua, pois “*eles (camelôs) bagunçam demais e muitos se aproveitam para aplicar golpes e roubar os consumidores. É todo dia assim, tem assalto*”. Ele me narrou que certo dia viu uma senhora andando com uma grande quantidade de dinheiro no bolso. Todas as vezes que ia pagar algo, ela retirava as notas, pagava e depois guardava novamente. Quando estava prestes a sair da galeria, o segurança a alertou que a estavam seguindo, mas ela disse que não haveria problemas, pois a rua estava cheia e o dinheiro muito bem guardado. Minutos depois, a senhora retornou ao segurança chorando, contando que a haviam assaltado em uma esquina depois daquela galeria.

Eu não tinha certeza se estavam realmente querendo me assaltar. Porém, na dúvida, preferi ficar próxima ao segurança, visto que já eram seis da manhã. Sabendo que o policiamento na rua se inicia às seis e meia, preferi aguardar a chegada dos policiais. Dali onde eu estava, pude observar como a feirinha se faz e se desfaz em questão de segundos. As estruturas das barracas são armadas de modo a facilitar a fuga pois, mesmo sabendo o horário em que a PM inicia os seus trabalhos, os vendedores querem aproveitar ao máximo sua permanência no local. Alguns, ao se darem conta que a hora de chegada da polícia se aproxima, guardam seus produtos dentro de grandes bolsas presas em carrinhos de mão e saem para continuar o trabalho em outros lugares ao longo do dia; outros só se retiram quando avistam os policiais se aproximando, então desarmam as barracas, que são dobráveis, colocam-na debaixo de um dos braços e com o outro puxam o carrinho com as mercadorias. Algumas vezes o aproveitamento do tempo nem sempre garante a lucratividade, pois os trabalhadores são pegos pela PM e têm suas mercadorias apreendidas, como foi o caso de um chinês que perdeu sua sacola de carteiras nesse dia em que eu estava observando.



Figura 11 Rua 25 de Março, Feirinha da Madrugada, julho de 2012

Momentos antes do início da patrulha da PM, um carro da Guarda Civil Metropolitana passou em alta velocidade entre as mercadorias e com a sirene acesa, fato que deixou os trabalhadores alertas e muitos já começaram a recolher seus equipamentos para saírem. A meu lado encontravam-se os vendedores do Shopping Popular observando o início da rotina policial do dia. Ao verem um imigrante, que parecia ser peruano, tendo sua mercadoria apreendida, alguns pareciam perplexos com a agressividade com que o policial puxou o homem pela gola da camisa, outros já estavam naturalizados com a cena que, na verdade, se repete quase todos os dias. Uma mulher disse para os que estavam próximos *“Se sabe que a polícia começa às 6:30 por que ficou? Pega as suas coisas e vai embora”*. Esta fala demonstra que a dinâmica da rua com o intenso policiamento não só é conhecida e compartilhada pelos atores, mas que eles também jogam o próprio jogo da ordem.

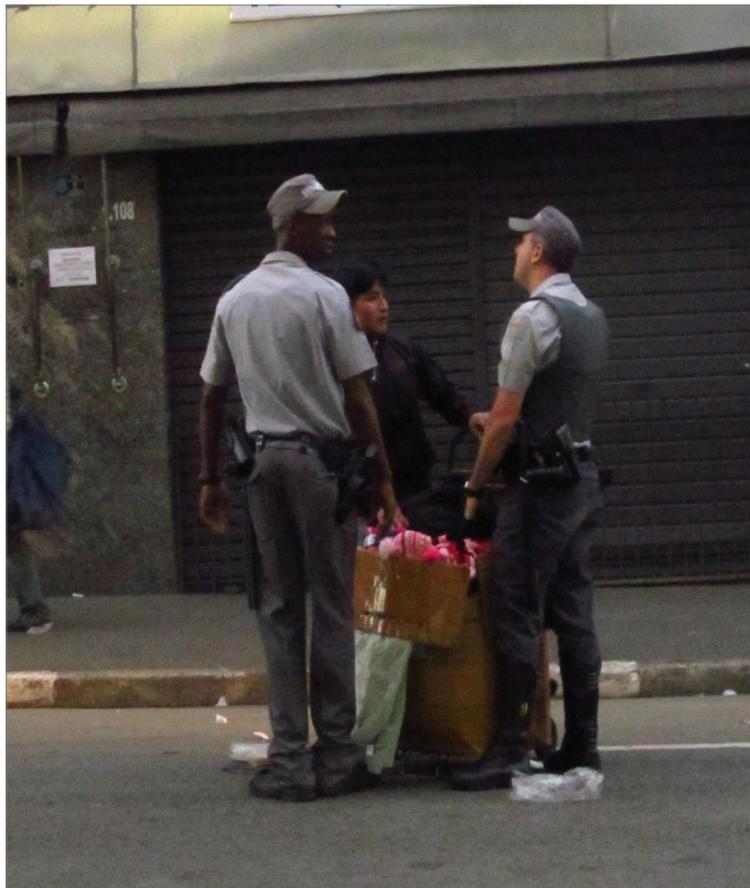


Figura 12 Apreensão Policial nas primeiras horas do dia, julho de 2012

Quando a PM chegou à Rua, houve um repentino levante e, em poucos segundos, toda a feirinha havia se desfeito. Quem chegasse naquele momento e não conhecesse a rua, talvez nem pensasse que há poucos minutos havia uma enorme quantidade de trabalhadores comercializando os diversos tipos de mercadorias. Aproveitando a presença do policiamento na rua, mesmo sabendo que a função deles naquele local é reprimir o comércio considerado “ilegal”, preferi andar próximo a eles até chegar à Ladeira Porto Geral onde tomaria o metrô para ir embora e tentar salvar a minha máquina fotográfica com os dados de campo que havia colhido naquela madrugada.

Nesse momento do dia, a dinâmica da rua é semelhante à descrita acima, e semelhante ao que fora a Rua 25 de Março antes do ano de 2009, quando havia um número alto de camelôs trabalhando na rua sem serem perseguidos pela PM. Isso porque quem fazia a fiscalização da região antes dessa data era a Guarda Civil Metropolitana, também conhecida como o “rapa”. O conflito entre esses dois atores era constante, mas ambos estavam

acostumados ao modo de lidarem com a situação de cada um, isto é, os camelôs trabalhavam na rua com certa tranquilidade, mas sabiam quando o “rapa” apareceria e assim alguém gritava “olha o rapa” e todos fugiam. Minutos depois, a ordem instalada pelos trabalhadores informais na rua era restabelecida e eles assumiam novamente seus pontos na rua. Armavam o *paraquedas*, colavam suas bancas de DVDs no local, circulavam de um ponto ao outro com as mercadorias amostra.

Como atuavam com certa tranquilidade no exercício da venda, os trabalhadores que não possuíam locais fixos para trabalharem estabeleciam hierarquias de antiguidades na rua. Os melhores locais estavam “reservados” aos que já estavam na rua há mais tempo que os outros, fato que gerava muito conflito entre os trabalhadores, conflitos estes que, muitas vezes, se convertiam em agressões físicas. Os imigrantes que atuavam na região no período eram os alvos principais de disputas de territórios, pois eram facilmente identificados como imigrantes, uma vez que a linguagem e os traços diacríticos denunciavam suas nacionalidades. Mesmo que os brasileiros não conseguissem distinguir entre quem era boliviano, peruano, equatoriano, nigeriano, senegalês etc., ficava fácil perceber quem não era originário do Brasil; ou seja, para os nativos, os imigrantes haviam acabado de chegar.



Figura 13 Rua 25 de Março, 20 de Outubro de 2009

Algumas vezes presenciei disputas em que o “dono” do ponto, quando chegava para trabalhar e via que o local já estava ocupado por outro, usava como justificativa para que se retirassem o argumento de que “esse lugar aqui está reservado pra quem trabalha aqui há muito tempo”. Compreendendo o que lhes fora dito, eles afastavam suas bancas para o lado, no sentido de que “aqui cabe mais um”, mas nem sempre cabia aos olhos dos “mais antigos”. Assim, criavam-se territórios específicos na rua. Embora houvesse bastante circulação entre os atores e os tipos de mercadoria, era comum os grupos migratórios andinos se concentrarem nos pontos finais da rua.

Hoje também existe a criação de diversos territórios, pois o complexo comercial da Rua 25 de Março é variável no seu tempo e espaço, adquirindo multiplicidades ao longo dos dias. Aquela dinâmica de outrora, sem a Polícia Militar, é vivida momentos alternativos, aos domingos após o almoço ou durante as madrugadas.

Apesar de tudo, os trabalhadores se adaptam à presença policial e à nova dinâmica instalada nos espaços do complexo comercial, e assim ajudam a configurar a dinâmica do espaço. Meu campo de trabalho é perceber, sobretudo, os atores que lá trabalham, além daquilo que ajuda a caracterizá-los: suas mercadorias. Essas variam de tempos em tempos, de trabalhador a trabalhador, aqui a composição étnica do vendedor parece, às vezes, definir o modo de trabalho e também de venda de produto.

A localização da Polícia Militar está distribuída por vários pontos da região. A base da PM onde se coordena a operação no local encontra-se na Rua Lucrecia, uma rua vertical à Rua 25 de Março. Ali também está o contêiner que funciona como depósito de mercadorias apreendidas. Outros postos da PM estão distribuídos, um no Largo São Bento, outros nas Ruas Carlos Nazaré e na Cdor Afonso Kherlakhian. Para conseguir cobrir toda região pela fiscalização, os PMs andam em duplas ou trios, que circulam pelas Ruas Florêncio de Abreu, Largo São Bento, Basílio Jafet, Cdor Afonso Kherlakhian, Barão Duprat, Cantareira, General Carneiro, Carlos Nazaré, 25 de Março e Avenida Senador Queirós.

No que se refere à Rua 25 de Março, dificilmente os PMs percorrem toda sua extensão, pois quando chegam na Avenida Senador Queirós, ou eles retornam em direção ao Parque Dom Pedro, ou viram as esquinas para as ruas Florêncio de Abreu e Cantareira. É comum os trabalhadores ficarem com suas mercadorias do “outro lado” da Avenida e os policiais verem, mas não atravessarem para apreender os produtos. A continuidade da Rua 25

de Março em direção à Rua Paula Souza acaba se tornando ponto de fuga dos trabalhadores que fogem da fiscalização. Porém, tampouco esse é o espaço da Rua preferido dos camelôs porque, embora haja uma galeria importante nessa localidade, são poucos os consumidores que utilizam esse caminho.



Figura 14 Base da PM, julho de 2013

Certa vez encontrei uma interlocutora naquela parte da Rua, e ali se encontrava porque não conseguira um lugar de maior movimentação, por causa do policiamento, e ela não estava contente com a situação, pois não conseguia vender muitos DVDs.

As ruas são constantemente praticadas e construídas a partir dos diversos usos que fazem dela e, embora elas obedeçam a uma estrutura de específica de atuação dos

trabalhadores, se ocorrerem quaisquer novas *situações* inesperadas, os espaços podem sofrer alterações.

1.3 Trajetos e Trajetórias

Os diversos trabalhadores que atuam na Rua 25 de Março percorreram distintas trajetórias até chegarem àquele local em busca de uma saída que lhes rendessem bons retornos financeiros e uma alternativa, não só ao desemprego, mas também a uma boa vida. Embora os ofícios desenvolvidos por cada um dos atores possam ser distintos na rua, suas trajetórias são semelhantes a de muitos outros trabalhadores da Rua.

O setor informal na cidade de São Paulo, em seu desenvolvimento histórico, ganha algumas características próprias relacionadas às opções encontradas pelos atores ao desemprego. Muitos foram aqueles que se dirigiram à metrópole paulistana desde os fins do século XIX em busca de melhores condições de vida, muitos migraram para cá com o objetivo de trabalharem nas indústrias que ainda estavam se desenvolvendo naquele período.

Entretanto, o grande contingente populacional era muito maior do que as vagas de trabalho ofertadas pela indústria, fazendo com que muitos se vissem na necessidade de procurar alternativas de trabalho. A principal delas foi o setor informal. Mania Inez Machado Borges Pinto, em seu livro *Cotidiano e Sobrevivência* (1994), narra a trajetória da formação dos diversos trabalhos informais desempenhados no início do século XX: os mascates comercializando variadas mercadorias, as domésticas, os cocheiros, dentre outros. Provenientes de um intenso fluxo migratório, esses trabalhadores dispunham do que possuíam de imediato, muitas vezes apenas a mão de obra, e se arriscavam no trabalho temporário ou vendendo mercadorias que trocavam em outras cidades ou com outros comerciantes. De lá para cá as atuações dos trabalhadores sofreram algumas alterações, com o desenvolvimento da Metrópole Paulistana, mas algo que é comum à maioria de todos esses atores é seu estabelecimento profissional enquanto trabalhador informal.

Assim como os trabalhadores do início do século XX, descritos por Pinto (1994), os atores que se arriscam nos setores informais da economia se estabelecem com bons ganhos financeiros, conseguindo estruturar suas vidas a partir de certo lucro que esses trabalhos lhes proporcionam, igualmente permitem certa ascensão social na medida em que conseguem

oferecer uma vida econômica estável e ainda a aquisição de consideráveis bens de consumo, ou mesmo o custeamento de cursos superiores aos parentes.

Não irei narrar a trajetória de cada um dos meus interlocutores, mas trarei três importantes personagens dos trajetos descritos nesta dissertação. São atores com vida semelhantes aos de muitos outros que trabalham na rua, ou que trabalharam na rua, como aqueles das narrativas supracitadas.

A puxadora Beatriz²⁰, natural de Uberlândia, veio sozinha para São Paulo há cerca de quatro anos, quando ainda era menor de idade, para trabalhar. Quando chegou na Capital paulista, sem trabalho, família nem dinheiro, morou por cerca de seis meses na rua. Ela se virava de bicos que fazia e ganhava o suficiente para comer e tomar banho. Um dia, andando pela região da Rua Santa Efigênia, viu anúncios em alguns boxes para trabalhar como atendente.

Beatriz trabalhou pouco tempo como atendente e logo saiu às ruas para vender suas próprias mídias. Ao circular pela região, não demorou muito até chegar à Rua 25 de Março onde logo foi apresentada a alguns lojistas que estavam procurando puxadores, e a partir de então iniciou-se sua atuação na rua. Por um tempo, ela se arriscou com mercadorias na rua na região do Brás, onde “dava mais dinheiro, porque o cliente pagava na hora”. Ela comprava camisetas para vender na medida em que vendia. Mas como havia certa insegurança no trabalho, já que poderia perder mercadoria ou mesmo ficar sem ter onde guardar seus produtos, ela resolveu voltar à Rua 25 de Março para voltar ao trabalho como puxadora. Beatriz já trabalhou de diversas formas como puxadora²¹. Hoje ela trabalha por comissão, pois há mais liberdade no trabalho, isto é, você ganha à medida que vende, vai à rua quando pode e fica pelo tempo que ela mesma estabelece. Além disso, é uma atividade vantajosa financeiramente, os produtos que vende são populares e ainda mais valiosos.

Para a menina, não compensa trabalhar como registrado, nem como “fixo”, em uma loja, pois o salário não lhe permitiria viver como ela vive, isto é, não lhe permitiria pagar todas as suas contas (já que mora sozinha) e ainda sobrar dinheiro para as roupas, os artigos eletrônicos e para os bailes *funks*. O que ela “tira” em um dia, ou em dois dias na rua, muitas

²⁰ Os nomes aqui utilizados são nomes fictícios para preservar a identidade de meus interlocutores. Isso porque, muitas vezes, algumas informações são obtidas em conversas informais, já que muitos não se sentem confortáveis em conceder entrevistas.

²¹ No capítulo 2 veremos os tipos de puxadores.

vezes é o equivalente ao salário de um mês inteiro trabalhando como registrado. Nesse sentido, ela prefere ir alguns dias à rua, “tirar” o suficiente para a semana e folgar nos demais.

Quando conheci a puxadora, em abril de 2011, ela havia se matriculado na escola e morava na região leste de São Paulo. Meses mais tarde, já havia abandonado os estudos e estava se dedicando ao trabalho na rua, pois não compensava frequentar as aulas, uma vez que ela poderia faltar o mês todo e depois ir somente realizar uma prova de avaliação e assim conseguir seu diploma.

Ela transita por quase toda a extensão da Rua 25 de Março e conhece muitos dos trabalhadores da região e suas *táticas* e *astúcias* de atuação. Igualmente aos demais trabalhadores, ela também se utiliza de diversas *táticas* para tirar melhor proveito de seu trabalho e assim organizar sua vida de acordo com o que ela espera. Geralmente vai trabalhar duas vezes por semana nos dias mais movimentados da rua, sexta e sábado, pois o trabalho nesses momentos já seria o suficiente. Entretanto, quando precisa de um “extra” ela vai mais vezes ao trabalho.

Semelhante é a trajetória de Juliana. Imigrante de Fortaleza, saiu de sua cidade para morar em Brasília. Não gostou porque, apesar de casa, comida e roupa lavada, não tinha o principal: trabalho. Como já tinha irmãos em São Paulo veio para cá e, apesar de o custo de vida ser alto “você se vira”. Está há cinco anos trabalhando na região, desde que chegou a São Paulo. Não esperava virar camelô, veio para cá porque sabia que era mais fácil conseguir um emprego.

Trabalha como camelô porque gosta, “é corrido”, mas gosta. Tornou-se camelô logo quando chegou à capital Paulista, e, segundo ela, a maioria do pessoal que vem para cá vira camelô, “mas quem tem coragem né, porque não é só dizer que vai trabalhar na rua, você tem que ter coragem”.

A princípio, o principal local onde atuava era na feirinha da madrugada. Ela trabalhava com seu primo na venda de DVD, o qual já estava no ofício antes mesmo dela. O primo parou de trabalhar na feirinha, mas continua *no corre*, assim como Juliana. A opção por ser camelô se dá pelas facilidades de aquisição de dinheiro, pois ela ganha bem e ainda é dona do seu próprio negócio.

“Eu não quero trabalhar de carteira assinada, eu já trabalhei e não gosto de ficar aguentando abuso de ninguém. Aqui você trabalha e ganha dinheiro todo dia, de carteira assinada você só recebe por mês, não compensa não.”

Já trabalhou no bairro do Bom Retiro, mas prefere continuar na região da Rua 25 de Março porque ali dá mais dinheiro. Ela enxerga a rua como o local de seu trabalho, como ela mesma disse: “Isso aqui é minha sobrevivência” e, para garanti-la, ela comercializa DVDs piratas, conseguindo uma boa margem de lucro sobre a mercadoria vendida. A venda de seus produtos não garantiria apenas a sua sobrevivência, mas uma vida confortável, que lhe permitisse voltar a Fortaleza sempre que precisasse e morar no centro da cidade, onde os aluguéis não são baratos. Juliana já morou em outros pontos da cidade, mas não troca o centro por nada, por causa das facilidades de acesso ao seu trabalho, e principalmente porque ela vai à feirinha da madrugada comprar suas mídias para vender ao longo do dia.

Acorda às quatro da manhã todos os dias, vai até os seus fornecedores e volta para casa para descansar até mais ou menos umas dez da manhã, quando se prepara para ir à Rua vender suas mercadorias. Geralmente chega por volta das dez e meia, onze horas da manhã e aproveita o período de troca de turno da polícia, na hora do almoço, para trabalhar com mais tranquilidade. Seu horário de trabalho não é muito regular, pois depende da atuação da própria polícia. Quando ela percebe que o dia “não está suave” guarda suas mercadorias e vai para casa. Às vezes fica na rua conversando com seus colegas, esperando o ambiente “dar uma aliviada” para regressar ao trabalho. Juliana faz parte do grupo de camelôs que trabalha na Rua Barão Duprat, e a escolha desse local se deu por ser um ponto estratégico de saída de galerias, de acesso à Rua 25 de Março e ao Mercado Municipal. Mas, aos domingos, ela costuma ir à Rua principal pois é lá que se concentra a maior movimentação e consumidores.

“Tem dia na rua que é suave, tem dia que é bom, tem dia que a gente vende, tem dia que é estressante. Chega depois das 9, e vai até umas 4 ou 5 horas. Com pausa quando os polícia fica embaçando, para o café, almoço.”

Segundo a camelô, seu trabalho é diferente dos outros porque a venda de DVDs é perseguida por tudo e por todos,

“por causa que é proibido a venda de DVD pirata, já os outros são piratas, mas a perseguição não é tanta. Quando a gente trabalhava na 25, todo final de ano tinha uma

operação, mas só quem não trabalhava assim era nós, porque a polícia sempre dá em cima.”

As inseguranças de perder suas mercadorias são frequentes, mas ela não deixa de trabalhar como camelô e nem de vender DVDs, “porque dá dinheiro”. Ou seja, há uma escolha pelo desempenho do trabalho informal, assim como pelo trabalho na cidade de São Paulo. Juliana já se estabeleceu na capital e não pretende mais voltar para sua cidade, pois quando voltou não se sentiu bem e logo quis voltar para a agitação de São Paulo, porque aqui é onde tem trabalho e onde se vive bem.

Assim como Beatriz e Juliana, Antônio, camelô que trabalha em uma banca na região da Rua 25 de Março, mais precisamente na Rua Barão Duprat, também é um imigrante. Ele veio de Pernambuco para São Paulo na década de 1960 e desde então não quis mais ir embora. Desde quando trabalhava em sua cidade natal, o principal ofício ao qual se dedicava era o comércio de rua, vendendo amendoim doce, salgado e cozido. Segundo Antônio, essa é a única coisa que ele sabe fazer.

Veio para São Paulo sozinho, sem saber onde trabalhar nem onde morar. Ficou por um tempo vivendo na Estação da Luz e, com os bicos que fazia na rua, comprava o necessário para viver. Conseguiu um emprego como garçom em um restaurante, mas logo abandonou, pois não compensava financeiramente e logo voltou à rua para trabalhar no comércio. Ao longo do tempo, Antônio foi conseguindo se estabilizar com o seu trabalho na rua e conquistou uma licença da Prefeitura para trabalhar, isso já em 1973. Foram três locais diferentes no centro da cidade até conseguir uma vaga em uma das ruas da região da Rua 25 de Março.

Além de sua banca, que ficava sob responsabilidade de sua esposa, ele possuía outra, onde trabalhava como auxiliar de banca do primo de sua mulher, o qual é deficiente categoria A²² e está muito doente, mal conseguindo sair de casa. Em 2012, Antônio teve a licença de sua banca cassada pela Prefeitura e agora teme que, com o provável falecimento do dono da banca em que trabalha, ele perca também aquele ponto, que está em um local estratégico na Rua Barão Duprat. O fato de estar registrado como auxiliar de banca lhe confere certa

²² No próximo capítulo discutirei sobre as categorias que estão inseridas os camelôs, segundo a Lei Orgânica do Município de São Paulo. Mas, nesse caso, o deficiente categoria A é o ambulante com deficiência de natureza grave e, muitos, não frequentam mais a rua e deixam a banca sob a responsabilidade de outro, ou seja, de seu auxiliar.

estabilidade de vendas. Embora tenha passado por algumas inseguranças, principalmente no ano de 2012, quando a Prefeitura quis tirar todos os camelôs da rua, a estabilidade é maior do que as dos demais camelôs sem licença.

Antônio paga um valor pelo “aluguel” daquele ponto ao deficiente, e conduz todos os negócios daquele comércio. Para sustentar a banca, ele circula por quase toda a extensão da Rua 25 de Março e adjacências, onde busca os produtos mais vendidos a melhores preços para negociar na rua. Duas das suas principais mercadorias, aquelas que ele não deixa de trabalhar, são os carrinhos de mão e sacolas plásticas grandes, pois vendem muito. O restante dos produtos é muito circular, produtos do momento e que são substituídos pelas novas modas. Por exemplo, no final do ano é momento de vender agendas, que são depois substituídas por carteiras e outros produtos. A banca de Antônio apresenta grande variedade, comercializando brinquedos, pastas para notebook, guarda-chuva, raquetes de matar mosquito, mochilas, etc.

“A rua é o local do meu trabalho, o local onde eu ganho o pão de cada dia e como eu não gosto de trabalhar como empregado, eu fico na rua. Compensa mais.”

Diferentemente dos outros camelôs que não possuem banca, o trabalho de Antônio é regrado. Ele chega às oito da manhã, busca sua banca no depósito e se retira às seis da tarde. Ao longo do dia há uma variação dos funcionários que o ajudam na banca. No período da manhã ele geralmente era acompanhado por um garoto, filho de um amigo, mas precisou dispensá-lo, pois descobriu que o menino estava lhe roubando. O garoto cobrava um valor na mercadoria e guardava parte em seu bolso, não fazia o repasse total a Antônio. Quando foi descoberto, o camelô o despediu e precisou chamar seu filho para ajudá-lo na rua. Agora o menino teria que trabalhar ao “invés de ficar pensando em se tornar rapper”. No período da tarde, quem acompanha Antônio na rua é um funcionário e amigo de muito tempo, alguém em quem o camelô tem total confiança, inclusive de lhe conferir sua banca quando ele precisa se ausentar para fazer negócios com fornecedores, ou quando precisa almoçar. A confiança entre os dois aumentou, principalmente porque foi esse funcionário quem alertou Antônio quanto ao menino que o estava roubando.

O trabalho da rua é muito bom, Antônio diz gostar demais do que faz:

“Eu só não gosto mais porque eu não ganho bastante dinheiro, ganho pouco dinheiro. É bom demais, não tem coisa melhor do que ser vendedor, ter uma banquinha dessa, você é patrão de você mesmo, não tem que dar satisfação de nada.”

Antônio reclama que não ganha muito dinheiro porque ele compara o hoje com outros momentos em que a rua já deu muito mais lucro do que dá hoje. Porém, mesmo não lhe conferindo o retorno financeiro desejado, aquele de quase dez mil reais por semana, ele acredita que não compensa abandonar o ofício porque é a única coisa que sabe fazer, e porque a rua lhe proporciona um lucro que outro trabalho formal não lhe renderia, ainda mais pelo fato dele ter abandonado os estudos cedo. É sempre importante relativizar a fala do lucro dito por Antônio, pois a arrecadação é instável, há semanas em que o lucro chega a pouco mais de 300 reais, mas há semanas que chegam a render o que ele estava acostumado a arrecadar nos anos anteriores. Além disso, há a sazonalidade da rua, isto é, os dias próximos às datas comemorativas sempre rendem lucros a mais do que dias comuns do ano.

Com o dinheiro que ganha trabalhando como camelô, além de gastar uma quantia considerável para manter a própria banca, Antônio ainda consegue pagar dois funcionários e a faculdade de psicologia da esposa que, cansada do trabalho na rua, foi se dedicar ao que ela sempre quis fazer, mesmo ganhando muito menos do que estava acostumada a ganhar quando trabalhava como camelô.

A partir dessas três trajetórias descritas é possível observar semelhanças em cada uma delas, isso porque os três atores são migrantes que vieram para São Paulo para “tentar a vida” e nunca mais quiseram voltar. Embora alguns não tenham imaginado que se tornariam trabalhadores de rua, foi exatamente nesses ofícios que encontraram alternativas de trabalho. Muitos já se arriscaram em empregos formais, mas acabaram voltando para a rua por ela oferecer mais oportunidades e vantagens, por eles poderem ser “seus próprios patrões”. Assim como a história desses três atores, muitos outros têm trajetórias semelhantes, muitos são migrantes e acharam na rua a melhor forma de trabalhar. Mesmo que cansativa, é ali que fazem amizades, estabelecem sociabilidades, ganham seus salários e garantem seus futuros. É ali que aprendem a viver e a trabalhar.

CAPÍTULO II

CLASSIFICAÇÕES: OPERANDO NO ESPAÇO E DISPUTANDO REGULAMENTAÇÕES

Para o desenvolvimento desse trabalho se faz necessário compreender como as formas de classificação que nos rodeiam ajudam na delimitação dos atores, produzindo diferenças e erguendo fronteiras entre a formalidade e a informalidade e entre os trabalhadores presentes no mercado da Rua 25 de Março. Contudo, apesar de haver uma separação dos dois tipos de economia, os limites estabelecidos entre eles são muito tênues. Isso poderá nos ajudar a pensar como as arbitrariedades que regulam a vida de muitos trabalhadores não dão conta da complexidade e, principalmente, da vida urbana de uma metrópole como São Paulo, a qual passa por processos de reestruturação urbana, que alteram não apenas o modo de trabalho, mas também a forma como muitos atores se inscrevem na vida social, constituindo assim diversos conflitos entre os trabalhadores e o setor público.

As políticas urbanas reorganizam e criam novas fronteiras onde os trabalhadores que não conseguem se inserir na economia formal, ou não a consideram tão vantajosa quanto a economia informal, assim, arriscam-se em outras alternativas de trabalho. Essas fronteiras, ao mesmo tempo em que são constituídas e reforçadas, também são constantemente atravessadas. No entanto, a travessia implica não somente em estratégias criativas de trabalho, desenvolvendo *táticas* e *astúcias*, mas também em insegurança por parte daqueles que não veem com bons olhos atividades classificadas como informais, ou consideradas ilícitas por uma parte da “jurisdição brasileira”.

Não classifico como ilegais todas as práticas inscritas no campo informal, pois novas classificações são criadas para dar conta do enredamento no qual se configura a sociedade, o que não significa que elas sejam aceitas moral e politicamente por determinados atores, principalmente da administração pública.

Na sociedade contemporânea, assim como nas sociedades ditas primitivas, o mundo é ordenado a partir de sistemas de classificação. Em *As Formas Primitivas de Classificação* (1999), Durkheim e Mauss descrevem o esforço de diversos atores em realizar classificações mediante a disposição de grupos de pessoas e de outros elementos segundo relações muito

especiais. Essas implicariam hierarquias que não nascem da espontaneidade, mas sim de elaborações lógicas de classificação, necessárias às sociedades como modos igualmente válidos de ordenar o mundo. Os atores projetariam, então, no exterior e localizariam no espaço as suas representações no mundo.

As diferentes sociedades buscam classificar seus elementos como forma de organizar a vida social. Seja por meio de mitos, de totens ou leis; os atores se orientam de acordo com essas classificações sociais, mas, que muitas vezes acabam por se confundir umas nas outras. Entretanto, há certo julgamento político e moral que acaba por instruir as formas de classificação e também seus limites.

Um país, neste caso o Brasil, que tem por base uma federação procura ordenar-se por meio de um conjunto de leis que regularão a vida de seus cidadãos. Essas leis são prescritas de acordo com as classificações do que os membros do corpo político julgam correto ou não, e que deverão ser seguidas por todos os atores que ocupam uma determinada extensão territorial que corresponde aos limites geográficos do país. Dentro desse país, ainda existem outras formas de classificação e delimitação dos variados elementos. Geralmente, na sociedade contemporânea ocidental, um país federativo é segmentado por estados e logo em seguida por municípios. Cada uma dessas fragmentações possui também um corpo legislativo, que obedece à União, mas que também possui certa autonomia administrativa.

O que pretendo demonstrar não é como funciona um Estado Federativo nem quais são os seus benefícios (ou malefícios) na vida política e social dos cidadãos, mas sim quero chamar a atenção para a quantidade de níveis de limites e classificações que permeiam o cotidiano.

O próprio Estado é o responsável por criar classificações que irão reger a vida dos cidadãos. No caso dos trabalhadores informais, suas regulamentações de trabalho, os locais onde irão exercer suas atividades e o modo como conquistar uma licença para o exercício do trabalho estão inscritos em leis que organizam a vida social da cidade. Desde a década de 1960 o trabalho dos camelôs são assuntos de políticas e gestão públicas em uma série de decretos, leis e reformulações na Lei Orgânica do Município. Os trabalhadores não só de autodefinem, mas são nomeados e classificados pelo próprio Estado que ora os reconhecem, ora os veem como problemas sociais e tentam cassar seus direitos de trabalho.

Os trabalhadores da rua reconhecem e, muitas vezes, legitimam as leis que regulam suas atividades comerciais, assim como conhecem as formas de controle do espaço urbano geridas pela Polícia Militar do Estado de São Paulo. Entretanto, o conhecimento de tais situações é utilizado não só para reivindicar os direitos de permanência na Rua quando a administração pública tenta tirá-los de lá, como ocorre com os camelôs que possuem permissão legal de trabalho; mas os trabalhadores, principalmente aqueles que não estão licenciados às atividades comerciais no espaço urbano, utilizam-se da compreensão da ordem, justamente para subvertê-la. Os trabalhadores conhecem as leis e as dinâmicas da rua e as manipulam a seu favor, ou seja, eles operam as classificações legais e urbanas de modo a torná-las mais vantajosas para o exercício de seus trabalhos. Eles sabem onde e como podem atuar para burlarem a fiscalização, embora muitas vezes sejam pegos, esses trabalhadores não desistem, pois desenvolvem *astúcias*.

Ao mesmo tempo em que reconhecem as ações do Estado, eles conduzem suas próprias formas de classificação e organização social do trabalho na rua, o que se dá mediante códigos morais estabelecidos entre eles. Quando alguém quebra algum desses contratos morais, sofrerá sanções dos próprios trabalhadores, já que eles próprios constroem suas estratégias de controle dos trabalhos. Quase sempre se escuta que, na rua, “ninguém é amigo de ninguém”, pois é “cada um por si”. Isso porque eles buscam trabalhar para obterem seus próprios lucros, mesmo que isso signifique sobrepujar outros que vivem nas mesmas condições de trabalho, algo comum na disputa dos espaços da rua.

2.1 Regulamentação e Classificação Estatal

O espaço da Rua 25 de Março que se inscreve na cidade de São Paulo também é permeado de classificações no espaço urbano e nos revelam hierarquias inscritas entre os trabalhadores da região.

Quando observamos a disposição das bancas dos camelôs, percebemos que, apesar da quantidade de barracas estar diminuindo a cada dia, elas obedecem a regras específicas que são ditadas não apenas pelos próprios trabalhadores, mas que também estabelecem uma relação direta com o poder público e com os lojistas da região.

A distribuição das bancas estão inscritas na Lei 11039/1991, no Artigo 18:

Os pontos fixos e a sua distribuição entre os interessados serão determinados no âmbito de cada Administração Regional, observando-se a ordem de antiguidade de residência e domicílio no Município de São Paulo, cabendo aos mais antigos, precedência para escolha de Ponto Fixo e do tipo de equipamento, desde que compatível com a atividade que pretenda desenvolver.

§ 1º - Os pontos fixos estabelecidos em cada Regional serão destinados preferencialmente aos Ambulantes das categorias "A" e "B" definidos nesta Lei, até a soma das mesmas alcançar o limite máximo de 2/3 (dois terços) das partes designadas, ficando os pontos remanescentes destinados aos Ambulantes da Categoria "C".

§ 2º - Uma praça, rua de atuação, deverá abrigar sempre ambulantes da mesma categoria.

Neste caso, cabe ressaltar que os ambulantes classificados na categoria "A" correspondem aos deficientes de natureza grave, isto é, "as pessoas portadoras de cegueira, paralisia, falta de membros inferiores ou superiores ou outras deficiências que se equiparam, conforme definido no artigo 1º da Lei n.º 5.440, de 20 de dezembro de 1957" (Lei nº 11039/1991). Já os ambulantes da categoria "B" são os considerados deficientes físicos de capacidade reduzida e sexagenários, que são "as pessoas que, não satisfazendo o disposto no parágrafo anterior, sejam portadoras de deficiências físicas que as impossibilitem de exercer atividades normais de trabalho, atestada por laudo médico expedido por órgão municipal, e, aquelas que, mesmo normais, tenham mais de 60 anos de idade." (*ibidem*). Por fim, os ambulantes da categoria "C" são os considerados fisicamente capazes, chamados também de sadios.

A concessão de Termos Permissões de Uso (TPUs) aos deficientes físicos é anterior à Lei 11039/91, pois em 1957, o então Prefeito da cidade de São Paulo, Adhemar de Barros, já visava a algumas medidas com relação a essa categoria, que vinha apresentando certa demanda de dificuldades de inserção no mercado de trabalho. A Lei nº 5440 de 20 de dezembro de 1957 daria as prévias para o que seria a regulamentação dos trabalhos em vias públicas que, apenas em 1991, teve suas atividades regulamentadas pela Prefeitura do Município. O artigo 1 dessa Lei dizia que

"Ficam isentos dos impostos municipais incidentes sobre o comércio ambulante os profissionais dessa categoria portadores de defeitos físicos permanentes, de natureza grave - tais como a cegueira, a paralisia e a falta de membros superiores ou inferiores

- que os impossibilitem de, por outros meios, obterem os recursos financeiros necessários à sua subsistência.”

A partir de então, os deficientes físicos trabalhadores das vias públicas passam a se organizar em um sindicato que teria como um dos objetivos ajudar na regulamentação do trabalho frente à Prefeitura. A partir da década de 1980, a organização dos deficientes passa às mãos da UNADEF (União Nacional dos Deficientes Físicos), que tem um papel importante na luta pela regulamentação e organização dos trabalhadores da rua²³.

O Poder Público Municipal é aquele que outorga os TPUs indicados no Artigo 114 da Lei Orgânica do Município de São Paulo ao ambulante, mediante o Decreto 11039/1991, ou seja, é ele quem define qual ambulante está apto a exercer a atividade com licença de trabalho. A administração da então prefeita Luiza Erundina foi uma das primeiras que se debruçaram sobre os problemas dos trabalhadores ambulantes na cidade, algo que já era uma realidade desde a formação da cidade de São Paulo²⁴. Entretanto, no ano de 2002 houve uma alteração na lei mediante o decreto 42.600. Algumas alterações significativas foram realizadas, principalmente no tocante à fiscalização, onde agora, com a criação das Subprefeituras, as regulamentações ficariam a cargo de cada unidade, além de atribuir à Guarda Civil Metropolitana a grande responsabilidade de fiscalizar o trabalho na rua.

Contudo, nesse momento, o que nos interessa saber é o que regula e concede TPU aos trabalhadores. Nesse sentido, a lei válida até o momento é 42.000/2002 em que dispõem no

Art. 19 - A atividade de ambulante, qualquer que seja a categoria, só poderá ser exercida mediante a emissão, pela respectiva Subprefeitura, de Termo de Permissão de Uso, a título precário, oneroso, pessoal e intransferível, podendo ser revogado a qualquer tempo, sem que assista ao interessado qualquer direito à indenização.

Compete às Subprefeituras (Decreto 42600/2002) indicar os locais em que poderão ser exercidas as atividades ambulantes, mas somente aqueles que possuem Permissão de Uso é que poderão realizar práticas dos ambulantes nos locais.

²³ Não vou me ater a muitos detalhes nem a uma descrição mais aprofundada acerca da luta dos deficientes físicos no trabalho de rua. No entanto, é importante compreender esses dados para entender de onde vem a demanda desses trabalhadores que são os atores privilegiados à concessão de TPUs, prevista na Lei Orgânica da cidade de São Paulo, visto que suas organizações e suas debilidades tiveram um papel importante para a permanência dos trabalhadores quando algumas recentes administrações municipais tentaram realizar a retirada dos trabalhadores da rua.

²⁴ Ver: PINTO, Maria Inez Machado Borges. *Cotidiano e Sobrevivência*. São Paulo: EDUSP, 1994.

Nesse sentido, quando há a abertura de novas vagas para uma região visada comercialmente, um ambulante pode entrar com pedido de abertura ou transferência do seu ponto para esse novo local conforme o Artigo 19 da lei 11039/1991. Entretanto, o que se tem notado até o momento é que não há intenções de reabertura de novos postos de trabalho, e sim uma revisão dos trabalhadores que por ventura haviam perdido suas concessões nas últimas administrações²⁵.

Cada ambulante possui uma classificação que é regulada pelos Artigos 16, 17 e 18 do Decreto 42600/2002:

Art. 16 - A distribuição dos pontos será determinada no âmbito de cada Subprefeitura, observando-se, pela ordem, os seguintes critérios:

I - condição física;

II - antiguidade no exercício do comércio ambulante, a ser comprovada mediante critérios estabelecidos por ato do Subprefeito.

Art. 17 - Os pontos fixos estabelecidos em cada Área de Atuação serão destinados preferentemente aos ambulantes das categorias "a" e "b", definidos no artigo 3º deste decreto, até o limite máximo de 2/3 (dois terços), ficando o 1/3 (um terço) restante destinado aos ambulantes da categoria "c". Parágrafo Único - Não havendo número suficiente de interessados das categorias "a" e "b", o total de pontos restantes de cada área de atuação poderá ser preenchido pelos ambulantes da categoria "c".

Art. 18 - Quando o número de ambulantes for superior ao de pontos disponíveis, a Subprefeitura manterá cadastro dos interessados, divididos por categoria e classificados de acordo com o critério de antiguidade, os quais serão convocados, observada a ordem de classificação, para escolha e ocupação dos pontos que se vagarem.

Assim, se o ambulante tiver uma boa classificação em relação ao companheiro que disputa o mesmo local, ele tem a vantagem. Segundo o diretor do sindicato da categoria²⁶ João foi segundo esse Decreto de 2002 que os camelôs da rua fizeram a escolha de seus locais. No entanto, é possível perceber como nem sempre a lei é norma para todos. No caso de João, que trabalha como camelô desde a década de 1960, seu número de escolha é um dos primeiros e, diante das possibilidades de vagas para a implantação de bancas na Rua, aquele

²⁵ Esta dissertação foi escrita nos primeiros meses de administração do Prefeito Fernando Haddad (PT). Segundo o responsável pela fiscalização da Subprefeitura da Sé, Raul Mantovan, a intenção da nova administração, a princípio, não é abrir novos pontos de TPU, nem reativar aquelas que foram perdidas por justa causa. O compromisso da Prefeitura assumido com os trabalhadores é de rever os postos dos trabalhadores que perderam suas TPUs durante as administrações Serra/Kassab, momento de tentativa de retirada dos trabalhadores das ruas. Nesse período, segundo os líderes da categoria, muitas irregularidades foram implantadas e seus companheiros tiveram suas TPUs cassadas sem direito de recorrer.

²⁶ João também é camelô (categoria B) na Rua 25 de Março.

local onde está localizada sua banca foi escolhido por ele. Ela se encontra em frente a uma movimentada loja de sapatos e aos *Armarinhos Fernando*, na outra calçada.

Já no caso do camelô Francisco, que se enquadra na categoria de ambulante “A”, passou para uma classificação de escolha das bancas que não correspondia ao número que ele tinha. Francisco passou a escolher depois de outro camelô que é mais novo do que ele, que teria uma classificação de escolha de banca mais alta em relação ao primeiro. Independentemente da categoria em que seu companheiro se enquadra, sendo Francisco ambulante “A”, ele deveria ter prioridade na opção de escolha.

Na realização da etnografia da Rua, a concepção de uma cidade da ordem²⁷ poderia ser compreendida a partir da distribuição de TPUs, onde se estabelecem hierarquias entre os espaços da rua, pois há uma correlação de forças entre lojistas, trabalhadores e administração pública. Há locais em que se observam muitas bancas sendo dispostas uma ao lado da outra, mas em locais específicos não há sequer uma única banca, como por exemplo na calçada da rede de lojas *Armarinhos Fernando*, ou em frente à loja chinesa *Minas*, ou em frente à loja de um Árabe²⁸. Por que existe uma exceção para com esses lugares? Por que não se concede TPU para esses espaços “vagos” ampliando o número de barracas, visto que há vários pedidos na Subprefeitura da Sé, responsável por regulamentar a região da Rua 25 de Março, para implantação de novas bancas? Ou mesmo, por que foram canceladas TPUs de vários ambulantes, desde o ano de 2002 e intensificadas as cassações nas duas últimas administrações da cidade de São Paulo²⁹?

E, para que se garanta a limpeza desses espaços, as lojas se encarregam de contratar seguranças que fazem a vigia de suas calçadas. Os olhares desses funcionários não estão voltados para dentro dos estabelecimentos comerciais, pois há outros que cumprem essa função, e sim para as ruas. Tal atividade dos seguranças é complementada pela ação da PM no local, garantindo que não haja nenhuma impureza circulando nos locais.

²⁷ Como tratado no capítulo 1, a ideia de cidade da ordem não implica na total aceitação do modelo urbano imposto aos trabalhadores e moradores, mas aciona táticas e astúcias por parte dos diversos atores de modo a subverter tal ordem em seus benefícios.

²⁸ Esse senhor é chamado de Árabe por alguns atores da região. Porém, há quem diga que seja sírio. Quando me refiro a “árabes”, muitas vezes estou classificando sírios e libaneses nessa mesma categoria étnica devido ao costume, por parte dos trabalhadores da rua, de classificar todos os membros dessas etnias como árabes, devido ao fato de que esses povos possuem o árabe como língua oficial.

²⁹ Administrações que competem às Prefeituras de Marta Suplicy PT (2001 – 2004), José Serra PSDB (2005-2006) e Gilberto Kassab PSD (2006-2008/2009-2012).

A loja do “árabe” é um exemplo muito interessante para compreendermos como ocorre a relação de poder na região. Seu estabelecimento comercial está localizado em uma das ruas mais movimentadas do complexo da Rua 25 de Março, chamada Barão Duprat. Em frente a quase toda a contiguidade da calçada dessa Rua há diversas bancas de camelôs, porém em frente à sua loja especificamente não há. Diferentemente das lojas *Armarinhos Fernando* e *Minas*, quem faz a guarda da calçada é o próprio dono do estabelecimento. Este ainda investe brigas diárias, não só com os *camelôs de rua* que quase não fixam ponto ali, mas também com os *flanelinhas*, que são aqueles homens que cuidam dos carros dos consumidores que estacionam no local. O “árabe” estaciona o seu próprio veículo em frente à sua loja e não permite que desrespeitem sua “área de segurança”, que corresponderia a centímetros na traseira e na dianteira do carro.

Certa vez, conversei com um *camelô de rua* que se referiu a esse senhor como o “cagueta”, pois ele delatava aos PMs os camelôs que não têm licença para o exercício da atividade. Observei alguns dias, quase que no mesmo horário da tarde (por volta das 15h), o “árabe” dá uma pausa nas suas brigas pela calçada para pagar um “cafezinho” a diferentes duplas de PMs. Diferentes porque cada dia é uma dupla que vai conversar. Logo depois do “café”, o árabe volta para fazer guarda de seu território.

2.2 Novos Arranjos Sociais

As classificações acionadas no universo dos trabalhadores informais não se restringem somente às diferenças de classes sociais, etnias, nacionalidades ou regionalidades. No interior e às margens de uma mesma categoria de trabalhadores informais, há formas de classificação em que a eles é atribuído um modo de se inscrever no mundo (neste caso, no mercado da Rua 25 de Março), ampliando as fronteiras, não só entre a formalidade e a informalidade, mas internamente entre os próprios trabalhadores.

Ao que pude notar em minhas incursões na região da Rua 25 de Março, há alguns tipos de desempenho do trabalho informal. Quando a PM passou a compor o cenário da rua para exercer ações “antipirataria” nas regiões de intenso comércio na cidade paulistana, houve uma reconfiguração na forma de atuação dos trabalhadores. Se antes da entrada da PM na rua havia momentos de tranquilidade para o exercício do trabalho informal (ou algumas *astúcias*

praticadas pelos trabalhadores com a tentativa de burlar a fiscalização da Guarda Civil Metropolitana), agora, com essa outra polícia à frente das apreensões, uma nova *situação* é apresentada e os trabalhadores precisam adquirir outras formas de *apresentar* o ofício do trabalho informal, para assim conseguirem obter o sustento do dia.

Os *camelôs* que circulavam com mercadoria pela rua, estendendo uma lona preta para disposição dos produtos, os *paraquedas*, continuaram com essa mesma *tática* de trabalho. No entanto, esses trabalhadores estavam perdendo muitos produtos para a PM e sofrendo “humilhações” por parte da fiscalização. Diante dessa nova *situação*, muitos *camelôs* abandonaram o exercício do comércio na Rua 25 de Março. Outros continuam atuando, mas para isso precisaram ressignificar os modos de trabalho. Para compreender melhor o desempenho do trabalho dos camelôs, precisei utilizar não só categorias já nomeadas – como no caso dos *puxadores* – mas também nomear algumas categorias, de modo a diferenciar aqueles que, apesar de desempenharem funções distintas, são denominadas da mesma maneira na rua. É o caso da palavra *camelô*, que pode significar o trabalhador da banca e o trabalhador sem licença.

Os primeiros que trago para análise são os que chamo de *camelôs de rua*, aqueles que ficam *no corre*, ou seja, que ficam caminhando de um lado ao outro da rua, onde muitas vezes precisam correr da PM para não serem pegos nem terem suas mercadorias apreendidas. Não possuem nenhuma garantia de conseguir trabalhar durante o período em que estão na rua. Entretanto, dificilmente voltam para casa de mãos vazias, é quase certa a venda de seus produtos. Na maioria das vezes obtêm lucros para além das despesas com as mercadorias que compram para comercializar na rua.

Esses trabalhadores têm a liberdade de escolher o que irão vender e o preço que pedirão por cada produto. Desse modo, há uma margem no valor que pode ser barganhado pelo consumidor. Raramente o camelô de rua se recusa a reduzir o preço, pois o importante é a venda em si.

Uma vantagem do trabalho do *camelô de rua* é o fato de ele conhecer o local, sabendo onde se vende cada um dos produtos a um preço mais acessível, assim eles levam produtos aos consumidores que talvez não soubessem onde encontrá-los. O acesso a muitas mercadorias acaba sendo facilitado pelo seu trabalho, pois a rua é muito mais ampla do que vemos à primeira vista. Nesse sentido, eles conseguem estipular um preço ao produto, e os

consumidores ficam impedidos de comparar esse preço ao das lojas, por não conhecerem. Muitas vezes também as pessoas preferem comprar dos próprios camelôs, que também oferecem preços acessíveis (já que muitos negociam diretamente com os fornecedores) e ainda é possível barganhar.



Figura 15 Camelôs sem ponto fixo (Outubro de 2009)

Os *camelôs de rua* não possuem postos de trabalho fixos com autorização da Prefeitura. O dinheiro arrecadado é adquirido por meio da mercadoria vendida. Essa, geralmente, está relacionada ao gênero alimentício como água, refrigerante, chocolates e chicletes; as pequenas bugigangas *made in china* como brinquedinhos, apitos e bijuterias; ou *pendrives*, depiladores de nariz e orelha, meias e relógios. A maior parte desses trabalhadores consegue comprar os produtos destinados aos consumidores por meio das galerias na região ou com fornecedores específicos. Nesses espaços são feitas compras de produtos por um preço mais acessível e assim se obtêm uma renda maior, visto que para a venda eles adicionam um valor ao determinado produto, fazendo o seu salário. A aquisição da quantidade de produtos se dá conforme a venda, pois eles temem que a mercadoria seja apreendida pela PM. Há espaços na rua onde guardam suas mercadorias para que não precisem ficar carregando pela cidade, especialmente se moram em regiões mais distantes. Os guarda-volumes são escondidos e estabelece-se um código moral entre os próprios trabalhadores de

não revelar onde ficam esses locais, pois eles temem uma interferência da polícia. Segundo alguns de meus interlocutores, embora eles ajam com cautela na hora de retirar e guardar mercadorias, há muitos agentes fiscalizadores do Estado à *paisana*³⁰, que acabam por descobrir onde são os guarda-volumes.

São trabalhadores que parecem exercer a posição mais difícil no setor informal da região, se é que eu posso qualificar as dificuldades na atuação do trabalho. Isso porque o projeto “antipirataria” adotado pela Prefeitura de São Paulo visa atuar sobre esse tipo de prática de trabalho, então a vulnerabilidade em que os camelôs de rua se encontram é significativa, pois eles podem ter suas mercadorias apreendidas se não conseguirem burlar a fiscalização. Entretanto, os trabalhadores que ainda atuam nessa função já se acostumaram ao ritmo do trabalho e muitos não querem abandonar as ruas, com a justificativa que “na rua dá dinheiro”, diferentemente de um trabalho formal, onde não conseguiam obter o lucro que obtêm hoje.

Muitos desses trabalhadores já se arriscaram em empregos formais mas, ao descobrir o que a rua pode lhes proporcionar, logo abandonaram a formalidade da carteira de trabalho para trabalharem por conta e ainda terem um “salário” maior. Os *camelôs de rua* preferem trabalhar desse modo, pois estão pensando no presente, no que podem obter no aqui e agora, além de terem mais liberdade de atuação na medida em que trabalham e folgam de acordo com o que eles mesmos estabelecem como necessários.

Sua forma de encenação no comércio, como já descrito no capítulo 1 desta dissertação, é se disfarçando de consumidores comuns, criando novas territorialidades e praticando a invisibilidade, na tentativa de se esquivar da fiscalização. Em sacolas plásticas escuras, ou em bolsas escondem-se os produtos a serem vendidos. Saem percorrendo a rua, anunciando a venda em tom mais alto quando não se avista a polícia, ou apenas em conversas mais próximas com os consumidores ao perceberem que podem estar correndo perigo. Geralmente, esses trabalhadores são os alvos mais fáceis de apreensão policial e os que menos atuam com segurança de trabalho.

³⁰ São Policiais que se disfarçam de cidadãos comuns vigiando a atuação dos camelôs para poder persegui-los até os guarda-volumes, outros se disfarçam de próprios camelôs esperando que alguém os ajude a encontrar o local onde possa guardar sua própria mercadoria, e quando descobre a localização faz uma intervenção de apreensão das mercadorias dos trabalhadores.

Nem sempre essas *astúcias* são suficientes para que consigam trabalhar, pois a presença da polícia é intensa e desde as primeiras horas do dia já há equipes da PM fazendo a fiscalização e se estendem até às oito horas da noite. O momento que apresenta uma relativa tranquilidade para que os trabalhadores possam comercializar é durante a troca de turno da PM, principalmente a que ocorre entre onze e meia e meio dia, mesmo horário da hora do almoço, aos domingos e pela madrugada.

Durante outros momentos da Rua, mesmo que a PM esteja no local, também é possível trabalhar com mais segurança dependendo do momento. Isso porque as equipes de policiais variam, e há aquelas que são mais tolerantes do que outras. Os trabalhadores reconhecem as equipes e sabem de antemão os dias que precisam de mais atenção, ou os dias que conseguirão um pouco mais de tranquilidade para trabalharem.

A diversidade nacional entre os *camelôs de rua* é muito expressiva, pois é nessa categoria que se insere a maior parte dos equatorianos que trabalham na região. Temendo perderem suas mercadorias para a fiscalização durante outras partes do dia, esses imigrantes se deslocam para outros lugares da cidade, ou da região central de São Paulo, preferencialmente vão até a Rua Xavier de Toledo próximo ao Vale do Anhangabaú. Igualmente aos equatorianos, muitos bolivianos e peruanos fazem o mesmo percurso, no entanto, outros migrantes dessas mesmas nacionalidades já possuem pequenas lojas em shoppings e galerias da região, principalmente no Shopping Saara, como já descrito, o qual parece ser mais andino do que propriamente brasileiro. Se o Shopping 25 e o Shopping Oriental apresentam em sua composição a maioria de chineses e coreanos, nos novos *boxes* que surgem há vários migrantes de outras regiões do Brasil, além de imigrantes dos países vizinhos. Ainda há os africanos,³¹ que são muito expressivos, principalmente na feirinha da madrugada, mas ainda há alguns deles que atuam na rua junto com os brasileiros nos momentos de relativa dificuldade, mas diferente daqueles africanos que vendem brinquedos na feirinha, os trabalhadores diurnos trabalham mais com a venda de bijuterias, óculos de sol e correntes de prata. Eles também podem ser mais encontrados na Avenida Senador Queiroz e Prestes Maia e Viaduto Santa Efigênia construindo novas territorialidades para fugir da fiscalização.

³¹ A quantidade de imigrantes africanos que atuam no comércio é grande. Entretanto não tenho dados para saber de quais países eles são provenientes. Sei da existência de nigerianos e senegaleses, porém não posso afirmar se há somente essas ou se há outras nacionalidades.



Figura 16 Imigrantes Bolivianos comercializando na Rua 25 de Março, próximo a Rua General Carneiro (Outubro de 2009).

Não são todos os imigrantes que possuem espaços regularizados em shoppings e galerias da região. Isso faz com que eles se movimentem mais ao longo do dia, tanto para fugir da fiscalização, como para buscar um mercado consumidor. Já grande parte dos brasileiros prefere continuar nos espaços da Rua 25 de Março, pois é o local de maior movimentação de possíveis compradores, tendo um espaço, ou uma rua preferencial para sua atuação.

Aos domingos, depois que suas lojas fecham, os trabalhadores aproveitam que a PM “libera” a rua para comercializarem suas mercadorias, fazendo com que mais consumidores tenham acesso a elas, uma vez que muitas das galerias são espalhadas pelo complexo comercial e parecem labirintos para os que não estão acostumados a frequentar os locais. Muitos consumidores não chegam até esses espaços, fato que incentiva alguns lojistas e donos de boxes a assumirem um novo papel nesses momentos de relativa tranquilidade da Rua frente à fiscalização: o de se tornarem, também, *camelôs de rua*. Isto é, eles vão até a rua para comercializarem os produtos que vendem em seus estabelecimentos comerciais, ampliando as vendas e consequentemente nos lucros. Algum muito semelhante ocorre na feirinha da madrugada, principalmente porque se constrói um corredor de bancas improvisadas que saem

do Shopping Popular e ganha a Rua 25 de Março. Cria-se um extenso corredor para antes e depois do referido Shopping, como se criasse um caminho até ele aos consumidores.

Muitos dos trabalhadores desses locais obedecem a um horário diferenciado na Rua, pois eles iniciam suas atividades às três ou quatro horas da manhã e fecham seus estabelecimentos mais cedo que os demais comércios da rua e assim o fazem porque veem mais lucratividade. São pessoas que vão até às ruas pela madrugada e mais tarde regressam até seus boxes para seguirem com as atividades do dia.

As dificuldades enfrentadas pela presença da PM, ademais, ajudaram a construir uma nova categoria de trabalho informal na Rua 25 de Março: são os chamados *puxadores*. Essa prática é composta, principalmente por novos trabalhadores que aparecem na rua em busca de emprego e por pessoas que deixaram de trabalhar diretamente com mercadoria na rua por causa dos enfrentamentos com a PM. Os *puxadores* são atores que ficam na rua anunciando mercadorias por meio de uma placa plastificada com os vários modelos de tênis, camisetas, bonés etc. A função deles é puxar consumidores para as lojas que muitas vezes não são de conhecimento dos consumidores, isso porque estão em outras ruas que não a Rua 25 de Março propriamente dita, ou em galerias muito vastas e shoppings da região.

A contratação desses *puxadores* se dá por meio de *agenciadores*, aqueles que integram práticas da economia formal com a informal, pois os trabalhadores contratados por eles estão inseridos na lógica própria da informalidade.

O trabalho dos *puxadores* se dá de três formas: *Puxador por comissão*, o qual ganha à medida que o consumidor efetua uma compra em alguma loja ou *box*. Se a mercadoria custa cinquenta reais, uma parte desse valor vai para a comissão do *puxador*. Muitas vezes o valor da mercadoria varia para que se possa pagar a parte do funcionário informal. Esse tipo de trabalhador não tem um compromisso fixo com apenas um “patrão”. Ele faz um acordo verbal em várias lojas e, quando leva um consumidor, no ato da compra já recebe a sua parte. A maioria dos *puxadores por comissão* trabalha, preferencialmente, com produtos eletrônicos, pois são os que possuem um valor mais alto, sendo a comissão mais elevada, também. Essa é a categoria classificada como mais vantajosa pelos *puxadores*, pois os trabalhadores sentem mais liberdade de ação, na medida em que eles podem estabelecer a hora de entrada e saída da rua, bem como decidir os dias que vão ao trabalho ou não. Quando conseguem vendas muito

boas em um determinado dia, alguns preferem não trabalhar no dia seguinte, pois já conseguiram “tirar o da semana”.

A segunda forma de trabalho dos *puxadores* é o *fixo*, que nesse caso estabelecem um acordo com alguns donos de lojas, mais ou menos dois ou três “patrões”, e comercializam apenas um tipo de mercadoria, em grande parte são roupas. A forma de pagamento é semanal, recebendo ainda um valor extra pelo sábado, o salário é pago independentemente de levar ou não consumidor para a loja. Os *fixos* são como vendedores dos estabelecimentos comerciais, mas que não trabalham dentro do comércio.

Por fim, o último tipo de *puxador* é aquele que trabalha *por ponto*. Segundo alguns interlocutores, nesse trabalho o *puxador* somente recebe o salário se ele atingir uma quantidade de pontos estabelecida pelo proprietário do estabelecimento comercial para o qual presta serviços. Cada uma das mercadorias equivale a uma quantidade que é anotada ao *puxador* conforme ele efetiva uma venda, mas se ele não consegue atingir a pontuação não recebe seu salário diário ou semanal.

Se um *puxador* recebe um consumidor que não está atrás de sua mercadoria, é comum que ele procure um companheiro que trabalha com o produto desejado. No espaço da rua, quase todos os trabalhadores se conhecem e sabem com o que cada um trabalha, gerando uma cumplicidade entre eles.

Os *puxadores* em sua maioria são contratados por lojas de brasileiros e eles assim preferem, pois segundo alguns de meus interlocutores são os melhores para negociar, uma vez que recebem em dia e a negociação é mais fácil; mas também há contratos verbais assumidos com os árabes da região. Para muitos *puxadores*, não é tão bom trabalhar com os árabes, mas pelo menos “são melhores que os chineses”, com os quais quase ninguém quer manter laços profissionais pela dificuldade de comunicação e porque muitos deles pagam pouco. No entanto, aqueles que conseguem trabalhar com os chineses dizem que, apesar das dificuldades, eles são mais fáceis de “enrolar”, pois como não compreendem muito o que os brasileiros falam, os *puxadores* acabam por aumentar por conta o valor do produto a ser vendido e repassam aos chineses somente o que corresponde ao preço estipulado anteriormente, desse modo o lucro maior tornar-se-ia comissão dos *puxadores*.

Embora os *puxadores* desenvolvam um trabalho menos perseguido pela PM (porém há policiais, por exemplo, que rasgam as placas dos trabalhadores), eles enfrentam algumas

dificuldades. Há aqueles donos de lojas que firmam um acordo com os *puxadores*, mas que muitas vezes se recusam a pagar comissão, ou pagam um valor menor do que havia sido acordado entre eles. Além disso, é comum haver a presença dos chamados *golpistas da Rua*. Esses *golpistas* muitas vezes são confundidos com os *puxadores*, pois utilizam determinadas *táticas* semelhantes às dos trabalhadores. Isso porque eles ficam na Rua anunciando os produtos e atraindo consumidores. Alguns acreditam na boa intenção desses atores e confiam uma quantidade de dinheiro a eles na crença de que logo receberão a mercadoria solicitada. Entretanto, quando os consumidores se dão conta, os *golpistas* estão longe de seu alcance.



Figura 17 A contratação de puxadores é comum, pois eles contribuem para a lucratividade do comerciante (Março de 2012)

Outra classificação da categoria de trabalhador informal é o que chamarei de *camelôs de banca* e assim o faço para diferenciá-los dos camelôs de rua, embora, como já dito, ambos são chamados de camelôs.

O *camelô de banca* seria aquele que possui licença da Prefeitura para ter uma barracquinha na rua. Mas o fato de sua situação estar regularizada com a administração municipal não significa que os *camelôs* estejam inseridos na economia formal, pelo contrário.

Eles vivem toda a insegurança da informalidade, estão inseridos em um *status* de marginalidade, além de sofrerem com as inconstâncias dos poderes públicos municipais.

Segundo meu interlocutor João, a história dos camelôs em São Paulo é muito circular. Há momentos em que os trabalhadores conseguem regularizar suas bancas e trabalhar com certa tranquilidade durante uma administração da cidade. Quando a Prefeitura troca de gestão, dependendo de quem assume o poder municipal, todo esse trabalho de regularização feito para os Camelôs passa a ser revogado. Durante algumas administrações municipais, os camelôs tiveram que trabalhar os quatro anos com mandato de segurança da Justiça, uma vez que a intenção dessas prefeituras era a retirada de todos os camelôs.

Algo semelhante é o que ocorreu na administração do Prefeito Gilberto Kassab, em que as tentativas de retirada das bancas de camelôs de toda a cidade de São Paulo aconteceram regularmente, principalmente durante os últimos meses de gestão. Para conseguirem exercer seu trabalho, os camelôs recorriam a todos os decretos da administração municipal e ao próprio Ministério Público, que teve um papel importante na permanência dos trabalhadores de rua, assim como outras organizações sociais, como o Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos. Entretanto, se a documentação das bancas não estivesse em ordem, a fiscalização tinha o poder de apreender a barraca.

Nesse sentido, a insegurança de permanência ou não em um lugar, de perda ou não da concessão de trabalho é constante. Muitos camelôs tiveram seus Termos de Permissão de Uso revogados. Além disso, eles estão inseridos na dinâmica dos trabalhadores informais, sendo subjugados pelo próprio poder público e por alguns consumidores que circulam pela rua.

A atuação dos trabalhadores que possuem bancas na rua se dá mediante horas preestabelecidas de trabalho. Suas barracas ficam guardadas em um depósito onde, ao início do dia, os responsáveis por elas vão buscá-las para se estabelecerem no ponto da rua que lhes é atribuído. Ao fim da tarde, as bancas são recolhidas e guardadas novamente no depósito.

Muitos desses trabalhadores que foram beneficiados pela concessão dos postos de trabalho da Prefeitura de São Paulo passaram a contratar *auxiliares de banca* – outra classificação dos trabalhadores –, que pudessem desempenhar melhor o trabalho do que os verdadeiros donos das bancas. Isso ocorre uma vez que para os últimos existe uma delimitação no momento de exercer o ofício, pois muitos deles são deficientes físicos. Essa contratação de funcionários também se dá por meio de códigos e está prevista pela Lei

Orgânica do Município. Muitas vezes, esses auxiliares são parentes dos próprios donos de bancas, ou amigos próximos. Alguns auxiliares acabam por locar a banca, principalmente dos deficientes classificados na categoria “A”, pois alguns não conseguem mais ir às ruas e não se dedicam mais à manutenção de seu negócio. A fim de não perderem seus benefícios, locam o espaço para os que podem manter, nesse caso, para que não seja apreendida a banca, o deficiente cadastra o locatário como auxiliar para que ele possa exercer sua função em sua ausência.



Figura 18 Vista da Banca de Camelô na esquina da Rua Basílio Jafet e Barão Duprat (Julho de 2013)

Além disso, o modo pelo qual se consegue a mercadoria que abastece o posto obedece às lógicas do mercado informal. Cada banca procura se especializar num determinado tipo de mercadoria, mas se veem o sucesso de outra banca com determinado produto, acabam por se render à mercadoria do momento. Como foi o caso dos bonecos das personagens do seriado mexicano “Chaves”, que pareciam ter invadido todas as barracas dos camelôs durante o período do Natal de 2011.

Existem *fornecedores* comuns que ajudam a movimentar essa economia informal, muitos podem ser encontrados nas galerias da rua. Mas há outros que não trabalham com a venda diretamente ao público consumidor de varejo, apenas com os atacadistas, ou seja, revendedores, os quais são os próprios trabalhadores da rua. Esse *fornecedor* talvez se constitua como mais uma classificação de trabalhador do setor informal ou um exemplo de como o setor informal se apoia no formal. É comum alguns fornecedores visitarem os camelôs na Rua, percorrerem todas as barracas perguntando se precisam de certas mercadorias, oferecendo produtos novos. Os dias em que eles passam são estabelecidos e os *camelôs de banca* aproveitam para fazer pedidos de produtos específicos.

Eles negociam também a forma e a data de pagamento. Alguns fornecedores estão nas galerias, outros só trabalham em seus depósitos (muitos ficam nos prédios da Avenida Senador Queiroz) – a principal mercadoria deles são os produtos *made in China*, mas há mercadorias voltadas ao consumo em massa também –, outros são fabricantes de produtos mais artesanais, como *ecobags*, roupas, enfeites de Natal etc.

Há outras formas de atuação do trabalho na Rua, uma delas são os *pesados*, que são os carregadores que oferecem serviços de transporte de mercadorias de uma loja a outra, ou fazem carga e descarga de mercadorias. Esses trabalhadores possuem carrinhos de mão que são suas ferramentas de trabalho. Eles se dirigem até a frente das lojas que costumam contratar o serviço e esperam até serem chamados pelo dono do estabelecimento. Os trabalhadores obedecem a uma ordem de chegada para serem chamados ao trabalho, o que chegou primeiro é o que receberá o primeiro serviço. Alguns lojistas já estão acostumados com os carregadores e conferem confiança a eles, entretanto, outros, como o caso dos chineses, que temem ter mercadoria desviada no caminho, acompanham o *pesado* até o destino final. As lojas que mais contratam, geralmente, são de grande porte como os *Armarinhos Fernando*.

Outra prática de trabalho presente na rua é a da coleta de recicláveis, em sua maioria, papelão. Grande parte dos coletores de reciclados são os moradores de rua, que transformam o papelão, não só em mercadoria para se sustentarem, mas também em colchões improvisados.

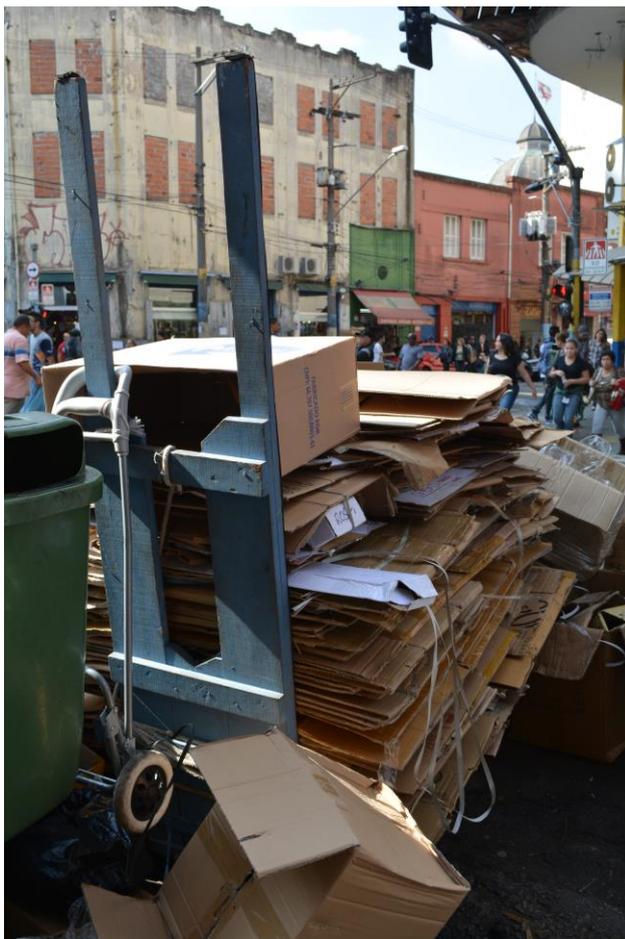


Figura 19 Papelão na Rua Abdo Shaim (Julho de 2013)

Há uma verdadeira disputa pelos recicláveis na rua, que geram muitas brigas, inclusive. Uma senhora, que fica na Rua Abdo Shaim, coleta os reciclados deixados pelas lojas, mas para que não tenha muita concorrência, ela pede aos lojistas que reservem o papelão para ela, ou solicita aos agentes da Prefeitura que ficam próximos (na Rua Lucrecia) que a avisem quando houver papelão, principalmente quando eles apreendem alguma coisa do tipo. Geralmente, essa senhora, assim como outros, ficam sentados na rua na maior parte do dia vigiando suas mercadorias em potencial. O que eles classificam como algo a ser vendido, mas é descartado no lixo pelas lojas, recolhem e depois repassam a alguém que queira percorrer as ruas comercializando.

Por fim, há outros tantos trabalhadores que ajudam a sustentar o comércio informal. São os fornecedores de marmita, de água, de produtos de beleza (revendedores *Avon* e *Natura*), de café da manhã e da tarde, de doces, etc. Seus serviços e produtos são quase exclusivos aos trabalhadores da rua, poucos são os consumidores de fora que fazem uso.

Mas todas essas classificações não se encerram aqui, ainda há limites situados entre aqueles que perpassam por outras ordens de classificação, acionando outros tipos de fronteiras, como é o caso das fronteiras étnicas. Isso porque há uma variedade muito grande de migrantes que atuam na região e cada uma das migrações também ocupam uma posição na hierarquia constituída entre os próprios trabalhadores.

Os chineses, por exemplo, por terem mais facilidade de acesso às mercadorias mais valorizadas na venda ambulante são os mais procurados pelos consumidores, podendo assim se encontrar em situação menos vulnerável do que um brasileiro que atua como *camelô de rua* no momento em que perde uma mercadoria.

2.3 Disputas sociais e distribuição estatal do espaço

O modo, ainda, como os trabalhadores de rua estão dispostos em outros momentos em que a rua é “liberada” pela PM também nos mostra como existe lugar definido para cada um deles. Na feirinha da madrugada, por exemplo. Um espaço que ocorre todos os dias da semana das quatro horas da madrugada até mais ou menos seis e meia da manhã, momento este em que a Polícia inicia suas atividades de fiscalização no local.

A extensão da feirinha cobre quase metade da Rua 25 de Março, isto é, das esquinas com a Avenida Senador Queiroz até mais ou menos o início da Rua Senador Cdr. Afonso Kkerlakian.

Esse é um momento em que a composição étnica da Rua aparece com mais visibilidade, diante da multiplicidade de imigrantes internacionais que ganham as ruas, na medida em que cada uma das migrações ocupa um espaço específico. A parte mais movimentada da Rua, nas esquinas com a Avenida Senador Queiroz se encontram os brasileiros vendendo vários tipos de mercadorias como óculos de sol, bonés, camisetas de marcas famosas, porta crachás, cadarços de tênis, relógios e outros; ali também estão os peruanos que vendem muitas bijuterias, alguns gorros de lã, bolsinhas, cachecóis e cintos; e, por fim os chineses, que comercializam óculos de sol, bolsas de marcas famosas e relógios. Esses três grupos também estão ao longo da feira, no entanto eles acabam por dividir toda a extensão com poucos bolivianos vendedores de roupas, como camisetas, agasalhos e blusas femininas, assim como calças *legging*.



Figura 20 Feirinha da Madrugada (Julho de 2012)

Outros produtos também ganham esse espaço e suas vendas são divididas entre muitas nacionalidades, principalmente camisetas com reproduções de marcas famosas, bijuterias, agasalhos (semelhantes aos vendidos pelos bolivianos), bolsas sejam elas de marcas famosas ou não, mochilas etc.

É interessante notar que muitas dessas mercadorias são características mais específicas dos chineses, mas que vêm ganhando um espaço grande com os peruanos, os quais muitas vezes parecem compartilhar mais o tipo de mercadoria com os primeiros, do que os próprios brasileiros. Já as roupas vendidas pelos bolivianos, alguns de seus modelos são características de venda dessa mesma nacionalidade, como pude ver em minha pesquisa desenvolvida durante a graduação, principalmente se relacionado às roupas femininas. É claro que existem outros trabalhadores vendendo roupas no local, como os brasileiros e peruanos que comercializam calças e camisetas de marcas famosas (e que também são vendidas por alguns bolivianos), mas são peças fabricadas com características mais massificadas do âmbito *made in China*, e não correspondem aos moldes mais exclusivos das roupas dos bolivianos.

Além disso, embora esses últimos estejam espalhados ao longo da feirinha, é mais ao seu final, próximo da Rua Cdor, Afonso Kherlakian, que eles se encontram mais concentrados. Esse espaço parece ser reservado aos que chegaram depois na Rua. No entanto,

uma vez que praticamente não há mais presença da imigração boliviana na Rua 25 de Março, a feirinha da madrugada, talvez, seja utilizada como mais uma alternativa de venda, e quando ela acaba às seis e meia da manhã, os bolivianos, equatorianos e outros grupos migratórios vão para outras regiões da cidade vender seus produtos. Sendo assim, acredito que os espaços considerados como “melhores” da Rua 25 de Março na feirinha devem ser reservados para quem “é daqui”, os demais se instalam nos espaços restantes.

Há ainda, no espaço da Rua Carlos Nazaré, a quase total exclusividade de africanos comercializando brinquedos. Se ao longo da Rua 25 de Março há uma multiplicidade de mercadorias, o mesmo não ocorre aqui. Toda sua extensão é destinada brinquedos infantis, sejam bonecos de plástico, ou bonecos e ursos de pelúcia de personagens de desenhos animados famosos, carrinhos e maquiagens infantis. Os trabalhadores que vendem esses produtos são, em sua maioria, africanos³². Os brasileiros que se encontravam na rua, ou eram poucos aqueles que vendiam o seu próprio brinquedo, ou eram funcionários dos africanos. Os chineses também estavam no local, mas em menor quantidade.

A maior parte dos produtos da Rua são mercadorias caracterizadas como chinesas e a maioria de sua venda eram compartilhada por várias nacionalidades em toda a extensão do local. Mas, existe a especialização, maior ou em menor grau, de certos produtos a serem vendidos por cada uma das nacionalidades. E, apesar da predominância dos produtos de massa do *made in China*, é possível encontrar produtos mais artesanais como as roupas dos bolivianos e outros de origem brasileira, como algumas bolsas, produtos das telenovelas brasileiras e algumas bijuterias de pequenas fábricas no centro.

Ao que tudo indica, grande parte dos trabalhadores da feirinha da madrugada são funcionários de *boxes* existentes nas galerias da região, principalmente do Shopping Saara, onde já tive a oportunidade de conversar com alguns peruanos que possuem loja no local, mas se utilizam do espaço da feira para ampliarem as vendas. Também há os vendedores do Shopping Popular, o qual ainda funciona como depósito de produtos e espaço de fuga dos trabalhadores quando estão fugindo da Polícia em outros momentos. É comum ver os trabalhadores que se retiram da feirinha indo em direção a essas galerias, principalmente, ou se caminhando às outras.

³² Como tive contato com apenas um importador africano da região, o qual era nigeriano, não posso afirmar a origem nacional desses imigrantes. Inclusive porque esse, o “Negão” não quis conversar muito comigo.

Ou seja, a feirinha da madrugada é vista como um local de ampliação dos lucros, pois o trabalho do ambulante é vantajoso financeiramente, permitindo que se desloquem diretamente para onde estão os consumidores, fazendo uso da informalidade nos momentos permitidos (assim como se utilizam da abertura da rua aos domingos, quando não há policiamento). Como a Rua 25 de Março é muito extensa e cheia de galerias, muitas vezes nos perdemos nos labirintos que se formam pelas inúmeras lojas, boxes, ofertas, trabalhadores etc. Muitos consumidores não conseguem atingir a totalidade da rua em suas visitas, o que prejudica alguns vendedores. Nesse sentido, a utilização de *puxadores* e de outros espaços para a venda direta é muito bem vista. Ou seja, formalidade e informalidade se confundem, uma se utiliza da outra para ampliação dos lucros.

Diante dessas descrições dos espaços ocupados por cada trabalhador nas ruas, percebe-se que existe um lugar que se define para cada um deles e pelas práticas que desenvolvem. Ao mesmo tempo, é possível compreender reações de poder implícitas e explícitas no modo de disposição dos atores em cena, os quais muitas vezes são regulados pelo próprio Estado quando consideramos os espaços de distribuição da banca, onde há lugares específicos permitidos e não permitidos de implantação das barracas. Lugares que são negociados entre a Prefeitura, camelôs e lojistas.



Figura 21 Feirinha da Madrugada. Esquina da Rua 25 de Março com a Avenida Senador Queiroz (Julho de 2012)

Há ainda espaços que são negociados entre os próprios trabalhadores, como é o caso da feirinha da madrugada, como já descrita e também da feira de domingo, em que se pode regular o lugar de acordo com o tempo de trabalho na Rua e de poderio econômico, na medida em que o camelô possui um *box* em outro ponto da região e demonstra a sua estrutura por meio das grandes bancas improvisadas, ou mesmo pela quantidade de produtos que carrega para a venda na rua.

Há muita disputa pelo local de trabalho, pois se procura conquistar a maior lucratividade possível. Mas essas disputas pelos melhores espaços se dão em dois níveis: o primeiro deles é na administração pública da cidade.

As permissões do poder municipal para se armar uma banca na Rua obedecem a um número de cadastro de antiguidade de serviço na rua. Conforme vão abrindo novos postos, os

trabalhadores são chamados para que escolham onde se instalarão, e aquele que for mais antigo escolhe primeiro. Entretanto, os espaços disponíveis na Rua sofrem alterações com o tempo. Nos últimos oito anos houve uma redução significativa do número de bancas de camelôs armadas no espaço da Rua 25 de Março. Locais que eram considerados potenciais para a abertura de postos até então, agora são cassados os TPUs por infrações, segundo a Prefeitura, mas não são ofertadas essas vagas a outros camelôs que não cometeram nenhum tipo de irregularidade.

Segundo o camelô José, na época da gestão da ex-prefeita de São Paulo Marta Suplicy e na de seus antecessores, havia espaços ocupados, inclusive nas esquinas da loja *Armarinhos Fernando*, e que hoje não há ninguém ocupando aquele espaço e, de acordo com o poder municipal, não se pode mais montar bancas.

De acordo com o Art.30 do Decreto 202

Fica vedada a instalação de equipamentos:

- a) a menos de 5 m (cinco metros) do cruzamento de vias, faixas de travessia de pedestres, pontos de ônibus e de táxis;
- b) a menos de 5 m (cinco metros) de equipamentos públicos, tais como hidrantes e válvulas de incêndio, orelhões e cabines telefônicas, tampas de limpeza de bueiros e poços de visita;
- c) a menos de 20 m (vinte metros) de entradas e saídas de estações de metrô e de trem, rodoviárias e aeroportos;
- d) a menos de 20 m (vinte metros) de monumentos e bens tombados;
- e) a menos de 20 m (vinte metros) dos portões de acesso a qualquer estabelecimento de ensino;
- f) em frente a estabelecimento que venda o mesmo artigo;
- g) em frente a guias rebaixadas;
- h) em frente a residências, farmácias, bancos e hotéis;
- i) no perímetro de 50 m (cinquenta metros) de distância, contados a partir do ponto mais próximo de hospitais, casas de saúde, prontos-socorros e ambulatórios públicos ou particulares;
- j) em frente a portões de acesso a edifícios e repartições públicas e quartéis.

Nesse sentido, a composição das bancas na via pública obedece a todas as características listadas no artigo acima e mais algumas estabelecidas entre o poder público e a outros setores, como por exemplo, os lojistas. José também chegou a comentar que na época em que se iniciou o projeto “Lei cidade limpa, livre de pirataria e do comércio ilegal” executado pela PM, e perceberam que muitos companheiros estavam perdendo seus postos de

trabalho na medida em que a Prefeitura fechava alguns pontos das bancas, eles foram conversar com o

Fernando, dono do Armarinhos. Tudo é uma questão de conversa e ele tinha permitido que as bancas permanecessem nas calçadas em frente a loja dele porque nós fomos conversar com ele. Tinha uma ali na esquina da Kherlakhian, agora não tem mais, porque tem gente que não dá pra conversar como é o caso do Kassab.

Entretanto, há certos conflitos nas falas dos trabalhadores da rua com relação ao estabelecimento de bancas, isso porque há em jogo uma disputa de poder para obterem os melhores espaços. Antônio chegou a comentar que ninguém pode colocar banca na frente dos *Armarinhos Fernando* porque ele não deixa, é ele quem manda na rua. Outro camelô, Joaquim, disse que quem manda na rua, nos policiais é a Cláudia da Univinco³³ representando um conflito claro entre os trabalhadores da Rua e os lojistas. Outros camelôs dizem que a situação não era bem aquela retratada por Joaquim, que nessa ocasião estava muito revoltado com as incessantes tentativas do Prefeito Gilberto Kassab em retirar os camelôs da Rua. O certo é que declarações como essas raramente apareceram explicitadas durante a pesquisa, mas os conflitos entre camelôs e lojistas podiam ser percebidos nas práticas cotidianas do espaço urbano.

Além disso, às vésperas do final do ano de 2012 ocorreram uma série de denúncias de bancas irregulares armadas na região. Com o objetivo de aumentar a lucratividade promovida pelas compras de Natal, alguns trabalhadores que já desenvolviam suas atividades no comércio informal, junto com outros amigos armaram algumas novas bancas na rua sem a permissão da Prefeitura. Essas “bancas frias” como se referiam, eram semelhantes às já estabelecidas, com a mesma estrutura de armação e lonas azuis imitando o teto das bancas, protegendo as mercadorias das ações do tempo. O número de bancas erguidas no fim de ano foi bem significativo e tal ação foi fortemente criticada pelos membros do Sindicato dos Permissionários e do Fórum dos Ambulantes, pois ela retirava a credibilidade dos camelôs frente à Prefeitura, pois, diante dos inúmeros decretos do prefeito Kassab que as organizações dos trabalhadores conseguiram derrubar, eles não podiam dar motivos para que suas concessões de permissão de uso da rua fossem cassadas. É preciso, mais do que nunca, demonstrar que os trabalhadores estão de acordo com as leis estipuladas para o exercício do comércio de rua.

³³ União dos Lojistas da Rua 25 de Março e Adjacências.

Um de meus interlocutores ajudou um amigo a montar uma banca fria, entretanto seu negócio foi apreendido pela Polícia Militar em uma sexta-feira no fim do ano. A banca mal começava suas atividades no local, quando os policiais confiscaram-na junto com as mercadorias. O dono da banca perdeu mais de trezentos reais em produtos, e meu interlocutor também perdeu uma quantia considerável. Mas não desistiram de atuar por meio dessa *astúcia*, e transferiram as atividades de venda da banca fria para outra rua, porém, sabendo do risco de novamente ter o negócio impossibilitado pelos agentes fiscalizadores do Estado, colocaram poucas mercadorias. Na medida em que os produtos fossem saindo eles repunham.

Na semana seguinte ao ocorrido de apreensão dessa e de outras bancas mais, encontrei uma das representantes do Fórum dos Trabalhadores Ambulantes repreendendo esse meu interlocutor pela ação cometida por ele e o amigo. Ela dizia que estavam fazendo de tudo para ajudá-los a manter o trabalho e posto na rua, mas que se esse tipo de situação continuasse seria difícil continuar a briga com a Prefeitura.

João, um dos diretores do Sindicato dos Permissionários, na rua há mais de quarenta anos e com liderança política reconhecida no comércio da região, é um dos maiores defensores do cumprimento das leis para que não haja motivos para o Prefeito insistir na retirada do comércio de rua da região. Além disso, muitos companheiros de ofícios foram prejudicados pela referida administração municipal, tendo suas TPUs cassadas, muitas delas não havia nenhum tipo de irregularidade, segundo o sindicato da categoria. Nesse sentido, para que os trabalhadores não sejam prejudicados por más interpretações por parte da Prefeitura e por ações irregulares cometidas pelos próprios camelôs, os membros do Sindicato procuram seguir as leis estabelecidas na Lei Orgânica da Cidade e nos Decretos que regulamentam o comércio urbano. Quando ocorre alguma situação considerada negativa, eles mesmos buscam denunciar a irregularidade, ou não defendem o infrator que perdeu a licença de trabalho.

O segundo nível de disputa pelos melhores locais de trabalho se dá por meio de acordos verbais entre os trabalhadores. Nessa *situação* encontram-se principalmente os *camelôs de rua*, os do *corre*, isso porque eles não possuem licenças da Prefeitura para atuarem no comércio, mas subvertem a estrutura de ordem imposta pelo poder municipal a fim de garantir o desempenho de seu trabalho.

A maior parte desses trabalhadores tem preferência de atuação em espaços específicos da Rua, onde estabelecem sociabilidades entre eles, muitas vezes, cumplicidade ao avistar um inimigo comum. Mas não são quaisquer espaços ocupados para a venda, e sim aqueles que acompanham o trânsito de consumidores, sendo na própria Rua 25 de Março do Parque Dom Pedro até a Avenida Senado Queiroz, a Ladeira Porto Geral, Rua Cdor, Kherlakhian, Rua Barão Duprat. Em geral esses são os locais mais frequentados pelos compradores e também os mais disputados pelos *camelôs de rua*. Na Rua 25 de Março, por conta da intensa fiscalização, os trabalhadores não costumam marcar posição em um lugar por muito tempo, eles circulam de um lado ao outro na rua, *fugindo, disfarçando* e tornando-se *invisíveis* para que consigam vender seus produtos. Entretanto, nos dias e horário em que a rua está “liberada” muda-se a *situação*, pois os considerados “mais antigos” são os que se estabelecem nos melhores lugares. Antes, quando a rua obedecia a outra ordem de fiscalização com a Guarda Civil Metropolitana à frente das apreensões e segurança da rua, *os camelôs não os respeitava*, segundo Juliana,

Era bom com a GCM, tinha muita bagunça, mas era melhor que agora. Porque não é certo a polícia está correndo atrás de quem está trabalhando enquanto tem um monte de gente roubando, matando enquanto a polícia está aqui na 25 correndo atrás dos camelôs. Isso eu não acho certo não.

Embora a rua não fosse liberada, os camelôs agiam como se fosse, estabelecendo pontos fixos mesmo para aqueles que não tinha licença da Prefeitura ao exercício do trabalho. Algumas administrações da cidade de São Paulo tentaram regularizar o comércio informal de modo a ampliar a participação dos camelôs no comércio de rua. Para Antônio,

a pior coisa que a ex-prefeita Luiza Erundina³⁴ fez foi liberar a rua, camelô era tudo aqui. Se deixa a rua liberada vai ter confusão, vai vir um monte de camelô e vai mandar uns dois três aqui na 25 e sabe por quê? Porque o ser humano é idiota, o ser humano chega aqui e não tem ninguém no dia de hoje e se amanhã ele chega dez minutos atrasado outro vem e ocupa o lugar dele, mas ele vai falar “o lugar é meu, o lugar é meu” e mete a faca no outro e tudo. Menina eu trabalho há 40 anos de ambulante, aqui tinha um casazinho na 25, novinho, que tinha mais de dez metros de lona, quando eu cheguei com uma arara, coloquei aqui, eles falaram “aqui não, esse é meu valor do aluguel”. Como eu sou uma pessoa civilizada, trabalho na rua há muito tempo falei “perdão moço”

³⁴ Luiza Erundina foi prefeita na cidade de São Paulo, pelo PT, entre os anos de 1989 a 1993.

e retirou sua arara no lugar e colocou em outro lugar mais atrás do espaço do casal, segundo Antônio, esse tipo de *situação* e algumas pessoas que pagavam o aluguel da rua tomavam conta da Rua 25 de Março inteira.

E sabe o que aconteceu quando o Serra entrou? Eu já tinha o meu lugar de trabalho, o rapa entrou, tavam correndo do rapa e eu falando ‘toma trouxa, toma trouxa’ e eles nem pensando em alugar. Tem moleque que é tão trouxa que fica nisso aqui, eu cheguei e fiz o que eu podia pra conseguir isso aqui, eu tenho meu lugar, é alugado, mas eu tenho. Correr na rua não dá, toda hora você corre, você vai vender, mas tem que correr.

Muitos *camelôs de rua* falam que *liberar a rua não presta, senão vira bagunça*, como diria Juliana. Ao mesmo tempo em que os trabalhadores transgridem a ordem, eles também a legitimam e aceitam para desempenharem seus trabalhos. Pois, há aqueles que se acham donos de toda a rua e estabelecem hierarquias sob os que chegaram há menos tempo ou não possuem tantas condições financeiras. Então, essa “liberdade” da rua não se estenderia a todos, mas somente a alguns que conseguissem dominar a *situação* diante dos demais. Como retratou a fala de Antônio, havia muita briga por disputa de espaço, mesmo com a GCM porque os camelôs não respeitavam e “jogavam” o que tinham na mão contra os policiais, cocos, pedras etc. A GCM virava às costas e os camelôs voltavam como se eles não existissem e continuavam a trabalhar e os “donos” da rua continuavam cobrando uma taxa correspondente ao aluguel estabelecido por eles, entretanto, não era uma licença dada pela Prefeitura e sim por ele.



Figura 22 Rua 25 de Março Outubro de 2009, sob fiscalização da GCM

Hoje, embora haja dificuldade para trabalhar, o fato de haver maior fiscalização impede que esses “donos” tomem conta e explorem os recém-chegados, ou os que não têm condições de pagar o aluguel exigido por eles. Mas, o fato de parte dos camelôs serem contra a liberação da rua, não significa que eles sejam a favor do modo como a PM atua na região³⁵. Entretanto, a presença policial inibe a cobrança informal de taxas de ocupação do solo, o que se estabelece são acordos verbais entre os trabalhadores que já estavam atuando em um determinado local. Não cobra-se mais aluguel, mas estabelecem-se regras morais para privilegiar de atuação de certos trabalhadores em um lugar, neste caso, quem é reconhecido como mais antigo na rua adquire posições hierárquicas superiores em relação aos trabalhadores mais novos no local. Se o trabalhador possui maior estrutura física e financeira ele também terá os melhores espaços, principalmente durante o dia de domingo e na feirinha da madrugada, ou seja, é a lei do mais forte.

³⁵Os conflitos existentes entre os trabalhadores da rua, a Polícia Militar e a Prefeitura serão melhor analisados ao longo do capítulo 5.

Um dia, durante os horários de trabalho da PM, eu estava no metrô aguardando uma amiga quando pude observar o cumprimento do acordo de respeito do espaço do outro entre os trabalhadores. Um homem chegou vendendo água dentro da estação, três minutos mais tarde uma mulher entrou no local para vender a mesma mercadoria e o homem perguntou a ela: *você vai ficar aqui?* A mulher, com expressão de insatisfação vendo o camelô ocupando aquele espaço, assentiu com a cabeça e o homem se retirou sem discutir.

Conforme andamos frequentemente pela rua podemos notar que os camelôs adquirem preferências de espaço, há o reconhecimento dos trabalhadores em suas respectivas ruas e posições, eles repetem os lugares de venda. Ainda há aqueles que pensam possuir lugares fixos, mas pelo convívio de uns com os outros os trabalhadores procuram não contestar a exigência do colega para evitar mais um conflito, mas eles reconhecem que agora ninguém é dono da rua, embora alguns pensem assim.

CAPITULO III

Percebendo diferenças

Na forma como tenho construído a pesquisa, focalizando nos trabalhadores da rua, alguns conceitos tornaram-se referenciais ao desenvolvimento deste trabalho: alteridade, identidade e informalidade. São eles que nos ajudarão a compreender quem são esses atores, como desempenham suas formas de trabalho, como se reorganizam e interagem a partir de ações negociadas por e com outros atores sociais.

O cotidiano vivido pelos trabalhadores da Rua 25 de Março é repleto de multiplicidades, ou seja, de pessoas de diversas origens regionais e nacionais, de mercadorias, de práticas de trabalho, de compreensão do próprio comércio. Em cada uma dessas situações, há criações de maneiras de apreensão do trabalho e do cenário em questão que são, muitas vezes, compartilhadas por alguns trabalhadores, ao mesmo tempo em que são percebidas por outros trabalhadores de forma distinta. Isto é, a multiplicidade proporcionada pela popularização e intenso fluxo econômico desse comércio produz diferentes modos de atuação na rua diante do trabalho.

Os trabalhos também são reconhecidos e percebidos nas suas diferenças mediante à comercialização de produtos que, de acordo com a gradação de apreensão por parte da Polícia Militar, são mais perseguidos. Os trabalhadores reconhecem os produtos mais vulneráveis e por isso precisam diferenciar suas mercadorias. Para Juliana, o seu trabalho

“é diferente dessas outras porque é perseguido por tudo e por todos, por causa que é proibido a venda de DVD pirata, já os outros são piratas, mas a perseguição não é tanta. Quando a gente trabalhava na 25, todo final de ano tinha uma operação, mas só quem não trabalhava assim era nós, porque a polícia sempre dá em cima”.

Embora a ciência de que o DVD é um dos produtos mais perseguidos, vale a pena arriscar sua venda, já que o lucro é de mais de 100%. Entretanto, a corrida da polícia é maior, assim como a perda da mercadoria, que se dá com mais frequência. Juliana perdeu sua mercadoria por diversas vezes, mas sempre se recuperou, pois o prejuízo nunca é tanto no final das contas. Ela costuma comprar, no atacado, seus DVDs na feirinha da madrugada que acontece todos os dias na Rua Barão Duprat e ainda possui um estoque considerável e um contato que lhe fornece mercadorias quando está em falta. Além disso, ela fica atenta sempre

aos pedidos dos consumidores, aos títulos que mais se vende, às novidades lançadas no mercado cinematográfico, pois são os filmes mais atuais e os infantis que vendem mais.

Na compra do produto pelo revendedor inscreve-se reconhecimento de moralidades na atuação do trabalho, isso porque muitos comercializam *calete* enganando não só os próprios trabalhadores do *corre*, como também os consumidores que comprarem esses filmes. O *calete* consiste na venda de mercadorias enganosas, ou melhor, é a esperteza de alguns que querem tirar proveito da situação dizendo que estão vendendo um tipo de produto, mas na verdade é um DVD queimado, ou em vez de um filme, um CD de música de um cantor qualquer. Para que não sejam vistos pelos consumidores como “enganadores”, alguns camelôs, como é o caso de Juliana, procuram comprar sempre do mesmo revendedor, em quem confia e sabe da qualidade de seus produtos, pois se ela vende *calete* para algum consumidor, não só perde a freguesia como pode sofrer represálias dos consumidores descontentes, e ainda prejudicar o trabalho e a imagem dos outros camelôs que trabalham no local.

A Avenida Senador Queiroz é reconhecida por Juliana como um espaço de *calete*, pois “ali todo mundo vende *calete*”, motivo pelo qual ela não trabalha no local, além da concorrência ser muito grande, pois não quer ser vista como enganadora e “esse pessoal prejudica demais a venda na região”. Na Rua 25 de Março também se faz uso desse tipo de prática, motivo que muitas vezes leva consumidores a descontarem a raiva de terem sido enganados na própria Juliana.

O povo vem pra cá e compra de cabeça baixa e não olha pra cara da pessoa que compra e quando não funciona, o primeiro que vê na frente eles chegam logo e já falam “comprei aqui, comprei com você” e querem ter seu dinheiro de volta

Constantemente os muitos “outros” são acionados para fazer a demarcação dos espaços da rua, ou seja, as nacionalidades por meio de demarcações étnicas são acionadas na constituição da diferença do trabalho e na venda de tipos específicos de mercadorias. Os orientais, em sua maioria, estão nas galerias e são eles também os reconhecidos como portadores de mais condições financeiras por diversos atores na rua, sendo os alvos preferidos dos ladrões. Suas mercadorias são muito visadas pela alta rentabilidade que proporciona no comércio de rua, são réplicas de produtos de marcas famosas como Victor Hugo, Louis Vitton, Channel etc. Entretanto, a comercialização de tais produtos no espaço urbano pelos

chineses é mais concentrada durante os momentos de “liberação” da rua – aos domingos depois de meio-dia e durante a feirinha da madrugada. Nessas horas, principalmente nas horas iniciais do dia, os ladrões reconhecendo os orientais e suas mercadorias e preferem agir em torno deles. Com a chegada da PM mais tarde, são os mesmos trabalhadores que passam a ser mais perseguidos até que esvaziam a rua para que as atividades comerciais formalizadas possam ocorrer na “normalidade”.

As identificações atribuídas aos orientais, na maioria das vezes, estão relacionadas à comercialização desses produtos *made in China* no geral, bem como a própria linguagem do mandarim que, exceto ao falar com os consumidores brasileiros, não se ouve outra língua. Assim se constituem as galerias da região, principalmente o Shopping Oriental e Shopping 25 que apresentam uma predominância dessa nacionalidade. Nesses espaços se pode observar intensas sociabilidades entre os trabalhadores do oriente, bem como um comércio específico para essa população, visto que há hábitos muitos distintos dos brasileiros.

Na Rua Florêncio de Abreu, todos os dias da semana, por volta das três horas da tarde há a chamada feirinha, onde alguns chineses veem até a rua para vender marmitas com preparos de pratos daquele país, bem como há a comercialização de verduras e legumes para esse público em específico. Além disso, nos espaços das galerias é muito comum ver chineses lendo jornal em mandarim, cuidando de seus filhos como se o *box* fosse uma extensão da casa. Ali passam a maior parte do dia, inclusive com crianças de colo, que apresentam um número considerável no local.

As diferenças entre nossos nativos nacionais e os orientais são demarcadas pelas falas que os primeiros atribuem aos segundos, muitas vezes de modo estigmatizado³⁶. Alguns brasileiros, como o *puxador* Luciano, apresentam visões ambíguas em relação aos chineses, isso porque ao mesmo tempo em que ele reclama da quantidade de estrangeiros no Brasil, sobretudo dos orientais por virem aqui e “pegar os empregos”, ele reconhece que se assim o fazem é porque eles são espertos e graças a eles muitos ali na rua tem emprego, pois são os produtos *made in China* que sustentam o mercado. Para Luciano

chinês que é esperto, vem aqui e ganha dinheiro em cima da gente, e por quê? Porque o brasileiro é burro e deixa o povo vir aqui e pegar o que é nosso. É a China que nos

³⁶ *Tá vendo essa chinesa aí? Tá há três dias com a mesma roupa, bicho porco* (Fala de uma vendedora de um box na Galeria Pagé referindo-se a uma chinesa que trabalha ao seu lado).

dá emprego. A gente não deveria deixar, deveria dar mais trabalho ao brasileiro, mas os chineses são espertos. Você acha que nos EUA eles deixam os chineses fazerem isso? Claro que não, só aqui no Brasil mesmo.

Não é só Luciano que apresenta essa relação ambígua com os chineses, outros trabalhadores da rua também. É frequente ouvir reclamações sobre essa população por eles “não se esforçarem em falar português” estando no Brasil, ou mesmo de que “eles são muito frios”. Entretanto, é a maioria dos orientais que comercializa as mercadorias que dão maior lucro e por um preço mais acessível, e por isso, os mais procurados pelos *puxadores, revendedores e ladrões*. Além das galerias já supracitadas, há outras galerias ao fim da Rua 25 de Março, próximo a Rua Paula Souza, as quais se dedicam somente a venda de atacados e são comércios majoritariamente chineses.

Os árabes, por sua vez, estão constantemente associados à venda de tecidos. Isso porque, tradicionalmente, a Rua 25 de Março, era conhecida pela Rua dos árabes por comporem grande parte das lojas de venda de tecidos. Desde meados do século XX, muitos árabes chegaram à região e abriram armazéns e lojas de tecidos que forneciam produtos a muitos consumidores que se deslocavam de diversas regiões para comprarem seus produtos. As ruas do complexo comercial são marcadas por nomes de árabes que ajudaram a movimentar aquela região e ainda, muitos deles, representam um papel importante para o comércio local. Segundo Koraicho (2004), foram os árabes quem ajudaram a inaugurar esse caráter comercial da Rua 25 de Março, pois muitos deles chegavam ao Brasil e se dirigiam ao local, não só para trabalhar, mas também para viver, criando uma espécie de “República Árabe”. Os diversos povos de língua árabe, Sírios, libaneses, egípcios, iraquianos, embora pertencentes a diversas profissões, quando chegavam em São Paulo, iam para a rua trabalhar em seus armazéns e como mascates, levando para várias regiões o nome de seus produtos e o local de onde vinham, neste caso, a própria Rua 25 de Março.

Em junho de 2012, mediante proposta do então vereador da cidade de São Paulo, Agnaldo Timóteo, uma das ruas da região teve seu nome trocado de Rua Virgínia Sales, para Rua Niazi Chohfi³⁷. Este também é o nome de uma das famílias mais tradicionais da região, que possui alguns estabelecimentos comerciais importantes na rua em questão. Não à toa, alguns trabalhadores atribuem à família Chohfi certo poder no funcionamento da rua,

³⁷ Na ocasião houve uma apresentação do mesmo vereador, que também é cantor popular, para a reinauguração da Rua.

culpando-os por ajudarem a financiar o policiamento. Segundo alguns camelôs, a loja de tecidos forneceu duzentos mil reais para que a rua trocasse de nome e, de acordo com um de meus interlocutores, “a Prefeitura não poderia ter mudado o nome da rua, mas tudo é da Niazi na rua”.

As lojas de tecidos dos árabes estão na região desde o início do século XX. Um dos primeiros a iniciarem o comércio de armarinhos e fazendas foi Assad Abdalla Haddad, e sua família até hoje possui um estabelecimento na região. Neste sentido, a presença árabe na região é muito forte e reconhecida pelos demais trabalhadores, não só devido à história que formaram ali, mas também por apresentarem um alto poder econômico, especialmente se comparado aos demais trabalhadores da rua.

Alguns árabes, ao longo do tempo, passaram a investir em outras atividades comerciais além daquelas relacionadas aos tecidos e armarinhos (isso sem falar das lojas de especiarias e restaurantes para atenderem seus conterrâneos). Eles também se arriscaram na venda de produtos eletrônicos importados se estabelecendo nas galerias da região.



Figura 23 Inauguração da Rua Niazi Chonfi 10 de maio de 2012

Numa das vezes em que eu estava na Rua, ademais de realizar minha pesquisa de campo, também estava à procura de um gravador para que pudesse dar início às minhas entrevistas com os trabalhadores. Nessa ocasião, fui em busca dos serviços de um puxador que pudesse me ajudar a comprar um produto bom e barato. Conheci um jovem, de mais ou menos vinte e oito anos, chamado Alessandro, que me levou, primeiro à “34”, uma galeria composta de boxes que só trabalham com artigos eletrônicos, mas não encontramos meu gravador. Depois fomos até a Galeria Pagé, onde ele também prestava serviço a alguns *boxes*. Alessandro entrou em um *box* que era muito maior do que os demais da galeria, os quais parecem obedecer uma metragem padrão, e era um dos estabelecimentos mais movimentados do lugar, quase não se conseguia chegar ao balcão. Ele chamou alguém e me apontou dizendo que eu estava querendo um gravador e o vendedor dirigindo-se apenas a mim começou a mostrar os modelos que tinha. Pelas feições e pelo sotaque, me dei conta de que o vendedor era de origem árabe. Para que pudesse voltar ao ponto na Rua Cdor Kherlakhian e assim conseguir mais consumidores, já que havia me conduzido ao meu objetivo, Alessandro logo perguntou ao dono do *box* se sairia uma “parte” para ele, uma vez que foi ele quem havia conseguido um comprador. Pela primeira vez, o vendedor deu atenção ao jovem, pois até então era somente comigo que ele conversava, dizendo-lhe que não poderia lhe pagar comissão. Isso porque, segundo o homem, os produtos dele já estavam com um valor muito abaixo do vendido em outros lugares.

Diante dessa situação, senti-me incomodada pelo constrangimento pelo qual Alessandro estava passando e não efetuei a compra do gravador. Percebi sua expressão de indignação, mas ele não discutiu com o dono do *box*, e preferiu retornar ao seu trabalho na rua. Tomei outro caminho e fui explorar mais a galeria, sem a ajuda de Alessandro, agora, encontrei em outro *box*, que era menor, menos movimentado e de uma chinesa, o mesmo gravador ainda mais barato, adquirindo assim minha mercadoria.

Depois de explicar o que eu fazia na rua, Alessandro se dispôs a conversar comigo e, inclusive, não se importou que eu gravasse uma entrevista. O jovem foi logo se referindo à situação ocorrida anteriormente, dizendo que “é assim mesmo, a gente ajuda os caras e eles não dão a nossa parte, tem um pessoal difícil de trabalhar como aquele”, referindo-se ao árabe dono do *box*.

Em outra oportunidade conheci um grupo de jovens puxadores que descreveram a preferência deles em trabalhar com os “outros”. Os árabes estão entre os piores com quem trabalhar, porque eles não pagam o correspondente ao serviço dos puxadores, muitas vezes nem chegam a pagar, como foi o caso de Alessandro. Para esse grupo de jovens puxadores, também é ruim trabalhar com os bolivianos³⁸ porque o valor que eles oferecem pelos serviços dos jovens é muito baixo; também não gostam dos chineses, pois há grande dificuldade de comunicação e, além disso, esses jovens entrevistados consideram os imigrantes chineses muito “sem educação”, entretanto, há maior facilidade de se tirar vantagem deles, como já dito anteriormente. Por fim, os brasileiros são os preferidos para se trabalhar, pois há uma maior compreensão de ambas as partes sobre o serviço prestado, a comunicação é mais fácil.

Nesse sentido, os diversos trabalhadores na rua estabelecem formas de classificação na rua a partir de dados culturais e nacionais assumidos pelos diversos “outros”. Porém, há outros momentos em que a chave de compreensão da diversidade na apreensão do trabalho na rua se desloca para outros fatores, muitas vezes, políticos e econômicos, para além da etnicidade e nacionalidade. O fato evidenciado no conflito com os árabes da região não é apenas pela diferença étnica, mas também de ordem econômica.

Se durante muitos anos a antropologia tem se debruçado a compreender as produções de alteridades na chave de pensamento entre o “nós” e os “outros”, é a noção de alteridade baseada na diferença cultural que inaugura a necessidade do conhecimento empírico do outro. Nesse caso, a percepção das diferenças dos diversos “outros” no espaço urbano, torna-se fundamental para a adoção de táticas e *astúcias* por parte dos vários trabalhadores para que consigam maior rentabilidade na venda de seus produtos – no caso camelôs e lojistas³⁹ - e na venda de serviços – pensando nos puxadores e carregadores. Embora, muitas vezes não se consiga compreender o “outro” sem mobilizar situações e falas de julgamentos de valor, os trabalhadores os reconhecem enquanto parte da dinâmica do comércio.

Para além das alteridades mais evidentes das dinâmicas étnicas, os trabalhadores também precisam se diferenciar nas suas próprias semelhanças. Isso porque embora haja momentos específicos para se acionar as diferenças e assim construir laços mercadológicos

³⁸ Nesse caso, há também certa homogeneização dos trabalhadores migrantes dos países vizinhos como bolivianos, entretanto, muitos são peruanos.

³⁹ Mais adiante neste capítulo, veremos como a relação camelô e lojista são muito fluidas, isso porque há momentos em que os próprios lojistas se transformam em camelôs para adquirir maior rentabilidade em suas vendas.

com os consumidores, ou ainda se diferenciar dos demais na região com base no que se vende e como se vende; há também momentos em que as diferenças deixam de existir e determinados discursos e características são acionados para unir os trabalhadores, principalmente frente ao conflito com o poder público.



Figura 24 Imigrantes de diversas nacionalidades aguardando o momento de retornar ao trabalho após fiscalização da PM em 2010

Essa situação nos ajuda a enxergar como as diferenças passam a ser mobilizadas na rua e também a compreender a construção da alteridade a partir de um produto social e histórico, um artefato, que pode e deve ser problematizado, nos seus modos de produção pela Antropologia (Arruti, 26: 2006) e que também passa a ser expressada por meio das identidades.

A Rua 25 de Março, utilizada nesta pesquisa como campo de pesquisa e compreendida como um grande mercado global, é o espaço onde se observa um jogo de intensas relações comerciais. Nesses mercados globais, a diversidade é um elemento presente e a construção das diferenças também está inscrita nas relações entre diversos trabalhadores que participam da mundialização da economia informal, bem como da circularidade de produtos. Esses

trabalhadores, ao mesmo tempo em que são diferentes, pela mercadoria que vendem, pelo tipo de tática de trabalho que desenvolvem na rua, também podem ser compreendidos como uma categoria única de trabalhadores informais dependendo da situação por eles enfrentada. Desse modo, é importante pensar na alteridade não como um produto já dado e ontológico, mas problematizar de que modo ela é construída, mobiliza diferenças e produz identidades.

São as diferenças entre os trabalhadores informais e outros atores da rua que nos ajudarão a compreender as demarcações de poder e de hierarquias entre as esferas do trabalho e da fiscalização. A nossa vida social, independentemente de nossa posição no mundo, passa a ser compartilhada e construída nas relações com outros atores a partir da comunicação. No entanto, a ação de cada ator só faz sentido frente às ações de outros atores, na medida em que compreendemos que o conflito é constitutivo da vida social (Simmel, 1979).

Diante dos diversos conflitos encenados e disputados pelos atores da Rua, ou seja, pelos próprios trabalhadores, entre eles e os agentes fiscalizadores do Estado e o setor formal da economia, é necessário que se desenvolvam estratégias distintas de venda, diante de cada uma dessas situações. A disputa interna entre os trabalhadores dar-se-á mediante a disputa pelo mercado consumidor ou por espaços mais visíveis e melhores localizados; também há conflitos pela aquisição de mercadorias mais baratas e mais vendidas, as novidades do momento.

É certo que existe uma variedade enorme de mercadorias sendo comercializadas no espaço urbano da Rua 25 de Março, mas é preciso que essa variedade atinja os consumidores, uma vez que é a efetivação da venda que garante as estratégias informais de trabalho, as quais correspondem ao lucro adquirido pelo vendedor. Nesse sentido, existe uma busca incessante pelas melhores *táticas* para se destacar diante da diversidade, ou mesmo para tirar proveito de acordos firmados entre os trabalhadores informais e alguns fornecedores de mercadorias e com empregadores de serviços, como o caso narrado acima dos *puxadores* com relação aos chineses. Entretanto, há outras práticas adotadas, agora pelos camelôs, para propiciarem melhor trabalho e mais ganho. A compra de mercadorias diretamente do fornecedor e o conhecimento dos estabelecimentos comerciais da rua onde se vende por preços mais baixos, possibilita ao camelô adquirir produtos por valores mais acessíveis, permitindo que ele aumente o valor de um guarda-chuva, por exemplo, para o consumidor diário da Rua 25 de Março.

A variedade de produtos comercializados na rua é muito grande, mas nem sempre é possível garantir maior rentabilidade do lucro. Isso porque, muitas vezes é preciso acompanhar o ritmo de venda da rua. Quando não se está vendendo muita coisa, seja por desinteresse do consumidor ou por ele acreditar que o valor da mercadoria está alto, para que o produto não fique encalhado, o vendedor (seja o camelô, ou o dono do *box*, ou o lojista) se utiliza da tática da barganha para não ficar no prejuízo.

Por várias vezes presenciei meus interlocutores estabelecendo preços de suas mercadorias e negociações entre os próprios camelôs que trocam mercadorias, entre eles e os consumidores e entre os primeiros e os fornecedores. Em uma de minhas inúmeras visitas à banca de um de meus interlocutores privilegiados, Antônio, pude presenciar situações diversas de atribuição de preço aos produtos e negociações. Na maioria das vezes os preços estipulados não são fixos, pois é preciso barganhar com o cliente para que não perca a venda, ainda mais se o produto já passou de moda, ou não teve boa receptividade no mercado.

Em alguns dias específicos da semana, os fornecedores passam nas bancas em que estabelecem negócios verificando as mercadorias em falta, se os camelôs estão precisando de algo em específico. Esses fornecedores vão desde aqueles que produzem produtos mais artesanais em pequenas fábricas, até os que trabalham com distribuição de produtos chineses, muitas vezes considerados produtos piratas, como é o caso das réplicas de brinquedos. Nesse último caso, os trabalhadores conseguem negociar e até mesmo barganhar com os fornecedores preços mais baixos, pois é grande a quantidade de produtos chineses que chegam a um preço mais acessível. Além disso, são produtos muito rentáveis, pois vendem consideravelmente na rua.

Numa ocasião em que eu estava na banca de Antônio, conversando, chegou o “Negão”, nigeriano, que também trabalhava com revenda de produtos. Ao tentar me aproximar dele, o homem desconfiou das minhas intenções⁴⁰.

⁴⁰ Naquela Ocasão, Antônio lhe disse que eu era amiga dele e estava fazendo uma reportagem, perguntando-me o que era mesmo o que eu fazia. De imediato, esclareci que eu uma pesquisa de mestrado em Sociologia, e que não era reportagem, já que eu não sou jornalista e nem pretendo ser. “Negão”, como é chamado na rua, desconfiado de mim, falou que jornalista escreve B quando você fala A, então ele não fala com ninguém. Num dado momento, ele atendeu seu telefone e passou a falar em uma língua muito diferente, que eu nunca havia escutado. Perguntei-lhe depois que língua era aquela e ele me respondeu: “É inglês”. Respondi-lhe, dizendo que aquilo não era inglês e Negão me perguntou se eu sabia inglês. Ao responder que não sabia, o auxiliar da banca de Antônio falou que ele também não sabia inglês, mas que aquilo que ele falava não era o inglês. Diante de nossa curiosidade, Negão se limitou a responder que era a língua do povo dele e que eu não conhecia.

Nesse dia, Negão passou na banca de Antônio para negociar o fornecimento de bonecos de personagens infantis. Passaram cerca de meia hora, ambos tentando compreender um ao outro, pois, embora sejam amigos, eles têm dificuldades para entender o que cada um fala.

É muito comum um trabalhador de outra banca, ou algum camelô de rua, que fica *no corre*, ir conversar com Antônio e lhe mostrar as mercadorias que conseguiu, oferecendo-lhe alguns exemplares à venda. Antônio quase sempre aceita, mas algumas vezes não entrega o dinheiro no ato, somente fala para deixarem a mercadoria lá na banca que depois eles dividem o lucro. Isso é comum acontecer, principalmente quando algum produto está em falta. O camelô aciona seus diversos contatos e quando é outro companheiro de ofício que arranja a mercadoria solicitada ele agradece e fala que depois divide o lucro com ele.

As negociações não costumam demorar mais do que cinco ou dez minutos, e a efetivação da compra e venda é feita de imediato, isso porque os camelôs estão familiarizados com os fornecedores e com os espaços de melhor venda na rua. Quando a mercadoria não vai às bancas, são os próprios camelôs que vão buscá-las nas galerias da região. Esses camelôs também funcionam como fornecedores de *sacoleiros* que se dirigem à Rua 25 de Março para comprar mercadorias e depois revendê-las em seus respectivos estabelecimentos comerciais. Pude presenciar por diversas vezes sacoleiros solicitando a compra de grandes quantidades de brinquedos, agendas, guarda-chuvas e outras bugigangas ao Antônio, o qual mesmo sem possuir a quantidade suficiente, ou o produto em específico solicitado, não enfeitava nenhuma transação, sempre buscando com seus melhores fornecedores que lhe fizesse o repasse das mercadorias solicitadas, para que dessa forma ele conseguisse, mesmo que minimamente, um lucro sobre a mercadoria vendida.

A vivência cotidiana nesses quarenta anos trabalhados na Rua permite a Antônio conhecer os melhores lugares e as melhores pessoas com quem adquirir mercadorias. No espaço da rua, nenhum negócio é desperdiçado, mesmo aquele que não aparenta ser vantajoso passa por um processo de rearranjo para que se consiga extrair o mínimo que seja de vantagem da situação.

Aproveitam-se produtos que estão estocados há tempos nos depósitos ressignificando-os ao novo contexto, à nova situação. Durante períodos de eventos que costumam mobilizar grande parte da população ao consumo de produtos específicos, como a *Copa do Mundo* –

onde a compra de artefatos referentes à nacionalidade brasileira é muito procurada pelos torcedores –, fabricam-se muitas mercadorias esperando que a suas ofertas correspondam à demanda dos consumidores. Entretanto, nem sempre um produto faz sucesso como se espera e acaba por encalhar nos estoques. Situação semelhante ocorreu com artigos para torcedores das seleções brasileiras, pois não havia mercado consumidor suficiente para comprar as pulseirinhas do Brasil. Mesmo vivendo no Brasil, a população não tem o hábito de comprar mercadorias com os símbolos da nacionalidade, pelo menos na Rua 25 de Março isso não acontece.

Como precisavam fazer circular, principalmente uma espécie de pulseira chamada *bateu colou*, os trabalhadores se aproveitaram da moda da novela Carrossel para reaproveitar esses produtos estocados. Eles estamparam a imagem dos personagens da trama em pequenos adesivos colando-os nas pulseiras sobre a bandeira e o nome do Brasil, possibilitando dar circulação a esses produtos que estavam parados, tirando proveito de uma nova situação, visto que aquela anteriormente planejada não funcionara como o esperado. Ou seja, se antes os consumidores não compraram as pulseiras para torcer durante a Copa do Mundo de Futebol, agora as crianças reutilizam essas mercadorias para manifestarem sua admiração pelas personagens da novela, levando suas imagens em seus braços.

A procura pelas pulseiras da novela Carrossel foram intensas, e rapidamente os estoques dos camelôs não eram suficientes. Antes, as pulseiras comercializadas não eram as reutilizadas, e sim outras coloridas. Porém, para suprir essa enorme demanda, a alternativa das pulseiras verde-amarelas vieram solucionar a falta de produtos que rapidamente se esgotavam, como para fazer circular a mercadoria estocada. É certo que as pulseiras do Carrossel com as cores da bandeira não eram as mais procuradas, mas na falta das outras coloridas, para não ficar sem, as crianças compravam aquelas mesmas.

Sabendo que os consumidores preferiam as pulseiras coloridas e buscando dar um fim às pulseiras brasileiras, para não correrem o risco de perderem a clientela, eles vendiam essas últimas por um preço mais baixo em relação as pulseiras que não eram da copa, ou melhor, eles estabeleciam um preço mínimo a ser vendido e, a partir daquele valor, negociavam com o consumidor, não podendo baixar mais do que o permitido. Em uma tarde, chegou um camelô de rua para conversar com Antônio dizendo que tinha bastantes pulseiras, e ofereceu algumas. Com o produto em falta, Antônio aceitou e ficou com cerca de trinta pulseiras verde-amarelas

para testar a receptividade do público. Seu funcionário, o auxiliar de banca, perguntou-lhe por quanto esse produto poderia ser vendido e Antônio respondeu que poderia vender por um preço mínimo, e que a partir disso ele mesmo venderia pelo preço que achasse melhor.

Os auxiliares das bancas têm permissão para conferirem descontos aos consumidores, pois muitas vezes os proprietários não ficam o tempo todo no local, eles precisam buscar mercadorias, negociar com fornecedores etc., para que seu negócio continue funcionando. Assim, os próprios camelôs conferem aos seus funcionários certos poderes para que consigam ter maior rentabilidade mesmo não estando presentes⁴¹. É muito comum a prática de não colocar preços nos produtos, seja nas bancas, nas lojas ou no *corre*, isso porque pode-se negociar o valor e atribuir um preço maior dependendo do consumidor que vem comprar. É colocado o preço mais alto na mercadoria, muitas vezes eles conseguem efetivar a venda com aquele valor, mas se não vendem eles vão baixando, mas existe um limite na barganha, um mínimo que o camelô cobra. Muitas vezes, o importante é não perder a venda, mesmo que o lucro seja pequeno. Para vender o produto só se anuncia o que está sendo comercializado e sua marca: “camiseta de marca; camiseta da Hollister; Nike; camiseta de time, eu tenho; Bolsa Louis Vitton; pendrive da Kingston”. Para atingir a curiosidade do consumidor, os mesmos vendedores, principalmente aqueles que ficam *no corre* perguntam: “Sabe quanto é, amiga? Quer saber? Está baratinho!”

Os produtos que conferem mais lucros são os que conseguem comprar do fornecedor por um preço mais acessível e repassar ao consumidor com lucros chegando a mais de cem por cento, como é o caso dos *pendrives*, DVDs, depiladores de nariz e orelha e relógios de pulso. Todas essas mercadorias também apresentam uma alta instabilidade nos valores pedidos, ora o produto custa X, ora custa 2X, podendo ser vendido por 1/2X. Exceto os DVDs, que possuem mais ou menos um valor fixo de dez reais por três mídias.

⁴¹ Algumas vezes fui comprar produtos nas bancas de meus interlocutores e sempre consegui desconto, mesmo eles não estando presentes. Seus auxiliares sabendo de minha relação com os proprietários das bancas me conferiam pagar menos pelo produto, mesmo sem eu barganhar, esse fato me deixava muito contente, não pela economia que fazia, mas por pensar que isso acontecia porque eu havia ganhado respeito e confiança dos trabalhadores. No período do Natal, quando passava nas bancas conversando com os camelôs, ao me despedir e desejar-lhes boas festas, eles pediam para que eu escolhesse alguma coisa que quisesse dos seus estabelecimentos. Ganhei bolsa, capas para *notebook* e agenda, além dos descontos que meus amigos e familiares recebiam quando falavam que me conheciam.

Esses produtos vendidos pelos trabalhadores da rua podem ser encontrados em várias partes do espaço urbano, como também dentro das galerias e lojas. Os preços das mercadorias variam, e às vezes a diferença de valor de um mesmo artigo é considerável. Geralmente, os locais de mais difícil acesso, ou de menos conhecimento do grande público proporcionam produtos por um valor menor, já as lojas e *boxes* em locais mais estratégicos vendem por valores maiores, isso porque, os espaços mais bem visados representam um aluguel mais caro. As lojas na Ladeira Porto Geral e os boxes nas galerias são os espaços considerados mais caros da região da Rua 25 de Março. Entretanto, a maioria dos comerciantes consegue pagar o correspondente aos aluguéis uma vez que a circulação de pessoas e de dinheiro nesses espaços proporciona que ali permaneçam e ainda consigam obter lucro para além das contas diárias.

Galerias como o Shopping Saara vendem grande parte dos produtos encontrados pelos camelôs, só que por um preço menor. Entretanto, o número de consumidores que conhecem o lugar é bem menor do que o de consumidores que frequentam a área central da Rua 25 de Março. Essa galeria tem como público, principalmente, os próprios camelôs que ficam no *corre*, alguns sacoleiros e os consumidores que descobriram o local. Os valores dos produtos comercializados são mais acessíveis do que em outras galerias, ou do que os *boxes* mais próximos da rua, isso porque as galerias funcionam como uma espécie de labirinto para quem não está familiarizado com a sua dinâmica de distribuição do espaço, o que impede muitas vezes o consumidor de entrar em todas as lojas. Além disso, a oferta de produtos é diversa, mas ao mesmo tempo essa diversidade é repetida nos demais lugares, o que faz com que os comerciantes desses *boxes* se destaquem entre os seus colegas para conseguir efetivar uma venda. Aqui também se é possível barganhar.

3.1 Camelô ou Ambulante?

Todas essas diferenças na forma de atuação dos trabalhos, na percepção das etnias e nacionalidades são postas em disputa apenas no momento da venda, internamente dentro do grupo de trabalhadores informais, entre cada um dos atores. Isso porque há momentos em que as diferenças são minimizadas e as semelhanças ganham espaço no protagonismo público de apresentação das dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores para trabalhar, e até mesmo, pela legalização do trabalho. O confronto com o poder público local pela continuidade do

trabalho na rua aciona discursos de identidades, onde o que se nota é a utilização de determinados elementos identitários para mobilização, não só da categoria de trabalhadores informais, mas da legislação em seus benefícios.

Em cada *situação*, seja ela estabelecida pelas administrações municipais, seja pelas mudanças trazidas pelo tempo, pelos espaços, pela fiscalização e pelos próprios trabalhadores, os atores precisam desempenhar modos diferentes de apresentação, que sejam vantajosos aos exercícios de seus trabalhos. Para Goffman (2002), a vida é um palco onde os atores desempenham papéis sociais definidos pelas interações entre eles. Os papéis sociais desempenhados são dados a cada um, mas cabe ao ator escolher qual irá desempenhar, uma vez que ele perpassa uma série de papéis por meio de suas ações no mundo. O ator agirá de determinada forma porque é assim que ele julga necessário e quando precisar mudar sua ação, ele terá autonomia para tal. Nesse caso, compreendo que o modo de agir, ou melhor, o modo de *fazer* está relacionado com as *táticas* e *astúcias* definidas por Michel de Certeau (2009), onde o ator pode manipulá-las de modo a controlar o seu tempo de trabalho e suas atuações diante da fiscalização dos consumidores e deles próprios.

O dinamismo presente nos mercados globais, no caso da Rua 25 de Março, pode ajudar nas configurações que os trabalhadores de rua desenvolvem, seja para a construção de identidades, seja estabelecendo diferenças em relação aos diversos outros.

É preciso que se problematizem como essas identidades serão construídas, pois elas não são fixas, ou seja, estão em constante processo de ritualização na medida em que há deslocamento de fronteiras, sejam essas físicas ou simbólicas. Além disso, os conflitos políticos presentes na dinâmica da estruturação do mercado da Rua 25 de Março, bem como da própria lógica urbana, alteram as formas de apreensão das identidades enquanto conceito, visto que muitas vezes suas utilizações são feitas, não somente pelos antropólogos, mas pelos atores da rua, no caso, identidades acionadas pelo Sindicato da categoria dos ambulantes.

Como já mencionado neste trabalho, os trabalhadores dos mercados informais da cidade de São Paulo enfrentam situações de intensa instabilidade, principalmente a partir do ano de 2009, quando foi instaurado o “Programa Lei Cidade Limpa de Pirataria e Comércio Ilegal”, tendo a PM como responsável de sua execução. Contudo, foi ao longo de 2012 que os conflitos entre Prefeitura e trabalhadores informais se enrijeceram, isso porque houve uma série de decretos da administração municipal com o objetivo de colocar fim nos trabalhos dos

camelôs no espaço urbano. A ordem era retirar todos os camelôs das ruas da cidade até o fim do ano, segundo a publicação do Jornal Agora:

A meta é encerrar a gestão do prefeito Gilberto Kassab (PSD) com a determinação de limpar as vias para os pedestres cumprida.

Para isso, as subprefeituras vêm suspendendo TPUs (Termos de Permissão de Uso) dos ambulantes desde o começo do ano.

De acordo com o secretário municipal da Segurança Urbana, Edson Ortega, a ordem é retirar até os ambulantes com TPU.

"Todas as subprefeituras têm cassado [os termos]. A tendência da prefeitura é tirar todo o comércio das ruas. Rua é para pedestre, essa é a diretriz. (Jornal Agora, 11/05/2012)

Segundo esse decreto, os camelôs teriam até trinta dias para se retirarem do comércio da cidade. Entretanto, assim que houve a publicação do decreto, muitos trabalhadores não tiveram nem tempo de recolher suas bancas, ou assimilar os acontecimentos, pois a Polícia Militar percorreu vários centros de comércio da cidade apreendendo mercadorias e barracas, além de cassar e anular TPUs dos trabalhadores. Muitos desses trabalhadores são deficientes físicos e conseguiram suas licenças ao exercício do comércio informal de acordo com a Lei Orgânica do Município da Cidade de São Paulo e do Decreto 42.600 de 11 de novembro de 2002⁴², onde se estabelece concessão de Termos de Permissão de Uso da Rua (TPU) aos Trabalhadores. Outros tantos eram os chamados sadios pela legislação e pelos próprios trabalhadores que disputavam o espaço na rua, mas que conseguiram suas TPUs mediante os mesmos recursos legais.

O prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, revogou as licenças de 470 ambulantes que trabalhavam na região da Rua 25 de Março e na Praça da Sé, no centro da cidade. De acordo com a portaria publicada no último sábado, no Diário Oficial do Município, os trabalhadores têm um mês para desocupar as calçadas. A medida atinge 270 deficientes físicos. (Rede Brasil Atual, 23/05/2012).

No dia 31 de maio de 2012, os trabalhadores se reuniram em frente à Prefeitura da cidade para se manifestarem contra as ações do Prefeito. Eles foram organizados por alguns sindicatos, como Sinpesp (Sindicato dos Permissionários em Ponto fixo nas Vias e

⁴² Embora por esse mesmo decreto de 2002, muitos outros acabaram por perder sua licença de trabalho. De acordo com dados da Prefeitura, o número de camelôs com TPU vem diminuindo significativamente desde o ano mesmo ano, sob gestão da então prefeita Marta Suplicy (PT).

Logradouros Públicos do Município de São Paulo), Fórum dos Trabalhadores Ambulantes (vinculado ao Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos), ATASP (Associação dos Trabalhadores Ambulantes de São Paulo), UNADEF (União Nacional dos Deficientes Físicos), e alguns outros tantos trabalhadores “independentes”. Durante a manifestação, outros movimentos sociais da cidade apareceram para dar apoio aos trabalhadores, principalmente os movimentos ligados ao direito à moradia, e a CMP (Central de Movimentos Populares), além de alguns parlamentares da cidade, entre vereadores e deputados.

Quando cheguei à Praça do Patriarca, onde se localiza a Prefeitura da cidade de São Paulo, a princípio pensei que estava no local errado, pois parecia não haver muitas pessoas lá com a intenção de realizar uma manifestação, a maioria delas estava de passagem por ali, exceto dois homens que conversavam entre si e um terceiro ao lado deles que falava ao telefone. Percebi que eles estavam aguardando alguma coisa e pensei que poderia ser o início de uma manifestação. Fui até eles e perguntei se ali seria o ato dos ambulantes contra o decreto do Kassab e o homem que havia acabado de desligar o telefone assentiu que sim, perguntou de onde eu era e eu respondi que fazia uma pesquisa de mestrado sobre os trabalhadores informais e ele continuou a conversa com os demais, só que agora me colocando à parte do assunto.

Seu nome era Otávio e ele, além de ser ambulante, atuante na região norte da cidade, também era um dos representantes do Fórum dos Trabalhadores Ambulantes. Era um homem alto, negro, bem vestido e com uma fala muito politizada procurando conscientizar os companheiros da situação vivida pelos trabalhadores nesses últimos anos. Explicou a nós que por meio da mobilização poderiam conseguir muito, pois os trabalhadores de São Miguel Paulista, bairro situado na Zona Leste de São Paulo, haviam conseguido derrubar o decreto do Kassab para a região deles, por isso os trabalhadores ambulantes deveriam se unir, “pois assim fortaleceríamos mais a luta, o problema é que o pessoal está desunido”.

De acordo com o representante do Fórum dos Trabalhadores Ambulantes e com um folheto entregue pela mesma entidade no dia da manifestação, o Prefeito administrava a cidade para a especulação imobiliária e

coloca em prática ações de extermínio dos trabalhadores ambulantes, como demonstram os recentes ataques violentos contra os trabalhadores e cassação arbitrária dos Termos de Permissão de Uso (TPUs) em todas as subprefeituras. Essas ações ameaçam os direitos dos trabalhadores já que estes são excluídos dos processos de decisão, não são previamente consultados sobre o suposto descumprimento de obrigação e é negado o direito de recorrer da cassação. (Carta Aberta do Fórum dos Trabalhadores Ambulantes da Cidade de São Paulo, 31/05/2012).

Aos poucos foram chegando mais trabalhadores e, junto com eles, a segurança da Prefeitura, que também foi fortalecida com a presença de muitos Policiais Militares que compunham um cordão de isolamento. À frente da PM estavam montadas grades de ferro que impediam os manifestantes de se aproximarem do prédio público. Para que se pudesse entrar na Prefeitura, primeiro era necessário se dirigir ao Coronel da Polícia presente no local, depois ser revistado e aguardar a resposta do Prefeito à saber se seria ou não recebido.

Alguns grupos de ambulantes que chegavam à manifestação estavam mais organizados como o caso dos ambulantes de São Miguel. Eles falaram pela união da categoria, pois foi se unindo que conseguiram derrubar o decreto do Prefeito. Outros trabalhadores chegavam e se juntavam aos demais que estavam indignados com o que estavam passando, com o fato de terem perdido, não só a TPU da noite para o dia, mas também pelo fato de terem perdido suas mercadorias sem aviso prévio de retirada das bancas, pois segundo o decreto haveria um prazo de trinta dias para a saída das ruas. Um dos principais motivos de revolta dos trabalhadores foi o fato de que todos eles pagavam TPU, e quando a administração municipal cassou seus Termos eles não foram ressarcidos pela perda das mercadorias nem do trabalho. Um dos trabalhadores havia acabado de pagar cinco mil reais em imposto e ele nunca havia tido problemas com a Prefeitura. Os demais trabalhadores contaram que não podiam atrasar o pagamento da TPU, nem por um dia que fosse pois, do contrário, aparecia um fiscal para cobrar o atraso.



Figura 25: Manifestação em Frente à Prefeitura de São Paulo pela anulação do Decreto de cassação das TPUs. Movimento de Moradia junto no ato (maio de 2013).

Mesmo depois de já iniciada a manifestação ainda não havia muita gente, principalmente se comparado com os cinco mil camelôs que as organizações alegam ter registro de trabalho na Prefeitura. Não à toa, uma das falas mais recorrentes ao longo do ato foi a da desunião da categoria, pois se todos estivessem presentes o evento teria mais força.

Além disso, em algumas conversas com os diversos trabalhadores ali presentes, vi que eles buscavam sempre legitimar o trabalho na rua a partir do histórico de constituição desse ofício e das oportunidades oferecidas pela rua que os trabalhos registrados e formalizados não lhe deram.

De acordo com um dos trabalhadores, o camelô é a profissão mais antiga que existe, e antigamente os camelôs eram chamados de “vilões”. Outro trabalhador completou que no Brasil eles eram chamados de Mascates, que graças aos camelôs existe o comércio, e as pessoas conseguem comprar mercadorias que, se não fossem eles, não poderiam obter, pois levavam até a porta da casa daqueles consumidores que não podiam sair procurando produtos, muito menos se esses eram trazidos de fora.



Figura 26: Ambulante na manifestação em frente à Prefeitura (maio de 2013)

Para os trabalhadores presentes, foi a rua quem gerou emprego e se não fosse isso, hoje eles estariam desempregados. Isso porque muitos desses trabalhadores são deficientes físicos⁴³, e a categoria nesses momentos de disputa com o poder público sempre aciona esses trabalhadores dizendo que eles encontram grandes dificuldades de conseguirem bons trabalhos, alguns não nasceram com deficiência e tinham trabalhos registrados, mas quando perderam parte de seus movimentos ou ficaram cegos, perderam também a estabilidade financeira e por esse motivo não seria justo que suas TPUs fossem cassadas.

Sendo assim, eles consideram os trabalhos desempenhados na rua como forma não só de sobrevivência, mas também como profissão legítima, em que somente ali se pode haver

⁴³Até o ano de 2002 o número de TPUs concedidas aos trabalhadores informais na região da Subprefeitura da Sé era de 2493; sendo 417 TPUs para os trabalhadores categoria A, 416 TPUs para os trabalhadores categoria B e 1660 aos sadios. Hoje o número reduziu para 512 TPUs divididas entre as três categorias. Ainda não se tem os dados divididos para cada uma delas, pois a Prefeitura está realizando um novo levantamento dos trabalhadores que ainda permanecem na rua. (Dados da Prefeitura de São Paulo, SubPrefeitura da Sé: 6/5/2013)

oportunidade de emprego mais ou menos justa, na medida em que as demais possibilidades estavam escassas.

Outros trabalhadores, considerados “sadios”, também passaram por diversas situações que lhes impossibilitaram de obter um bom emprego com um salário, não só para sobreviver, mas também para viver. Uma das ambulantes que conheci nessa manifestação, contou-me que ela trabalhava em um emprego formal, mas desde que a filha nasceu com deficiência física, precisou abandonar o antigo serviço e passou a trabalhar informalmente, pois esse tipo de trabalho lhe proporcionava maior liberdade para cuidar de sua menina, ir ao médico quando precisar etc.



Figura 27: Grupo de Ambulantes deficientes físicos na manifestação em frente à Prefeitura (maio de 2013)

Muitos desses ambulantes fizeram sua vida trabalhando na rua, e segundo suas falas “era a única coisa que sabiam fazer”, o Prefeito não poderia retirá-los de um dia para o outro com a proposta de oferecer-lhes pequenos ofícios, que além de terem diversos impedimentos físicos para realizar esse novo serviço, o salário não corresponderia ao que eles ganham no comércio informal.

A rua proporciona uma vida financeira cômoda a muitos deles, e para que se mantivessem com seus registros, sempre ameaçados pela perda das TPUs, os ambulantes

diziam que seguiam todas as leis, pagando seus impostos correspondentes e demonstrando nota fiscal à Prefeitura sobre toda a mercadoria que compravam. Nesse sentido, algumas falas eram recorrentes demonstrando a indignação dos trabalhadores diante da constante associação dos ambulantes à ilegalidade, feita pelo Prefeito ao dizer que

“a maioria dos ambulantes atingidos trabalhava com carga roubada e produto pirata. E, segundo a Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras, a medida coíbe essas irregularidades” (Estado de São Paulo, 21/05/2012).

Os trabalhadores se sentiram agredidos diante dessas falas, dizendo que eles têm que mostrar cada nota do que compram e ainda são chamados de bandidos, eram como os lojistas, eles também tinham Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), não roubavam ninguém. Muitos trabalhadores estavam uniformizados com uma camiseta com os seguintes dizeres na frente “Trabalhadores dentro da legalidade e não à margem da clandestinidade. Por isso, clamamos por continuar nossas atividades”. E atrás estava escrito “ambulantes = trabalho dentro da legalidade”; outras camisetas diziam: “Unidos na Luta, direito ao Trabalho” e “Unidos venceremos”. Para muitos dos ambulantes, essa situação poderia ser explicada pelo fato do haver muitos nordestinos se dedicando ao comércio informal, e segundo eles, o Prefeito não gostava desses migrantes e sua intenção era de “limpar a cidade”.

Depois de transcorrida cerca de duas horas de manifestação, montou-se uma comissão para entregar ao Prefeito uma carta de reivindicações composta por parlamentares, membros das entidades e trabalhadores. Essa carta reivindicava alguns pontos como:

- Fim das cassações arbitrárias;
- A composição e ativação das Comissões Permanentes de Ambulantes nas 31 subprefeituras para elaboração e discussão de políticas públicas e planejamento urbano e econômico dos espaços de trabalho, construídos com a participação dos trabalhadores e sociedade civil;
- Fim do DECRETO N.º 45.683/2005 e das Portarias dos anos subsequentes que renovam anualmente a suspensão por 365 dias a emissão de novos TPUs. Instauração de regular processo para concessão de novas licenças em todas as Subprefeituras;
- Criação de uma Comissão Mista de Arbitragem composta paritariamente por representantes do Poder Público (Legislativo e Executivo), representantes de Organizações da Sociedade Civil que dão suporte aos trabalhadores ambulantes e representantes de trabalhadores ambulantes, nas 5 regiões da cidade: norte, sul, leste, oeste e Centro para a análise e discussão de cada uma das cassações de TPUs de Dezembro de 2009 até a presente data no âmbito das subprefeituras;
- Transparência e participação de representantes das Associações e Sindicatos de trabalhadores ambulantes na deliberação sobre os projetos de Bolsões de Comércio Popular;
- O fim da Operação Delegada.

(Carta Aberta do Fórum dos Trabalhadores Ambulantes da Cidade de São Paulo, 31/05/2012).

Entretanto, passados cinco minutos após a comissão ter entrado na Prefeitura para se reunirem com Gilberto Kassab, como havia sido acordado, um dos membros volta e anuncia aos manifestantes que o Prefeito havia se recusado a recebê-los, pois ele só falaria com os parlamentares, os quais logo descem sem haverem conversado com o Prefeito. Diante desse fato, os trabalhadores acordaram em realizar uma nova assembleia para debaterem os próximos passos a fim de garantir a permanência de seus postos de trabalho. E assim, seguiram até o final do ano de 2012, reunindo-se constantemente, realizando audiências públicas e manifestações contra a referida administração da cidade, na medida em que a Prefeitura constantemente fazia novas tentativas de retiradas dos trabalhadores mediante decretos. Com a ajuda de alguns parlamentares, do Ministério Público e pela atuação por meio dos sindicatos, os trabalhadores conseguiram derrubar cada um dos decretos, permanecendo, assim, na rua para trabalhar. Entretanto, aqueles ambulantes que haviam perdido suas bancas e mercadorias logo no princípio, quando foi publicado o primeiro Decreto, não conseguiram recuperar seus pertences, mas pelo menos conseguiram permanecer na Rua.

Outros tantos trabalhadores que tiveram suas TPUs cassadas entre os anos 2009 e 2012 não conseguiram retornar. Porém, mediante acordos entre os trabalhadores e o até então candidato à Prefeitura de São Paulo, o atual Prefeito Fernando Haddad, haverá uma revisão dos motivos que levaram à perda do posto de trabalho e, caso não tenha havido irregularidades, como afirmam muitos trabalhadores, esses retornariam ao trabalho nas ruas. Mas, é preciso deixar claro que até o momento da escrita desta dissertação apenas os trabalhadores que tiveram suas licenças cassadas no ano de 2012 é que passarão por esse processo de revisão. Os demais que saíram das ruas nos anos anteriores não terão esse direito, assim como também não há previsão de que haja reabertura de novas concessões de TPUs.

Na ocasião do processo eleitoral para Prefeitura da cidade de São Paulo, mediante aos acordos supracitados, os camelôs se uniram em torno da candidatura de Haddad, colando adesivos e realizando campanhas políticas ao candidato petista. Para eles, era o momento de

mudança, porque quem havia colocado o Kassab na Prefeitura fora José Serra, o qual havia iniciado o processo de retirada dos camelôs das ruas da cidade⁴⁴.

Quando voltei para a Rua 25 de Março depois do ato, fui encontrar-me com Antônio, com quem havia conversado naquela mesma manhã antes de ir à manifestação. Ele, assim como muitos na rua, não sabia que haveria uma reivindicação em frente à Prefeitura. Sua primeira pergunta quando me viu foi: “E aí, menina, o que deu lá?”. Respondi prontamente que era mesmo uma manifestação contra os decretos do Kassab e disse que os trabalhadores estavam reclamando da desunião da categoria. Nesse momento, Antônio sentiu-se muito incomodado, ele respondia para mim que o pessoal não poderia reclamar dessa maneira, pois muitos ali não estavam sabendo que haveria esse ato. De todas as formas, João já os havia tranquilizado, falando que era para que os trabalhadores ficassem sossegados que ninguém sairia de seu posto. O camelô ainda disse que eles tinham o próprio sindicato, que estavam se organizando, e que ali na Rua só confiavam em João. Apesar disso, havia muitos trabalhadores do camelódromo do Parque Dom Pedro presentes no ato.

A relação dos trabalhadores com a política é relativa, de acordo com o momento vivenciado pelos trabalhadores. Houve uma mudança significativa na postura de alguns trabalhadores desde o início da pesquisa de campo para esta dissertação até o presente momento de escrita deste texto. Logo no início do ano de 2012, quando conheci Antônio, ele me falava da política como algo que não tivesse mais jeito, mas se eu quisesse me dar bem na vida era nesse caminho que eu deveria seguir. O camelô dizia que ele estava naquela vida porque “foi burro”, porque ele não quis saber de política, mas se fosse hoje ele faria diferente. O tema era constantemente associado à corrupção, à “burrice” do brasileiro que aceitava ser roubado e ele, como era revoltado, não aceitava aquela situação, por isso havia votado em eleições apenas uma vez, mas que agora não votava mais porque não adiantava.

Em uma de minhas visitas à banca de Antônio conheci Roberto, um camelô de rua que vende controles remotos, carregadores universais. Seu ponto de trabalho é no estacionamento próximo ao Mercado Municipal, mas ele vinha para aquela rua constantemente para conversar com Antônio e seus outros amigos. Assim que Roberto se aproximou de nós, ele me foi

⁴⁴ Porém, é preciso lembrar, como já descrito nesta dissertação, que a diminuição do número de TPUs vem desde o Governo Marta Suplicy (PT), embora tenha sido de fato nas duas últimas administrações de Serra-Kassab que houve uma redução significativa de camelôs, ao mesmo tempo que houve publicações de Decretos pelas suas retiradas.

apresentado pelo camelô de banca como uma pessoa que “é revoltado igual eu” (igual a Antônio). Ele também não votava e falava muito mal das práticas da política brasileira. Segundo Roberto, o Governo mente ao povo, “é mentira que pobre pode comprar casa, só na época da ditadura isso era possível”. Os dois faziam críticas muito fortes aos programas sociais do Governo Federal, quando um vendedor de óculos de grau que estava ao lado se irritou com o que ouvia e interrompeu a conversa retrucando Antônio, dizendo: “Você fala isso porque pode pagar faculdade para a sua mulher, hoje pobre pode comprar até computador.” Aparentemente irritado por ser contrariado, o camelô respondeu ao vendedor: “Pra quê pobre quer computador? Pobre tem que comprar comida!” E a discussão se estendeu até a polícia aparecer e o vendedor de óculos precisar fugir.

Roberto falava a Antônio que não valia a pena discutir com o vendedor, um homem de cerca de 35 anos de idade e com uma expressão brava. Isso porque, o mesmo vendedor prejudicava até os seus companheiros, pois ele provocava a polícia que depois partia para cima dos trabalhadores para vingar as ofensas que sofriam dele.

Entretanto, como a Prefeitura investia esforços em retirar os camelôs da rua, Antônio, preocupado com a ameaça de perder seu posto de trabalho, assim como muitos trabalhadores da rua que detinham posto fixo, passou a frequentar as manifestações, as audiências públicas e as reuniões dos sindicatos da categoria, para além das palavras de João. Alguns meses depois de conhecê-lo, certo dia fui até sua banca para conversar, já estávamos em período eleitoral, e ele foi logo dizendo:

“Menina, o Haddad tem que ganhar, a gente vai votar nele, porque se o Serra ganhar vai ser pior pros camelôs. Eu fui lá na câmara dos vereadores que eles iam votar sobre os camelôs e nós ganhamos, só três votaram contra, mas também eles tinham que votar mesmo, não podia todo mundo votar pros camelôs.”

Logo espantei-me, pois antes ele não votava, e agora até campanha estava fazendo para um candidato. Aos poucos fui compreendendo ao que se devia sua mudança, já que Antônio me relatava sobre as decisões tomadas nas reuniões da categoria e ainda sobre os acordos estabelecidos nas audiências públicas a respeito da situação de inconstância dos camelôs, inclusive, suas falas com relação ao atual Governo Federal⁴⁵ haviam alterado. Ele me narrou que, em uma das sessões da câmara dos vereadores à qual compareceu junto com

⁴⁵ Atualmente (2011-2014) o Governo Federal tem como Presidente da República Dilma Rousseff, eleita pelo Partido dos Trabalhadores.

os camelôs, havia muita gente e assim que ganharam a votação foi uma festa, o pessoal chorou de felicidade e festejaram muito, “agora os camelôs estão unidos”.

Diante das inúmeras mobilizações políticas que os trabalhadores fizeram para se manterem na Rua, é possível compreender o modo como eles mobilizam *situações* e falas em seu benefício. Eles buscam construir uma unidade na categoria, costurando elementos de identidades. Esses trabalhadores são pessoas simples, que acharam na rua uma oportunidade de trabalho e sustento para suas famílias que um emprego formal não poderia ter oferecido, ou não encontraram um emprego formalizado. Muitos são deficientes e fizeram sua vida na rua. Mas, não é a deficiência física que os diferencia dos demais, isso é apenas mais um ponto a ser acionado por toda a categoria quando estão numa situação de vulnerabilidade.

A mobilização dos trabalhadores nos movimentos políticos gira em torno da categoria do “ambulante”. Quando se referem a si próprios, conversam entre si, ou quando lhes questionados sobre o que fazem, muitos respondem que são camelôs. Mas quando buscam assumir um *status* buscando se esquivar de preconceitos que ocorrem com os camelôs, eles podem assumir que são “microempreendedores individuais”; ou ainda, frente à lei e agindo com um sindicato, alguns se dizem “permissionários”, pois é essa a categoria que define legalmente o ambulante.

O ambulante também é referido pela lei e assumido politicamente e publicamente pelos trabalhadores nas manifestações e na luta por trabalho frente ao poder municipal. Diante disso, constrói-se uma categoria que é muito fluida e é acionada de acordo com as *situações* enfrentadas. Além de haver, aparentemente, uma disputa política entre os sindicatos da categoria. Isso porque os trabalhadores do complexo comercial da Rua 25 de Março parecem obedecer a uma lógica própria, pois até um certo ponto dos conflitos entre a Prefeitura e os trabalhadores, os camelôs da Rua 25 de Março pareciam agir individualmente. Um dos líderes do Sindicato dos Permissionários disse que foi ele quem ajudou o restante do pessoal do Fórum dos Ambulantes, pois eles não conheciam as leis que regulamentavam o trabalho na rua. Não à toa, nas primeiras manifestações não havia trabalhadores da Rua 25 de Março, pois eles confiavam no Sindicato deles e se os membros do Sindicato não foram avisar e falaram para que ficassem tranquilos, eles obedeciam.

Assim, para compreender essa construção das categorias, é preciso pensar que a antropologia contemporânea aponta para o fenômeno político, como nos sugere Montero

(1998), que observou como sistemas globais e locais podem ser lidos de modo interrelacionados e como as relações que permeiam o mundo global nos propõem novas formas de pensar a diferença.

Para Montero, a percepção de diferenças dos “outros” e a identidade são utilizadas por grupos como ferramentas políticas e ideológicas a fim de se autoafirmarem como pertencentes a uma etnia ou grupo social e reivindicar direitos frente ao Estado. O que acarreta em novos desafios para a Antropologia, pois é preciso pensar como se articulam esses novos atores que se apropriam de ferramentas teóricas para utilizar no campo de reivindicação de políticas. Desse modo, a disciplina constantemente precisa mobilizar reflexões teóricas sobre o modo como essas apropriações são utilizadas como práticas reivindicatórias por parte dos atores. É preciso compreender, antes de tudo, como esses grupos travam disputas entre si, fazendo com que a Antropologia passe necessariamente às discussões do fenômeno político e observar como as identidades são criadas na relação entre os atores, como é o caso da mobilização da categoria de “ambulante” pelos trabalhadores, mas que não é, necessariamente, o termo mais utilizado por eles para se definirem.

Os diversos trabalhadores que se dirigem aos mercados informais desenvolvem distintos trabalhos e ainda muitos são migrantes nacionais ou internacionais. Essa chave de entendimento a partir de questões migratórias nos possibilita compreender, assim como Hall (2006), que as identidades no mundo globalizado estão “descentradas”, isto é, elas estão desarticuladas com as identidades concebidas outrora, mas, ao mesmo tempo, elas abrem possibilidades de novas articulações. Os atores podem acionar identidades diferentes dependendo do momento em que eles estão inseridos, não fixando certa identidade e sim ritualizando-a. Determinadas identidades são mais flexíveis e mutáveis que outras, especialmente quando comparamos essas classificações do universo dos trabalhos informais e as identificações e classificações étnicas e nacionais.

Mas a intenção neste momento não é analisar todas as fronteiras étnicas e nacionais que se formam na Rua 25 de Março e sim pontuá-las como mais um norte para a complexidade desenhada no local, na medida em que ajudam a (re)significar as fronteiras e a construção identitária. Pois assumo o argumento de Barth (2000) de que a constituição de identidades de um grupo étnico é também a constituição de um grupo político, de tipo organizacional que nem sempre existiu, mas é acionado com o objetivo de demarcar as

diferenças dos diversos outros. A constituição do grupo só existe para que seja possível demarcar as diferenças dos outros, já que podemos compreender as fronteiras que os separam por distinções sociais.

A constituição de identidades de um grupo étnico se dá na fronteira com os outros, podendo ser modificada na medida em que a fronteira é rearticulada. Isso porque a definição de grupo étnico é política e social e se demarca sua existência no contato. Mas, para que isso seja possível, é preciso acionar alguns elementos que façam com que os indivíduos pertencentes a um determinado grupo sejam reconhecidos. Esses elementos são da própria cultura, traços diacríticos, os quais são resultado e não causas da constituição de um determinado grupo.

Nesse sentido, a constituição de fronteiras desloca o debate das semelhanças para as diferenças, pois somente desse modo se estabelecem hierarquias entre os trabalhadores e os tipos de economia. Mas acredito que são fronteiras bem movediças, pois ao mesmo tempo em que elas são erguidas, podem se reorganizar frente a *situações* em que as semelhanças precisam ser acionadas para criar uma categoria forte, como, por exemplo, a do ambulante, diante de situações de conflito com o poder público.

Aquele que para mim é apresentado como um camelô, para ele essa definição pode não ter o mesmo significado, assim como para outros atores que circulam entre os mercados globais. Além disso, se suas identidades estão se (re)configurando a partir de determinadas *situações* vividas, o trabalhador pode muito bem se classificar como um comerciante, autônomo ou microempreendedor individual⁴⁶ (MEI) em oposição ao marginal, para lhe qualificar uma posição no mundo do trabalho. Visto que cada uma daquelas definições possui um significado que procura se livrar de estereótipos, principalmente se é a mesma definição utilizada pelo poder público, como no caso do MEI que possui um respaldo legal para atuação.

Para Hall (2006), com as constantes transformações da modernidade, o indivíduo sente-se livre para se libertar das estruturas rígidas que o amarrava como parte de uma categoria, classe social ou grupo. Nesse sentido, também podemos pensar não só a partir da

⁴⁶ Essa definição faz parte de um projeto do Governo Federal em que permite ao trabalhador informal se regularizar com menos burocracia, ou seja, sair da informalidade. Para João, o diretor do Sinpesp, essa é uma lei criada para acabar com camelô, pois ela dificulta a aquisição da licença, pois existe uma renda a ser atingida e abre concorrência com os trabalhadores da rua, mas com respaldo legal. Comentarei mais sobre esse assunto no próximo capítulo.

categoria do ambulante, mas também a partir de como se articula a informalidade nos mercados globais, as dificuldades de compreensão entre o formal e o informal e como o trabalhador informal se vê diante das atividades desempenhadas no ofício do trabalho.

A configuração da categoria do trabalhador informal se deve à grande diversidade de formas de trabalho na rua, onde encontramos *ambulantes, camelôs, puxadores, sacoleiros* etc. Nesse sentido, os questionamentos que me faço são: como são construídas analiticamente a categoria do trabalhador informal? Como elas são acionadas no dia a dia do trabalho informal? Ou ainda, como os trabalhadores se identificam? Quais os sentidos positivos e negativos conforme os usos e atores dessas categorias classificatórias? A questão tem como norte descobrir qual é a categoria acionada por esses atores para se identificarem, não esquecendo que, quase sempre, “o modo pelo qual as coisas são chamadas reflete relações de poder” (Becker, 102: 2004).

Não podendo esquecer ainda as definições que são atribuídas a eles pelos “outros”. Por exemplo, a Guarda Civil Metropolitana (GCM) comumente se refere aos trabalhadores como *paraquedas*, visto que esses caem feito paraquedas estendendo lonas no chão para dispor suas mercadorias, ou ainda a PM, que se refere aos trabalhadores informais como *marreteiros*⁴⁷, expressão que é vista negativamente pelos próprios trabalhadores. As alteridades criadas com o setor formal também atribuem categorizações, na medida em que os donos de algumas lojas chamavam, principalmente os camelôs de rua de desordeiros por ficarem com os carrinhos de sons ligado alto, “atrapalhando” os cidadãos da rua. Também há aqueles que veem os trabalhadores como bandidos e marginais, geralmente essas definições são atribuídas por alguns consumidores e alguns funcionários de lojas.

O poder público, muitas vezes, parece não problematizar as diferentes apropriações desses trabalhadores, classificando-os como pertencentes a uma única categoria. Segundo o decreto N° 42.600, 11 de novembro de 2002, o ambulante é oficialmente definido:

Art. 2º - Para os efeitos deste decreto, considera-se ambulante a pessoa física, civilmente capaz, que exerça atividade lícita por conta própria ou mediante relação de emprego, desde que devidamente autorizada pelo Poder Público.

⁴⁷ Segundo meus interlocutores, a categoria de “Marreteiro” se refere diretamente à contravenção. São atores que fazem o contrabando, trazendo mercadoria diretamente do Paraguai.

Diante de todas as formas de definições, pode-se ver como o trabalhador informal está permeado por diversas definições, sejam elas dadas pelo poder público, ou na própria concepção na qual o trabalhador se vê ancorado, ou ainda pelas atribuições construídas pelos próprios consumidores da rua.

Uma vez que a Rua 25 de Março passa por uma série de situações de conflito ocasionada por diversos fatores (seja por motivos de “revitalização” urbana, de controle de vendas de mercadorias, ou mesmo de disputa entre os próprios trabalhadores), cada um dos atores escolherá o seu modo de *apresentações*, como nos diria Goffman (2002), diante dos “outros” de acordo com as situações enfrentadas “no sentido de entender o que está acontecendo e se alinhar adequadamente às diferentes situações” (Gastaldo, 150: 2008). Desse modo, os atores atribuirão uma dinâmica para essa rua que muitos veem como desorganização, mas que também apresenta uma identidade própria, a qual pode ser compreendida por meio da lógica que a rege, em que cada ator desempenha uma função diante da economia, do consumidor e da "legalidade".

Podemos refletir sobre as construções de identidade como negociações dos atores em torno das apresentações acionadas para cada *situação*, como foi o caso da construção do trabalho do puxador; uma saída criativa diante das dificuldades enfrentadas.

Assim, ser ambulante é mais do que um exercício do trabalho, é também uma construção política da identidade, como ferramenta reivindicativa de direitos do trabalho. Já o camelô é acionado na vivência da experiência diária do trabalho, diferenciando e aproximando de algumas atividades informais presentes no espaço da rua.

CAPÍTULO IV

PENSANDO A SITUAÇÃO: CONTEXTUALIZANDO O CONFLITO

*É comum ver na rua/ aglomeração total
Camelôs fogem do “rapa”/ da ação policial
Evitando ser flagrados/ logo voltam assustados
Pra eles é tão normal!
Wilson Floriano cordelista*



Figura 28 Rua 25 de Março vista do viaduto da Rua Florêncio de Abreu (abril de 2012)

Uma vez que a concepção que se tem do espaço é produzida pela prática que se faz do local e com a experiência que se tem nele, o espaço é constantemente transformado por

aqueles que por lá circulam e por intervenções urbanas a serviço dos poderes públicos, que são responsáveis por novas apropriações e percepções do local pelos vários atores que se inserem nos trabalhos informais da rua. Aqui estão em jogo relações de poder e situações de conflito entre os vários atores, sejam eles os diversos trabalhadores informais, o setor formal da economia e o poder fiscalizador do estado.

A intensa disputa social e econômica para o mercado, seja para o de consumo de mercadorias ou imóveis, (re)significa a Rua 25 de Março e seu complexo comercial. Ela não é apenas uma rua, mas é também desdobramento de sua fama que se amplia e alcança o consumidor onde quer que ele esteja.

O conflito como elemento constitutivo da vida social – presente nos locais analisados – entre os representantes da ordem e os trabalhadores urbanos do centro da metrópole, reproduz as desigualdades entre os cidadãos, e o Estado atuará como legitimador por meio de ações violentas da polícia. Os conflitos enfrentados pelos atores presentes na Rua 25 de Março não só ajudam na construção da identidade de cada trabalhador ambulante, camelô, policial, lojista, consumidor; mas também ajuda na própria configuração da Rua. Pois as identidades de cada ator irão se inscrever no jogo identitário demarcado no local.

É nesse cenário que os atores desempenham seus projetos de vida, estabelecem sociabilidades e criam *astúcias* para desempenharem o trabalho frente à intensa fiscalização. Tal fato pode acarretar em transformações distintas que cada um faz do espaço urbano, ajudando a caracterizar as formas de identificação e diferenciação da própria Rua 25 de Março.

Essa rua é espaço de imensos fluxos de pessoas de diferentes origens sociais, étnicas e nacionais, fluxos de dinheiro e tecnologias, bem como de imagens e percepções distintas sobre ela. Aqui se condensam relações e interações efêmeras que sintetizam o fluxo da vida cotidiana no espaço de negócios e negociações de identidades.

O aparente dinamismo da região de comércio estudada parece estar intimamente relacionado aos diferentes usos e contra usos da cidade pelos diferentes trabalhadores, em diferentes contextos, principalmente da relação, ora conflituosa, ora harmoniosa entre o mercado formal e o informal e práticas ilegais presentes na rua. Uma rua em que muitos a veem como desorganização, ela também apresenta uma identidade própria, que pode ser

compreendida por meio da lógica que a rege, em que cada ator desempenha uma função diante da economia, do consumidor e da "legalidade".

São Paulo passou e passa por um processo histórico de constituição e de constante transformação muito característico. A partir da década de 1960, o centro da cidade ganhou um forte investimento dos setores públicos e privados com o objetivo de conter a deterioração e esvaziamento econômico da região. No entanto, grandes empresas e bancos passaram a compor a paisagem de outras localidades da Metrópole Paulistana, como a Avenida Paulista e a região da Berrini. Isso fez com que grande infraestrutura fosse deixada para trás, obrigando setores públicos a fazerem fortes alianças com empresas privadas a fim de garantirem melhorias urbanas (Goudet, 2010). Mas, juntamente com esse investimento, os espaços públicos passaram a ser mais controlados e policiados.

A partir da implantação da chamada “Operação Delegada” (Lei Nº. 14.997/2009 sob regulamentação do Decreto Nº 50.994/2009) por parte do poder público para se fazer cargo do projeto “Lei Cidade Livre de Pirataria e Comércio Ilegal” a estrutura da Rua 25 de Março foi ressignificada pela inserção de um intenso policiamento no local.

A “Operação Delegada”

Cria a Gratificação por Desempenho de Atividade Delegada, nos termos que especifica, a ser paga aos Policiais Militares e Cíveis que exercem atividade municipal delegada ao Estado de São Paulo por meio de convênio celebrado com o Município de São Paulo.

Ou seja, cabe agora à PM, exercer atividades em seus dias de folga para atenderem também o poder Municipal. Desse modo, eles ganharam um “salário” a mais a ser pago pela Prefeitura.

Contudo, mais incisivo que o pagamento pelas horas extras aos policiais militares, e ausente na lei e no decreto que a regulamentam, foi a delegação de funções que nomeia a operação e estabelece uma transferência de atribuições de controle do comércio informal dos fiscais das subprefeituras e policiais da GCM para a Polícia Militar. (Hirata. *Le Monde Diplomatique*. 7 de março de 2012).

A cidade de São Paulo passou por um processo de militarização que é evidenciado não somente por meio dessa operação, mas também pela nomeação de militares às subprefeituras

da cidade⁴⁸, bem como a regência da Secretaria de Segurança Pública do Município, o que alterou a dinâmica da cidade, principalmente em regiões de comércio.

Diante dos conflitos enfrentados pelos trabalhadores informais, sobretudo com a Polícia Militar, inscreve-se uma identidade da PM que, a meu ver, parece ser mais estável e mais bem demarcada, havendo uma fácil identificação e de atuação dos mesmos, na medida em que estão ancorados pelas leis e são reconhecidos como representantes da ordem. No entanto, eles não estão isentos de conflitos que contestam seus posicionamentos, mas nesse caso, os conflitos não estão somente entre os trabalhadores e consumidores como descrevi anteriormente, estão também situados numa lógica de disputa política dentro da administração pública da cidade e pelos acordos morais firmados com certos lojistas.

Durante a Operação Delegada são realizados três turnos para a fiscalização⁴⁹, e cada turno composto por mais ou menos 50 PMs. Os grupos de PMs se revezam a cada dois dias, pois nos dias em que não estão atuando na Operação Delegada, estão desempenhando suas respectivas funções a serviço do Governo do Estado de São Paulo. Cada PM recebe um roteiro de onde irá atuar naquele dia, por isso é comum um mesmo policial ficar apenas em um trajeto da rua e não avançar do ponto determinado, a não ser que a ordem seja de recrudescimento da fiscalização ordenando o avanço dos policiais para além do ponto preestabelecido de atuação na Rua.

A entrada e atuação da PM em todas as regiões de intenso comércio e movimento, como Brás, Largo da Concórdia, Rua 25 de Março e Santa Efigênia, pode ser compreendida a partir de processos de “revitalização”, o qual passa o centro da cidade (Frúgoli, 2000). Essas políticas urbanas nos dão margem ao questionamento, a saber, para quem e para quê são feitas as políticas de reestruturação da Prefeitura de São Paulo, apresentadas como políticas de revitalização.

⁴⁸ Durante a gestão de Gilberto Kassab na Prefeitura de São Paulo, das 31 Subprefeituras da cidade, 30 estavam sob o comando de militares, fato que foi alterado com a troca de governo. Entretanto, isso não significa dizer que houve o processo de desmilitarização da cidade, uma vez que ainda há Operação Delgada em grande parte da cidade.

⁴⁹ Os três turnos de fiscalização da PM se estendem: 1) das 6h às 11h; 2) das 11h às 16h; 3) das 16h às 22h.



Figura 289 Troca de Turno da PM (abril de 2010)

Antes do ano de 2009, quem fazia a fiscalização do local era a Guarda Civil Metropolitana (GCM), vista pelos trabalhadores informais da Rua como uma fiscalização mais flexível, às vezes se tornando cúmplices dos próprios ambulantes⁵⁰, seja por meio de incentivos financeiros – também conhecidos como propinas⁵¹ – ou mesmo por camaradagem.

Mediante o projeto de Lei 138566 de 1 de julho de 2004, a Prefeitura Municipal de São Paulo atribui às funções de fiscalização do comércio ambulante à GCM, entretanto, segundo Raul Mantovan, da Subprefeitura da Sé, sempre houve uma divisão no entendimento da própria Guarda em realizar essa função, uma vez que há pessoas dentro da corporação que acreditam que o papel deles é o de realizar a segurança dos próprios municipais e não fiscalizar o comércio.

⁵⁰ Ouvi, certa vez, a narrativa de Sr. Arlindo, pouco tempo depois de iniciada a Operação Delegada, sobre um GCM muito querido pelos trabalhadores da rua. Ao contrário daqueles policiais muito rígidos, era um policial “gente boa”, apelidado de Tiozão pelos homens do comércio informal da Rua 25 de Março. Tiozão ganhou respeito dos trabalhadores, na medida em que dava cobertura para que os ambulantes não perdessem suas mercadorias. Sabendo que a GCM, apelidada pelos trabalhadores da rua como “rapa”, iria passar recolhendo todo o tipo de mercadoria com proveniência duvidosa, o Tiozão saía na frente avisando os ambulantes para terem cuidado com aquele seria um dia de apreensões.

⁵¹ A propina era cobrada por alguns GCMs aos ambulantes para que a fiscalização fizesse vista grossa frente ao trabalho desempenhado.

Ainda segundo Mantovan, no caso do comércio ambulante, os responsáveis por toda a parte administrativa de controle são as Subprefeituras, ao mesmo tempo, atribui-se à fiscalização à CGM. Nesse sentido, fica a pergunta: quem fiscaliza? Pois os GCMs, embora sejam os responsáveis pela fiscalização, não têm conhecimento de quem “está em dia” com o poder municipal. O papel da GCM era estabelecer uma parceria com a Prefeitura, mas há uma divisão no modo de pensar em como a Guarda deve atuar nesse caso.

Hoje a GCM ainda desenvolve suas funções de fiscalização do comércio ambulante, mesmo com a Operação Delegada. Entretanto, o modo de atuação acaba por ser mais restrito, pois não estão mais nos locais de grande comércio, agindo diretamente como atuavam antes da entrada da PM na rua, mas ficam circulando em locais próximos à incidência de grande comércio (como saídas de metrô, hospitais e demais localidades identificadas pela Prefeitura como pontos de trânsito dos ambulantes) junto com a fiscalização e quando percebem o comércio considerado irregular eles apreendem. Muitas vezes, essa forma de atuação da GCM em locais específicos se dá de acordo com a utilização de certas táticas desde as lógicas do poder para identificar as *astúcias* dos trabalhadores. Tais táticas se apresentam mediante certo disfarce da Guarda, ou, como dizem os camelôs, aqueles ficam “à paisana” prontos para perseguirem e autuarem os camelôs quando “necessário”.

Segundo o responsável pela fiscalização da Subprefeitura da Sé, “às vezes estamos mais rígidos, às vezes menos e depende também de cada GCM”. Essa fala nos dá margem para questionarmos que a forma tanto de apreensão quanto de entendimento do papel da própria Guarda no comércio ambulante é, sobretudo, uma questão de interpretação da gestão.

O modo como os agentes estatais operam a ordem é circunscrita em espaços onde a experiência com a lei e as forças oficiais se constituem na intersecção com outros modos de regulação que surgem das circunstâncias de vida dessas populações, também em seus sentidos de justiça, de ordem, inclusive de necessidade de segurança (Das & Poole *apud* Telles, 2010:25).

A Operação Delegada vêm para atuar justamente nas apreensões do comércio ambulante, na medida em que a GCM não tem poder de polícia, isto é, ela não pode solicitar a alguém que abra a sua sacola para demonstrar o que tem dentro, em caso de suspeita de comercialização informal, já a PM sim. A Polícia Militar não só pode solicitar que o ator abra

sua sacola e sua bolsa para demonstrar o que tem dentro, como pode apreender a mercadoria caso não lhe demonstre a nota fiscal de compra do produto.



Figura 290 Apreensões. 15 de abril de 2010

Entretanto, há muitos momentos em que a PM não pede para ver a bolsa, ela simplesmente toma das mãos do trabalhador. É comum a retirada das mãos de um ator, mesmo sem haver uma abordagem inicial, o que muitas vezes assusta, uma vez que o PM apreende com tanta rapidez e força e aquele que está segurando o produto acaba por cair no chão não só na tentativa de se salvar, mas também porque a ação pode ser inesperada.

Segundo o Capitão Amarildo Garcia⁵², responsável pelo policiamento na região no ano de 2010, a PM está em todos os locais, e como a Rua 25 de Março é um dos grandes polos comerciais da América Latina, aqui não seria diferente. Pensando nas distintas formas de apreensão da fiscalização da PM, o próprio Capitão nos dá algumas pistas sobre a atuação da polícia no local ao ressaltar que “PM não pensa, PM atua. Nós somos legalistas”. Para o

⁵² O nome do Capitão é utilizado como seu nome real, uma vez que ele fala como representante na Polícia Militar, conseqüentemente como representante do poder público municipal e estadual.

Capitão, a apreensão é prevista por lei, todavia a lei não diz a forma como ela deve ser realizada, brecha que parece dar margem às ações violentas dos policiais.

É mais perceptível a disputa política em jogo, não só no âmbito local da rua, como também em nível municipal e estadual. Para o mesmo GCM, atualmente a PM tem como objetivo mudar a sua imagem perante a sociedade e, como tiveram uma presença forte dentro da prefeitura de São Paulo, estavam conseguindo ocupar diversos setores da administração pública.

Segundo o GCM Mendonça, no ano de 2009 o prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, ofereceu para todo o funcionalismo público um aumento de 0,1%. A GCM, indignada com esta situação, passou a contestar as ações da prefeitura e se negou a realizar diversas atividades que lhes eram solicitadas. “Nosso prefeito é um fraco e funciona como uma marionete do Serra”, nas palavras do GCM, quando o convênio entre Prefeitura e Estado foi firmado em 2009. Entretanto, enquanto ele oferece essa “esmola” aos Guardas Civis, o acordo com a PM garante um adicional em seus salários, “isto porque a Polícia Militar é mensalista”. Há muitos PMs que trabalham no setor administrativo e que estão fazendo um “bico” nas regiões de comércio da cidade.

Mendonça ainda afirma que a PM não é reconhecida internacionalmente enquanto polícia, na medida em que ela é vista como uma força reserva criada durante a época da ditadura militar brasileira. E, como o Brasil visa a uma cadeira na ONU (Organização das Nações Unidas) até 2016, a tendência não é somente mudar a imagem da PM, mas também uni-la à polícia civil. Mas, para a GCM, um dos grandes problemas é o fato de que muitos comandantes da polícia civil são provenientes da Polícia Militar, o que não é bem visto pelos olhos de alguns guardas civis. Isto porque os PMs ficam reclusos por muito tempo e não sabem como agir em muitas situações, não há muito contato com a população e quando saem às ruas são muito agressivos.

Não há consensos entre os trabalhadores da rua a respeito da presença da PM, pois há aqueles, como o *puxador* Luciano e o *camelô de rua* Roberto, que condenam a atuação dessa polícia e querem o fim da Operação Delegada. Da mesma forma pensam alguns sindicatos da categoria, pois para eles a PM deveria estar combatendo o crime organizado e o tráfico de drogas em vez de impedirem o trabalho dos camelôs. Por outro lado, há demais trabalhadores, como Antônio que vê com bons olhos a PM no local, isso porque, segundo ele, o roubo de

carga de mercadoria, que era muito comum, caiu consideravelmente. Além disso, a entrada da PM ajudou a organizar a rua, uma vez que antes, quando a rua era “liberada” instaurava-se um caos. Alguns trabalhadores loteavam o espaço urbano e impunham um preço a ele, aquele que pagasse o valor devido poderia usufruir do local. Ainda segundo Antônio, na época da GCM ninguém respeitava a Guarda, e muitos atiravam o que tinham nas mãos contra os mesmos, partiam para o enfrentamento físico contra os agentes do Estado. A GCM passava, os camelôs gritavam “olha o rapa!”, os trabalhadores saíam correndo e ficavam aguardando de longe até o momento de seu retorno, muitos apenas fechavam as sacolas em suas mãos e permaneciam no mesmo local até que a Guarda se retirasse e eles pudessem reiniciar suas atividades.

O conflito de posicionamentos entre os que são contra e os que são a favor da Operação Delegada, inscreve uma relação de disputa social e econômica. Muitos trabalhadores favoráveis à presença da PM, embora critiquem o modo de atuação da polícia por meio da prática do *esculacho*⁵³, advogam pela mesma pois ela sanciona, de certo modo, a lucratividade adquirida pela venda do comércio informal. Em outras palavras, aqueles que possuem pontos fixos, geralmente não são importunados pela PM, conseguindo manter o trabalho e a lucratividade, e aqueles que conseguem trabalhar por meio de *astúcias* frente à fiscalização também mantêm o lucro, diferente de muitos que saíram da rua por temer a polícia, ou mesmo por não conseguirem mais atuar, isso faz com que haja menos disputa do que antigamente (antes da entrada da PM, havia uma quantidade imensa de trabalhadores disputando as ruas).

É como se a presença da PM ajudasse na democratização informal do espaço urbano invisível, ou seja, daqueles lugares que não são fiscalizados a partir da lógica do Estado, mas são compreendidos e regulados a partir da lógica da informalidade dos próprios camelôs. Pois agora, para os *camelôs de rua*, ninguém é dono de nada e qualquer um pode chegar e trabalhar, desde que consiga driblar a fiscalização, se é ruim para um, é ruim para todos. Isso é evidenciado na fala de Juliana que afirma que “a rua ‘liberada’ não presta”. Ainda há momentos em que as disputas por espaço entre os trabalhadores são acirradas, mas hoje é mais difícil um querer se impor ao outro, ou mesmo cobrar aluguel de um pedaço de chão que tomou para si.

⁵³ O *esculacho*, como uma categoria analisada por Lenin Pires (2011), é compreendido como atos violentos praticados pelos vigilantes contra os trabalhadores ambulantes, demonstrando uma forte desigualdade jurídica entre os atores envolvidos.

Nos dias e horários em que a rua é “liberada”, ainda ocorre certo loteamento do espaço, como por exemplo, no domingo. É certo que esse não é o dia mais movimentado da rua, mas alguns trabalhadores, muitos que nem trabalham na Rua 25 de Março durante a semana, se dirigem até lá para conseguirem um dinheiro “extra” daquele conquistado nos demais dias em outras partes da cidade, de modo que uns, que “são de lá” se veem no direito de vender nos melhores lugares.

Além disso, não são todos que conseguem obter uma TPU, mas aqueles que trabalham mediante a licença da prefeitura alegam que são contra a “liberação” da rua e o discurso, na maioria das vezes, é porque assim *vira bagunça*, outros ainda dizem que é muito fácil não querer a PM, porque não querem pagar imposto para trabalharem, na medida em que há camelôs que preferem trâmites menos burocráticos do que aqueles de conseguir uma TPU. Entretanto, é preciso ressaltar que a Prefeitura não emite mais TPUs, a tendência é a diminuição do comércio ambulante regulado pelo poder público. Quando presenciei a discussão entre Antônio e Roberto sobre a PM, onde o primeiro era a favor e o segundo contra, este dizia: “Antônio, você é a favor da polícia porque o primo da sua mulher é dono dessa banca aqui, porque você tá bem de vida e consegue pagar faculdade pra ela”.

Nesse sentido, estabelecem-se hierarquizações sociais daqueles que obtêm mais condições de trabalho (no caso dos camelôs de banca) e dos que conseguem desenvolver *astúcias* diante da fiscalização, criando disputas entre esses e os demais que muitas vezes precisam se deslocar para locais mais seguros, isto é, longe da maior parte de concentração do comércio, para não serem pegos pela PM. A figura da Polícia Militar aparece justamente para reorganizar e consolidar as posições que cada um ocupa na rua.

A Prefeitura e a PM afirmam a diminuição da criminalidade depois que o convênio foi firmado, houve uma redução do roubo de carga e de roubo de consumidores, e ainda houve um total de 85 mil apreensões do comércio “irregular” somente no ano de 2012⁵⁴. Porém não é o que se escuta dos demais atores que compõem a rua. Trabalhadores de rua e GCMs disseram que o índice de criminalidade continua crítico, mas como estes foram diretamente atingidos pela presença da PM na rua, faz-se necessário relativizar suas falas. Também deixo claro que minha visão sobre a presença da PM e sua forma de atuação na rua não está isenta de quaisquer valores e opiniões, e nem tenho esta pretensão, mas no momento em que estou

⁵⁴ Dados da Sub Prefeitura da Sé, coletados em 7 de maio de 2013.

em campo procuro distanciar-me o máximo possível para não induzir quaisquer atitudes de meus interlocutores; no momento da escrita também procuro problematizar meu próprio posicionamento frente minhas opiniões pessoais.

No entanto, não se pode ignorar que a redução da criminalidade é elemento a ser contestado, pois são várias as histórias presenciadas e relatadas em que algum consumidor sofre um tipo de violência de assaltantes e quando se dirigem à PM é possível ouvir que eles estão lá “pra pegar camelô”. A presença dos “171” é constante e os consumidores muitas vezes são alertados por seguranças de lojas e outros camelôs para ficarem atentos aos constantes assaltos e furtos. Por duas ocasiões eu mesma já passei por experiências semelhantes, ao ser avisada de que estavam me perseguindo por portar uma câmera fotográfica, como já comentei nesta dissertação.

O processo de fiscalização e “limpeza” que a polícia empreendeu nos meses subsequentes à sua entrada nas ruas do centro de São Paulo seguiu uma ordem. Inicialmente, os alvos principais foram os carrinhos (de milho, doce, bebida, som). Depois, os chamados *paraquedas* e os sacoleiros. É certo que houve uma grande redução dos trabalhadores informais da Rua, mas muitos ainda permanecem atuando por meio de *astúcias*.

4.1 “Controlando” a Situação

As apreensões como forma de controle das situações na rua podem variar de ator para ator, de PM para PM, de turno para turno, de equipe para equipe. Existe, é claro, uma orientação que seja uniforme para todos os policiais que fazem a fiscalização que vem de instâncias superiores. Por exemplo, as formas de apreensão pela abordagem e retirada do produto do ator caso esse não consiga comprovar a proveniência de sua mercadoria, isto é, se não apresentar a nota fiscal de compra do produto. Entretanto, embora haja uma constante na forma de atuação dos camelôs no comércio de rua, nem sempre há passividade de entrega de seus produtos ao serem pegos pela Polícia. Tampouco, a própria PM age com regularidade em suas formas de apreensão, permitindo que haja táticas variadas de apreensão do urbano.

Muitas vezes, ao presenciar uma apreensão de mercadorias, os policiais agem mediante uma abordagem inicial e depois retiram as mercadorias das mãos dos camelôs, conduzindo-os para a cabine da PM instalada na Rua Lucrecia, onde um funcionário da Prefeitura averigua o

conteúdo apreendido, anota em um documento; transfere o produto para outra sacola, onde finalmente é lacrado e levado para um caminhão da Prefeitura. Após esse procedimento, o PM solicita o documento de identificação do camelô e registra uma ocorrência. Minutos mais tarde o trabalhador é liberado de mãos vazias.

Mas nem sempre esse procedimento é encenado, seja pela resistência do trabalhador, ou pela adoção de outra postura do próprio policial. Alguns PMs, quando ficam desconfiados de alguém, mandam o indivíduo abrir a sacola para ver o que tem e, dependendo da mercadoria, eles pedem a nota fiscal e se essa não for apresentada, a mercadoria é levada, mesmo se você for apenas um consumidor. Outra estratégia utilizada é o disfarce, onde agentes do Estado ficam à paisana vigiando os camelôs.

Algumas vezes eu me sentava no degrau de uma loja que fica na esquina da Rua Lucrecia com a Rua 25 de Março e lá eu podia ver algumas situações de apreensão, bem como escutar certas conversas dos agentes da prefeitura ali presentes. Notei que havia certo acordo entre os fiscais e alguns catadores de papelão, que solicitavam àqueles que guardassem os papelões que achassem na rua, ou que chegasse até eles. Também era possível escutar o interesse dos agentes do Estado pelas mercadorias apreendidas: “o que chegou ali?”; “O fulano vai fazer a festa hoje” deduzindo que parte dos produtos apreendidos pela PM nem sempre chega ao seu destino final, isto é, nos depósitos da Prefeitura, mas são desviados no meio do caminho. As garrafas de água pegadas dos camelôs pelo policiamento, também é utilizada para “matar a sede” dos que ali estavam.

Há aqueles PMs que não fazem distinção entre o que é vendido na rua, independentemente do que seja, se a venda estiver inscrita na prática do comércio informal essa será autuada, como já presenciei a apreensão de chips de celular sendo vendidos por uma trabalhadora contratada de uma grande empresa de telefonia. Mas, há outros policiais que preferem atuar mediante os camelôs mais vulneráveis (aqueles que trabalham por sua própria conta, com mercadorias compradas via revendedores e de modo menos burocrático).

As ameaças do *esculacho* são frequentes por parte desses agentes do Estado. Alguns trabalhadores afirmam que a prática do *esculacho* é adotada pelos PMs, mas para que o conflito entre camelôs e policiais não fique visível, estes últimos os leva para atrás da base da Prefeitura e repreende fisicamente os trabalhadores.

Quando se caminha pela Rua e se vê uma situação de conflito entre esses dois atores, a reprodução da desigualdade jurídica e os modos de atuação são evidenciados. Isso porque as conversas giram em torno de frases como: “quer levar um esculacho? Se não quer, então porque continua vendendo?” ou “sabe que não é pra fazer então porque faz? Depois não sabe por que levou um esculacho”.

Ao andar pela Rua 25 de Março em fins de dezembro de 2012, percebi uma agitação na Rua Lucrecia, local onde está instalada uma base da Polícia Militar do Estado de São Paulo. Dentro da base que fica às vistas de todos que estão na rua, encontravam-se dois PMs e uma PM, "vistoriando" uma mulher que devia ter no máximo 45 anos de idade. A senhora carregava consigo uma bolsa que, com brutalidade, um dos PMs arrancou de seus braços. Indignada a mulher se defendia dizendo que era mercadoria que ela havia acabado de comprar e não estava vendendo na rua, o que correspondia a uma garrafa de água e dois massageadores portáteis, fora sua documentação pessoal. Um dos PMs, utilizando-se do poder que lhe fora concedido como representante do Estado, empurrou a mulher contra a parede dando-lhe um golpe no rosto, fazendo com que seu supercílio rompesse em sangue.

Logo após o incidente e os gritos dos que estavam ali próximos, o PM soltou a mulher, sem apreender sua mercadoria. Esse representante do Estado parecia não estar certo se a mulher era ou não uma vendedora ambulante, uma vez que se ela estivesse comercializando sem "permissão" da Prefeitura, o procedimento seria o de apreensão da mercadoria. Certamente, o ato público da agressão, às vistas dos demais que estavam na rua, colocou um basta ao *esculacho* cometido pelo Policial Militar, o que evidenciou um limite moral aos diversos atores da Rua 25 de Março, os quais consideraram como aceitável na atuação de apreensão da PM.

Outros momentos de conflito físico entre a PM e diversos atores na Rua, principalmente os camelôs de rua são constantes e muitas vezes causam indignação aos que presenciam a disputa. Outra situação de enfrentamento presenciado foi contra um senhor que deveria ter em torno de 65 anos de idade. Naquela ocasião, esse senhor estaria com uma sacola de plástico preta com algumas garrafas de água que estava vendendo na rua; uma dupla de policiais percebeu a ação do camelô e sem abordagem inicial puxaram a sacola das mãos do homem e “no tranco” o levaram ao chão. Ao cair, o senhor fez expressão de dor, mas logo se levantou e saiu correndo mancando para não ser levado à base militar.

As pessoas que assistiam à cena também soltaram palavras de indignação pela violência contra um senhor mais velho. Entretanto, ninguém se atreve a intervir em favor de alguns desses camelôs, apenas assistem e se indignam, acredito que pela postura violenta da própria polícia e por essa ser uma representante do Estado.

Enquanto alguns PMs, ao apreenderem a mercadoria, levam o camelô até a cabine para serem registrados (mesmo que esse último demonstre resistência); outros, por sua vez, ao fazerem a apreensão liberam o camelô sem a necessidade de conduzi-lo para, quem sabe, mais um registro. Nesse sentido, é notável que cada situação direciona para uma tática, mesmo que haja uma constante na atuação dos trabalhadores, não há, talvez, uma mesma percepção do trabalho por parte de vários PMs de como seria suas atuações na Rua diante do comércio informal.

O que está em debate também é que nem todos os conflitos podem ser resolvidos mediante um único operador,

o Estado detentor do monopólio da violência legítima, *locus* da racionalidade, da legalidade e da universalidade dos princípios. Mas esse é um pressuposto que apenas repõe a questão e faz o fantasma retornar no temor de uma violência potencialmente acionada pelos que estão fora do contrato por conta das desigualdades e exclusões que caracterizam o capitalismo brasileiro (Telles, 2010: 9).

Nesse sentido, podemos compreender que, se as vendas informais são vistas com maus olhos pelas leis e pelos representantes da “ordem”, em nenhum outro momento, até agora, esses trabalhadores foram colocados em um *status* tão elevado à marginalidade. Isso porque problemas que seriam sociais – como geração de emprego e renda, regulação e democratização do espaço urbano para ampliação do comércio informal – agora é tratado como problema policial. Pode ser que muitas repressões tenham sido feitas no passado, no entanto, em muitos momentos hoje, parece haver um regimento de tolerância zero em relação aos trabalhadores informais, em outros parece que os PMs permitem que o comércio se realize, pois o policial pode estar em uma esquina e a menos de 100 metros, dependendo da equipe de PMs, um camelô pode estar comercializando.

Os Policiais Militares apresentam um trabalho constante na rua, já há quase três anos (desde 2009), e seus trabalhos se repetem, seus trajetos no local são, muitas vezes, os mesmos

ao longo desse tempo. O constante caminhar na região permite que se identifiquem as formas de atuação e os momentos em que os camelôs estão presentes na rua. Assim, a ação policial também relativiza suas apreensões, pois mesmo conhecendo a forma de trabalho e os pontos de circulação dos camelôs, algumas vezes eles não realizam apreensão, permitindo, em certos momentos, esse comércio. No entanto, a presença policial no local e suas consequências podem ser lidas a partir do processo histórico que passa o centro da cidade de São Paulo.

Ao se abstrair as múltiplas redes sociais da violência cotidiana, próprias do nosso tipo de capitalismo, o agente criminal é singularizado na sua contraposição à ordem, aos valores dominantes e também ao mundo do trabalho, como se este não fosse constituído por contradições internas e atravessado por ilegalidades variadas, desde a “transgressão consentida” dos direitos (cf. Lautier, 1991) até as miríades de situações do assim chamado mercado informal (Telles, 2010:9).

Pensando que não é exclusividade da Rua 25 de Março nem da cidade de São Paulo essa intensa fiscalização seguida de forte repressão policial, Antônio Arantes (1999) nos sugere que os técnicos envolvidos com as políticas urbanas costumam não olhar para a população que de fato circula cotidianamente pelas cidades. Os olhares do poder público, muitas vezes, estão centrados numa conduta de desprezar a cidade da sua vida pública, como se ela fosse externas às relações e processos sociais. Contudo, no espaço urbano são construídas coletivamente fronteiras simbólicas que separam, aproximam, nivelam, hierarquizam ou ordenam categorias e os grupos sociais em suas mútuas relações (Arantes, 1999: 106).

Os lugares sociais são constituídos por meio de justaposições e entrecruzamentos, onde parte dos atores em cena é ambíguo, e *liminar*. A *Liminaridade* agora, segundo Agnew (*apud* Zukin, 2000), assume um novo significado social e cultural de “espaço transacional”, relacionando espaços que possuem sentidos muitas vezes distintos, como o caso de casa e trabalho, formal e informal etc.

A *liminaridade* dificulta o esforço de construção de uma identidade espacial. As mesmas características que tornam os espaços liminares tão atraentes, tão competitivos em uma economia de mercado, representam também o desgaste da diferenciação local. As fontes dessa erosão encontram-se em três amplos processos de mudança que atravessam o século XX: a crescente globalização do investimento e da produção, a abstração contínua do valor cultural em relação ao trabalho material e a mudança do significado social – que era extraído da produção e hoje deriva do consumo. Contudo, o espaço liminar situa essas mudanças gerais em nossa experiência de vida, modelando a expressividade das rotinas diárias e estendendo os

limites de nossa perspectiva. Assim, uma paisagem urbana pós-moderna não apenas mapeia cultura e poder: mapeia também a oposição entre *mercado* – as forças econômicas que desvinculam as pessoas de instituições sociais estabelecidas – e *lugar* – as formas espaciais que as ancoram no mundo social, proporcionando a base para uma identidade estável (Zukin 1991 *apud* Zukin, 2000:83)

Cada um desses atores não possui nenhum papel definido, eles são identificados como culturalmente ambíguos, simbolicamente invisíveis e poluidores, como nos sugere Arantes (1999). Nesse sentido, é possível pensar nas intensas relações presentes entre os atores que circulam na Rua 25 de Março e a relação que constroem com o espaço urbano, pois cada um em sua diferença exerce um papel e atribui significados distintos à rua, motivo pelo qual se acaba gerando determinados conflitos e ressignificando constantemente as identidades ali presentes.

À parte que confere aos trabalhadores, o espaço da rua é compartilhado pela ideia de garantia de direito de trabalhar, pois é a partir de suas vendas que o lucro é garantido.

Embora muitas das relações estabelecidas entre cada trabalhador de rua e cada consumidor sejam efêmeras, a constituição de confiança é construída com a categoria de trabalhadores de rua como um todo. Se não encontro aquele vendedor do lenço que eu quero, sei que ali na rua posso encontrar outro que vende a mesma mercadoria. E o consumidor assim prefere comprar produtos desses ambulantes porque sai mais barato do que se comprasse na própria loja. Na rua é sempre mais fácil barganhar, pois tem o famoso “faço dois por dez,” ou “se eu levar dois pode fazer por oito?”

Muitas vezes, quando o consumidor vai para Rua 25 de Março, sua intenção é adquirir um produto por um baixo valor, mesmo que a qualidade do produto não seja muito boa, e ele sabe disso, acaba comprando um produto pelo preço que estaria disposto a pagar. Motivo pelo qual os produtos chineses fazem muito sucesso, uma vez que possuem qualidade razoável e preços acessíveis. Do contrário, o produto corre o risco de ficar encalhado, como o caso dos cadeados de Sr. Arlindo, que comprou cadeados nacionais de ótima qualidade, mas não consegue vendê-los porque são mais caros que os cadeados chineses.

Além disso, os avisos dados por alguns compradores aos seus vendedores de que a polícia se aproxima e os olhares de indignação dados à mesma, também nos ajudam a pensar a relação entre esses dois atores sociais.

Sociabilidades e cumplicidades também são construídas entre os próprios trabalhadores ao partilharem desejos, conhecimentos, memórias e projetos em comum. As disputas pelos espaços e pelo consumidor existem, muitas brigas ocorrem no local se alguém se mete no território do outro, mas muitas vezes essas brigas são sanadas pela união em torno de um mesmo inimigo, seja a polícia que apreende as mercadorias dos “ilegais”, o Governo Municipal, ou os ladrões. O aviso de que o perigo se aproxima é dado por meio de um grito, de um assobio de um para os demais; as encenações para burlar a fiscalização e as informações pelos melhores lugares a se trabalhar também são compartilhadas. Eles se reconhecem enquanto trabalhadores que precisam e tentam trabalhar.

Os projetos de administração pública de enobrecimento do centro são muitas vezes feitos descolados da realidade local e social, tentando acionar o chamado por Arantes de *consumo visual* para visitantes da cidade. Reforça a ideia de fratura e descontinuidade dessas áreas em relação ao contexto urbano o fato de investimentos mobiliários e urbanísticos não valorizarem o entorno imediato desses bens frequentemente identificados como *deteriorados*, mas limitarem-se, em geral, a requalificar exclusivamente aqueles pontos que configurem *vistas favoráveis da cidade-ícone*. (Arantes, 2000: 153). A cidade construída é a cidade do poder.

Tais ações do setor público municipal podem não visar os problemas encontrados pela população que ali circula, bem como não olhar para os trabalhadores informais, os quais podem ser representantes das contradições presentes nas políticas urbanas e do sistema capitalista mundial. A questão pode estar focada na ideia de que são ações de uma estratégia de *marketing* econômico e político desenvolvido com o objetivo de transformar a cidade em receptora em potencial de recursos materiais ou simbólicos.

A cidade de São Paulo, como outras cidades brasileiras, será sede dos jogos da Copa do Mundo de Futebol no ano de 2014, momento em que muitos turistas visitarão a cidade, e sendo a região da Rua 25 de Março parte do centro histórico da metrópole paulistana, é preciso que se transforme aquele lugar sujo física e visualmente em um local de consumo visual e livre das “impurezas” e dos “marginais” que circulam pelas ruas.

CAPÍTULO V

NA INFORMALIDADE: TÁTICAS, ASTÚCIAS E NEGOCIAÇÕES NAS MARGENS

Inseridas em um campo considerado como parte da economia informal, ações semelhantes às praticadas por camelôs em portas de estádio de futebol, por ambulantes clandestinos nos trens das cidades⁵⁵, por coletores de lixo reciclado e, por certo, ações desempenhadas pelos trabalhadores da Rua 25 de Março estão presentes em nosso cotidiano como uma alternativa de trabalho.

É comum encontrar trabalhadores que desde muito cedo ingressaram nos trabalhos de rua, como o diretor do SINPESP, João, que se acidentou em sua adolescência perdendo o trabalho que tinha na fábrica de apontadores de lápis. Não vendo outra opção de trabalho formal, pois não conseguia encontrar emprego, agora com sua deficiência, foi para rua trabalhar como camelô na Avenida Rangel Pestana, depois passou para Praça do Patriarca, Praça da Sé, até chegar à Rua 25 de Março no ano de 1967. Ou seja, a maior parte de sua vida como trabalhador foi na rua, comercializando as mais variadas mercadorias em sua banca. Situação parecida foi a do Sr. Antônio que, desde criança, em sua cidade natal na Paraíba, já trabalhava como vendedor de doce na rua com seu pai. Quando chegou a São Paulo, na sua adolescência, foi na rua que encontrou seu trabalho, e como ele mesmo diz, é a única coisa que sabe fazer.

Há aqueles trabalhadores que querem ser seus próprios patrões, e por isso se arriscam nos setores informais. A Rua também pode proporcionar melhores condições financeiras do que um trabalho formal. O valor mínimo atribuído por uma jornada de trabalho de 8 horas diárias é geralmente o de aproximadamente um salário (atualmente em torno de 678 reais em 2013), com direito a folga em um ou dois dias na semana, diferentemente do trabalho como autônomo na rua, onde dependendo da mercadoria que se vende, ou da movimentação da semana, é possível obter uma renda maior do que naqueles espaços formais.

⁵⁵ Referência ao livro de Lenin Pires: *Esculhamba, mas não Esculacha. Uma etnografia dos usos urbanos dos trens da Central do Brasil*. Niterói, RJ: Editora Eduff, 2011.

Para a jovem Beatriz (puxadora), financeiramente, compensa muito mais o trabalho na rua, pois dependendo do movimento do dia é possível completar a renda estipulada em menos tempo de serviço, ou então se preferir trabalhar todos os dias acordados com o dono da loja, pode ganhar um salário extra.

Assim como Beatriz, o jovem Lucas encontrou na rua um trabalho que lhe pudesse oferecer mais condições financeiras do que o serviço de segurança que exercia em uma loja, na própria Rua 25 de Março. Natural da Bahia, Lucas veio a São Paulo para acompanhar sua irmã, que aqui já se encontrava. Ela trabalhava em uma loja na Rua e conseguiu para o irmão um trabalho em uma loja de venda de CDs e DVDs, onde aos poucos foi conhecendo a dinâmica da Rua e a possibilidade de obter um negócio próprio. Com o tempo, ele adquiriu algumas mídias de DVDs piratas, até completar uma pasta e perceber que havia a possibilidade de se lançar na Rua sem o mando de um “patrão”, e assim o fez. Uma vez ingresso nesse mercado, começou a partilhar diversas táticas com seus colegas de ofício e ainda conseguia fazer uma poupança maior do que aquela que ele recebia na loja.

No entanto, precisou abandonar a venda de DVDs piratas, pois temia perder seus produtos para a Polícia Militar quando essa passou a compor o cenário da rua, e suas atividades como camelô de rua passaram a ficar cada vez mais restritas, o que fez com que suas vendas caíssem. Desse modo, encontrou o trabalho de segurança em uma loja, mas que logo abandonou para voltar à Rua, pois esta é mais vantajosa economicamente. Não perguntei quanto ele recebia na loja, mas o que sei é que o salário que seu patrão paga por mês é o equivalente a duas semanas de vendas nos espaços informais. Entretanto, para se adaptar à nova dinâmica do local, Lucas optou por não trabalhar mais com venda de DVDs e sim com *pendrives*, porque são mais vantajosos financeiramente e, ao mesmo tempo, são mais fáceis de esconder da fiscalização do que aquela grande pasta de mídias.

Seja por não conseguir empregos por conta da deficiência física, ou por não conseguir bons trabalhos no setor formal; ou ainda, seja por encontrarem na rua uma ética do trabalho autônomo que pudesse oferecer bons retornos financeiros, o fato é que o espaço urbano não é só um refúgio do desemprego, mas também uma opção de trabalho que pode trazer ao trabalhador bons retornos financeiros. Mesmo que, muitas vezes, a insegurança e instabilidade se apresentem de modo significativo, parte dos trabalhadores que experimentam a vivência do

trabalho na rua prefere ali permanecer, ainda mais se tiver uma TPU para o exercício do seu trabalho.

É certo que nem todos pensam da mesma maneira, como é o caso de Lilian, esposa de Antônio. Antes de conhecer Antônio, Lilian era Policial Militar, mas acabou deixando a carreira e também os estudos para ajudar o marido com os negócios que ele tinha na Rua. Por mais de dez anos Lilian trabalhou como camelô, mas recentemente⁵⁶ quis voltar a estudar e ter uma profissão, pois a rua estava lhe cansando demais. Ela já havia trabalhado como camelô de rua, e há pouco estava trabalhando como camelô de banca, acabando por entregar o seu posto para outro.

Com o que seu marido recebe é possível bancar uma faculdade de psicologia para ela, já que agora os filhos do primeiro casamento de Antônio já concluíram o Ensino Superior, também pago com o dinheiro que o pai ganhava como camelô. Atualmente, Lilian trabalha como estagiária na Prefeitura de São Paulo, atendendo moradores de rua em situação de risco. Assim como Antônio, ela reconhece que o que ganha no estágio é inferior ao que tirava trabalhando na rua, mas Lilian está fazendo o que gosta e, hoje eles têm apenas uma banca para manter. A mulher continua ajudando o marido frente à administração financeira da banca, mas seu trabalho agora é outro. Antônio chega a criticar a mulher por ela receber pouco, por ajudar os pobres, pois tinha que ganhar mais, como ele mesmo diz: “eu não estou cansado da rua, estou cansado é de não ganhar dinheiro”. Entretanto, é o primo de Lilian que detém o ponto onde eles possuem uma banca hoje, tendo Antônio como seu auxiliar, como já foi explicado no Capítulo I desta dissertação.

As negociações feitas, os contratos verbais estabelecidos entre os trabalhadores são parte constitutiva dos chamados comércios informais. Apesar de o acordo estabelecido entre Antônio e o primo de sua esposa para administrar a TPU não estar concebido formalmente, por escrito, é um acordo moral entre as duas partes que permite que o negócio continue funcionando. Ademais, a aquisição, venda e contratação de serviços também passam a obedecer à mesma ordem de compromisso moral para que se possa manter a estrutura de funcionamento não só da Rua, mas também uma característica que é própria dos mercados e economias informais.

⁵⁶ Desde 2012.

5.1 Atuando na informalidade, perpassando pela ilegalidade

Mercados como a Rua 25 de Março podem ser compreendidos a partir da perspectiva de mercados globais diante da dimensão de circulação de riquezas, de produtos os mais variados possíveis e também de pessoas. Nesse sentido, os acordos estabelecidos entre os atores e as táticas utilizadas apresentam grande dinamicidade e complexidade que muitas vezes nos são difíceis de definir.

A própria informalidade enquanto conceito é difícil de ser definida, assim como as práticas que as compõem. Nesse sentido compreendo o comércio de rua inscrito na Rua 25 de Março como parte constitutiva da informalidade. Não pretendo realizar uma revisão bibliográfica do conceito de informalidade⁵⁷, mas é preciso compreendê-lo para situar como vejo e como são articuladas as *táticas* e *astúcias* dos atores da Rua.

A concepção de mercado informal pode ser compreendida a partir da realização de trocas e aquisições que não estão inscritas no mundo do mercado regulamentado juridicamente. Do mesmo modo, podemos entender como um “lócus para o exercício das moralidades, conhecimentos e reconhecimentos de segmentos sociais que não encontrariam respaldo em uma economia subdividida e demarcada por uma lógica jurídica oficial” (Pires, 2010:41). Nesse sentido, a informalidade é marcada por relações de confiança de personalidades e ingerências, possibilitando ao Estado múltiplas faces, na medida em que seus agentes precisam acionar distintas táticas no relacionamento com os trabalhadores informais.

O próprio Estado, como nos sugere Weber (*apud Das: 2008*), pode ser concebido como um projeto em processo, sempre incompleto, que é constantemente “enunciado e imaginado, e quando invocado a ideia de selvagem (do outro), do vazio e do caos que não somente se encontra por fora dos limites de sua jurisdição, se não também uma sugere uma ameaça para o seu próprio funcionamento” (Das, 2008: 23).

Ainda pra Weber, o próprio Estado corre sempre o perigo de perder o domínio sobre a organização racional do governo pela força natural constituída em seu interior. Se isso é verdade, os próprios agentes estatais, para manterem a ordem vigente, não só repreendem, mas permitem e negociam com os atores suas formas de atuação. Isso porque há a concessão de TPUs feita pelo poder público e, ainda a permanência no espaço urbano de camelôs que

⁵⁷ Rabossi, Fernando. Los Caminhos de la Informalidad. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

não possuem licença de trabalho – mesmo que para isso eles precisem sempre repensar suas ações⁵⁸. Entretanto, os agentes estatais conhecem muitas das *astúcias* utilizadas, mas as permitem algumas vezes e endurecem a fiscalização em outras.

Nos primeiros momentos do endurecimento do policiamento da Rua com a Polícia Militar (em dezembro de 2009), os atores se revoltaram transformando o espaço urbano em um campo de batalha, utilizando tudo o que ele lhe proporcionava como arma: pedaços de pau, pedras e cocos eram atirados contra os PMs, enquanto esses usavam suas formas de repressão com balas de borracha e bombas de gás lacrimogênio. Momentos como esses fizeram com que os estabelecimentos comerciais fossem fechados, o que impossibilitou o funcionamento do comércio local. Os trabalhadores se revoltaram e reivindicaram suas formas de trabalho na rua, mas reivindicação distinta daquela ocorrida no ano de 2012. Pois, se esta estaria organizada em volta de sindicatos, procurando atuar por vias legais, aquela manifestação de 2009 foi diferente. Eram camelôs de rua, em sua maioria, que partiram para o confronto direto com os policiais, buscando comercializar. Mesmo depois do confronto de 2009, muitos camelôs ainda permaneceram no exercício do trabalho atuando mediante *astúcias* diante da fiscalização.

Nesse sentido, embora haja a repressão do Estado, também há permissões para que se consiga manter a ordem. Essa, na medida em que é imposta de forma desigual no espaço urbano, passa a ser disputada nas margens pelos demais atores, no caso, os trabalhadores informais. Eles não abandonam seus ofícios, e ainda negociam com outras ordens para a subversão desses espaços.

⁵⁸ Algumas dessas ações já descritas no capítulo I dessa dissertação.



Figura 31 Camelôs na Avenida Senador Queiroz. Primeiros dias de Operação Delegada na região da Rua 25 de Março em dezembro de 2009.

A compreensão que faço de margens se dá a partir das práticas que podem aparecer relativas a uma contínua redefinição da lei por meio de formas de violência e autoridade, as quais podem ser construídas como extra judiciais tanto como prévias ao, e fora do Estado (Das, 2008: 29). Margens: não são definições territoriais, com contornos previamente estabelecidos, não são lugares geográficos, tampouco uma periferia. São espaços de práticas e relações que se deslocam e se redefinem não à margem do estado, mas justamente conforme as forças deste operam nesses lugares (Telles, 14: 2010)

Nem sempre os modos de atuação dos agentes estatais para configuração dos mercados informais são normativas, pois há diferentes modos de atuação e também de interpretação das leis, as quais deveriam regular a fiscalização.

Se compreendermos o Estado, como já foi dito, como algo em constante redefinição:

“As 'margens', portanto, não são o exterior do Estado, elas se deslocam e estão tanto no interior como fora do Estado. São espaços de exceção, mas 'as margens não são inertes': são espaços de criatividade, dizem as autoras, que poderíamos traduzir como espaços de experimentação nos quais homens e mulheres, indivíduos e coletivos reinventam seus recursos, lançam mão de elementos do próprio Estado, transitam também entre o fora e o dentro do Estado, maquinam artifícios também nas fronteiras

incertas do legal e ilegal, negociam regras, limites, protocolos, agenciam condutas, de tal modo que as próprias fronteiras do Estado se estendem ou são refeitas na busca de segurança ou de justiça em suas vidas cotidianas” (Telles, 2010: 12).

A grande dificuldade também se insere em vários níveis pelo qual passam as redes de controle dos trabalhos ditos informais, isso porque mesmo que a legislação federal brasileira não reconheça aquilo que nós chamamos de *informal*, há outras legislações pelas quais perpassam essas atividades que possam reconhecer suas atividades, tanto no nível municipal, como no estadual. Como é o caso das concessões de TPU que são fornecidas pela própria prefeitura da cidade, reconhecendo o trabalho dito informal, ao mesmo tempo que garante o seu funcionamento, regulando as atividades. Mas isso não significa que esses camelôs regularizados sejam considerados formais, pois eles se utilizam de toda uma rede de relações e *astúcias* para driblarem certas exigências estatais, por exemplo a contratação de funcionários e a aquisição de mercadorias, como já descrito no capítulo 2 desta dissertação. Por fim, esses trabalhadores passam por todas as dificuldades sociais que são próprias da informalidade, pois são tratados como marginais pelo próprio poder municipal que, embora seja a responsável pela concessão de TPUs, não vê com bons olhos essas atividades, haja vista a série de tentativas de retirar os camelôs da rua durante o ano de 2012.

Há um vasto campo de possibilidades dado aos trabalhos informais, e por isso o conceito de informalidade pode ser, antes de tudo, compreendido como um conceito amplo, indefinido e, muitas vezes, usado de modo impreciso.

O conceito de informalidade nasceu para dar conta de tudo aquilo que não se conseguia classificar dentro das práticas de trabalho, pensando em um contexto específico de desemprego urbano na África. Segundo Rabossi (2007) o conceito de informalidade foi usado pela primeira vez por Keith Hart em 1971 para fazer a distinção entre as oportunidades formais e informais, de modo a compreender novas estratégias de trabalho, Hart desenvolve “uma tipologia que permite apresentar a amplitude de oportunidades de ingressos informais, distinguindo entre atividades legítimas e ilegítimas (distinção derivada da lei, mas vinculada de forma genérica ao que um cidadão pensa o que é legítimo)”⁵⁹.

⁵⁹ Tradução minha. Lê-se, no original: Hart desarrolla una tipología que le permite presentar la amplitud de oportunidades de ingresos informales, distinguida entre actividades legítimas e ilegítimas (distinción derivada de la ley pero vinculada de forma genérica a lo que un respetable ciudadano piensa que es legítimo) (Rabossi, ANO: 2)

A amplitude de um conceito como esse, envolvendo diversas práticas pode causar confusões, ainda mais por estar frequentemente associado à ideia de ilegalidade. Não por acaso tais conflitos ocorrem, uma vez que não só cientistas sociais tratam do tema, mas também juristas, os quais, muitos, concebem a inexistência da informalidade. Para Noronha (2003), a concepção que se enfrenta no mundo do direito está restrito aos contratos legais ou ilegais. O que promove a legalidade de um contrato é a existência de um registro que comprove sua legalidade. No caso do trabalho, os contratos precisam estar de acordo com a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), pois essa é paradigmática na definição de um “bom trabalho”. Ao tratarmos de trabalhos informais, por exemplo, não podemos tomar como horizonte apenas a CLT, em muitos casos não podemos nem ao menos pensá-la, uma vez que os atores em questão não estão em busca de direitos trabalhistas como previstos no código, e sim direito ao trabalho no modo como eles buscam atuar.

Como o próprio Rabossi (2013) nos sugere, a regra, a lei, ou a ordem pode não ser flexível ao classificar atividades como formais ou legais, mas a partir do momento em que ela é aplicada por uma série de agentes em diversos níveis da gestão pública, cria-se uma flexibilização da concepção do que se pode e o que não se pode; do que é legal e do que não é⁶⁰.

As formas de gestão de certa ordem, segundo Vera Telles (2010), são refeitas mediante perpassamos por tempos e espaços variados e é nesse local que se inscreve a possibilidade de apreendermos as reconfigurações da cidade. Ainda para a autora, esses tipos de gestão são

exercitados em contextos situados, recompondo as situações e o feixe de relações que se estabelecem em torno de seus modos, procedimentos, técnicas de ação. São nessas circunstâncias e nesses contextos práticos que se torna possível entender as conexões internas entre lei e exceção. São práticas que articulam simultaneamente o dentro e o fora da lei. Práticas que não poderiam ser entendidas nos termos de lei e transgressão da lei, pois é justamente essa diferença que é suspensa e desativada nos seus modos concretos de operação, em nome do que é posto e definido como urgência e emergência, definições estas que dependem de um poder discricionário, definidor justamente da soberania. Poderes de soberania multiplicados e desdobrados nessas pontas que afetam as vidas e formas de vida. (Telles, 2010:15)

Há novos projetos promovidos pelo Governo Brasileiro que visam à diminuição da informalidade, mas ao mesmo tempo acaba por promover sua ampliação como é o caso do

⁶⁰Comentários realizados durante a 28ª Reunião Brasileira de Antropologia (ABA) em São Paulo (2/7/2012).

Micro Empreendedor Individual (MEI). Nesse projeto há a previsão de abertura de conta bancária com direito de acesso a crédito, permitindo ainda que o trabalhador goze de benefícios como aposentadoria, licença maternidade e auxílio doença. Entretanto, um dos fatores importantes do MEI é que, com a abertura do negócio, cria-se um CNPJ, garantindo ao empresário que possa ter uma máquina de cartão de crédito, podendo ampliar as vendas dos trabalhadores. Não vou me aprofundar na análise desse projeto, mas algo interessante de se notar é que ele não considera o modo de atuação dos camelôs, os quais não buscam os benefícios legais para se inscreverem como MEI, muito pelo contrário, para alguns o que garante a venda é o modo de atuação característico de seus trabalhos informais. O importante aqui é perceber que, embora o trabalhador se cadastre como MEI e agora seja parte de uma economia “formalizada”, suas práticas de atuação continuarão sendo próprias de uma economia informalizada, até mesmo porque faz parte de um *ethos* moral que está permeado em parte de um setor da economia que continue classificando esses trabalhadores como informais. Muitos trabalhadores acabam procurando se registrar não porque querem a formalização do trabalho e sim pelo crédito, mais fácil de se conseguir, o que permite ampliar o seu trabalho, isto é, a própria informalização da economia que, na minha concepção, aparece sendo ampliada pelo próprio Estado.

A legislação do MEI prevê que os ambulantes se registrem como microempreendedores, o que nos permite questionar: O que hoje é classificado como trabalho informal? Mais uma vez o questionamento vai para além do que as próprias legislações nacionais tendem a classificar como formal e informal. Para Hart, “a distinção entre oportunidades formais e informais de ingresso está baseada na diferença de trabalho entre o assalariado e o autônomo, sendo a variável principal de diferenciação o grau de racionalização do trabalho”⁶¹.

O próprio Hart (2005) já dizia que concepção de informalidade precisa ser compreendida também a partir das políticas burocráticas. Embora muitos veem uma separada da outra, o que há na realidade é a união entre as práticas informais e tais políticas. Pois, aquilo seria nomeado inicialmente como práticas informais é considerado ligeiramente pelo campo burocrático como invisível. A partir do momento que o capitalismo passou a se

⁶¹Tradução minha. Lê-se no original: La distinción entre oportunidades formales e informales de ingreso está basada, en la diferencia entre trabajo asalariado y auto-empleo, siendo la variable principal de diferenciación el grado de racionalización del trabajo (Hart *apud* Rabossi, ANO, 2)

organizar por meio do Estado, buscou-se gerir mercados por meio da burocracia nacional criando suas próprias contradições, ou seja, uma economia informal.

Por exemplo, há muitas outras práticas que são aceitas e reguladas por órgãos estatais e que não perpassam pelas normas da CLT, como o caso dos camelôs de banca e de seus auxiliares.

As contratações e atribuições dos auxiliares de banca também estão prescritas na lei 11039/91 e no decreto 42.600/2002 de regulamentação da lei anterior.

Art. 27 - Os ambulantes compreendidos na categoria "a" poderão ter até 2 (dois) auxiliares e os ambulantes da categoria "b" apenas 1 (um).

Art. 28 - Para registro do auxiliar na Subprefeitura, deverão ser apresentados os seguintes documentos: a) requerimento do permissionário indicando o auxiliar; b) cédula de identidade do auxiliar; c) ficha de saúde do auxiliar, nos termos do artigo 14, alínea "f", da Lei nº 11.039, de 23 de agosto de 1991.

A contratação dos auxiliares de banca se dá não apenas de modo informal, mas por meio de um código verbal e moral estabelecido entre as partes. Há aqueles auxiliares que são registrados pela Subprefeitura e outros que não são. E, se um desses códigos é quebrado, o trato é desfeito. Na maioria das vezes os auxiliares são parentes próximos dos próprios camelôs, ou pessoas indicadas por amigos, e precisam ser da confiança do camelô, uma vez que a banca fica sob responsabilidade desses trabalhadores por muitas momentos quando os donos precisam se ausentar. A própria lei prevê que os deficientes físicos que são camelôs categoria A não precisam comparecer à rua para exercerem seus ofícios, dadas as debilidades. Neste caso, o responsável pelo negócio passa a ser o auxiliar registrado na Subprefeitura. Os camelôs categoria B também têm suas permanências reguladas, neste caso é imprescindível a sua presença na rua, mas sua permanência fica restrita apenas por meio período. Algumas vezes os camelôs ficam impossibilitados de aparecer, mas não tem suas bancas apreendidas porque não é sempre que a fiscalização passa exigindo a presença deles e, quando ela aparece, a banca é assegurada pelo exercício do auxiliar, que lhes mostra seu registro.

Como alguns deficientes não cuidam diretamente de sua banca e passam isso a um terceiro, o que por alguns é visto como uma espécie de “aluguel”⁶², eles comparecem até a rua para se assegurarem de que não perderão o ponto.

Há casos de quebra de confiança entre o camelô e o auxiliar como aconteceu com Antônio. Um de seus amigos que o ajudava há tempos na banca lhe advertiu que o menino que trabalhava para ele o estava roubando, o que ele pôde constatar quando o mesmo foi pego guardando parte do dinheiro que havia acabado de receber de uma mercadoria vendida. O menino era filho de um amigo de Antônio, que havia pedido emprego para ele. Mas, agora para que se evite qualquer infração interna no seu negócio, Antônio chamou seu filho para ajudá-lo.

Outro exemplo permissivo do Estado diante do trabalho informal é referente ao *puxador*. Esse, embora não prescrito na lei, tampouco é contestada pelos agentes fiscalizadores do Estado, pois não são alvos constantes da PM⁶³, assim podem trabalhar abertamente na Rua, sem precisar fugir da fiscalização. E os contratos estabelecidos com os donos das lojas são, em sua maioria, contratos verbais. Nesse sentido, esse tipo de trabalho por ser considerado por muitos como vantajoso economicamente e por não ser considerado como ilegal, também passa por uma sanção moral de legitimação do trabalho por parte do Estado via Polícia Militar. Pois, se fosse considerado irregular, caberia à PM reprimir esse tipo de prática, e não é o que se nota, embora haja alguns PMs que rasgam as placas dos puxadores, essa não é a prática mais comum.

A discussão aqui realizada não considera o informal como ilegal, uma vez que longe de ser o resultado do funcionamento anormal ou amoral da sociedade, faz parte das possibilidades abertas em um mundo definido pela lei. Isto é legal/ilegal não é uma clivagem que permita diferenciar *a priori* setores de funcionamento do social ou universos preexistentes, mas sim que constitui o operador através do qual se produzem distinções, se reproduzem desigualdades e se aproveitam oportunidades (Rabossi, 2004:16). Entretanto, é

⁶²Prefiro utilizar a palavra aluguel com aspas pelo motivo de que a lei impede a transferência do ponto a outrem, entretanto a interpretação que faço é a de que quando cobra-se um valor de outro para que ele trabalhe, o que se transfere não é o ponto e sim a condução das transações comerciais.

⁶³ É preciso adiantar que o papel da PM na rua visa à repressão ao comércio considerado ilegal aos olhos da Prefeitura. Segundo Raul Mantovan, a Polícia Militar está na rua para agir em torno dos camelôs de rua que andam com mercadorias na mão, pois eles portam muitas mercadorias de proveniência ilícita. Esse ponto será discutido no capítulo V.

preciso considerar o legal/ilegal para a discussão, porque também estamos lidando com situações que passam pela sanção do Estado e pelo senso comum. Para se captar o sentido da legalidade em um universo tão repleto de relações, é necessário um esforço para perceber e entender os significados compartilhados pelas distintas moralidades, em meio à multiplicidade destas (Pires, 2010: 42).

Além disso, há determinadas práticas e *astúcias* atuadas pelos trabalhadores que passam pela chamada ilegalidade, isso porque o que separa o informal do ilegal é um *ethos* moral que é acionado pelos atores que circulam pelas ruas.

Muitas práticas passam a ser reconhecidas pelos trabalhadores como ilegais, mas são elas que ajudam na circulação de mercadorias, seja pela forma de aquisição que vem por meio de rotas alternativas, como aquelas já descritas por Pinheiro-Machado (2008), as quais visam alcançar o maior número de mercado consumidor, comercializando produtos mais baratos considerados “piratas”. Não quero entrar na discussão de que os produtos piratas são frutos de práticas ilegais, pois há uma vasta bibliografia tratando do assunto, mas o que nos interessa nesse momento é o modo como as moralidades da legalidade/ilegalidade são compreendidas pelos atores.

Diferentes formas de “flexibilização” informais participam da constituição de empresas econômicas “formais” e a informalidade ilegal de certas atividades econômicas pode dirigir-se, ao mesmo tempo, para “fachadas” formais ou mesmo mobilizar recursos em empresas legais. Múltiplas e complexas redes sociais se desenvolvem a partir dessas diferentes estratégias aquisitivas, legais e ilegais, relacionando “mundos” que o imaginário moral prefere considerar como inteiramente separado entre si (Misse, 2006:180).

Em uma das muitas discussões que presenciei na rua entre meus interlocutores, pude compreender que eles conhecem cada uma das legislações que regulam o comércio no país. Antônio e outro amigo estavam discutindo sobre as possibilidades de venda de produtos piratas. Para o amigo, é uma questão financeira que define o que é pirata ou não, por exemplo, para ele tudo o que se vende nos *Armarinhos Fernando* é pirata porque vem da China, mas ninguém apreende os produtos porque pertencem a uma grande rede. Indignado com as afirmações do colega, Antônio foi logo corrigindo-o ao dizer que nem tudo o que vem da China é pirata e por isso pode-se comercializar produtos chineses com autorização do governo brasileiro. “Diferente disso ó”, disse Antônio ao bater as mãos nos bonecos de desenhos

animados pendurados em sua banca. “Isso sim é pirata, porque mercadoria pirata é tudo aquilo que não tem nota, porque não paga imposto.” Antônio foi descrevendo o caminho realizado pelas mercadorias até chegar em sua banca. “São produtos fabricados na China que chega ao Brasil trazido do Paraguai” e aqui ele adquiriu com comerciantes específicos espalhados por toda a rua.

Nesse sentido, Antônio e outros trabalhadores reconhecem a “ilegalidade” de uma ação, como é o caso da vendedora de DVDs piratas Juliana, mas para ela não adianta querer acabar com a pirataria porque isso é algo que sempre vai existir. E é justamente pelo fato de o produto que ela comercializa ser considerado ilegal que é um dos mais perseguidos pela polícia, no entanto, é lucrativo e vale a pena correr o risco. Além disso, as perseguições ficam no nível da rua, os próprios fornecedores, muitas vezes, passam despercebidos pela fiscalização da Prefeitura. Além disso, parece que muitas vezes não há o interesse de acabar com a pirataria no sentido mais amplo, é preferível apreender a mercadoria do “pequeno” – no caso o camelô – e “fazer vista grossa” aos fornecedores, isso porque esse mercado de DVDs piratas pode ser compreendido como o que Michel Misse (2006) chama de *mercadoria política*. Essa, não necessariamente é econômico, mas pode ser compreendido como um sistema de dívidas hierárquicas que só sobrevive porque tem a proteção policial que se beneficia com esse sistema. Se pensarmos na lógica informal atrelada à ideia do ilegal, a partir da jurisdição brasileira, ainda segundo Misse:

Se todo mercado informal está necessariamente sujeito ao custo político de sua insubmissão à regulamentação estatal, o mercado informal que negocia com mercadorias ilícitas é fundamentalmente constituído, em seus custos e em seus benefícios, pela lógica de sua dupla ilegalidade. É um mercado criminalizado mais amplo que surge necessariamente quando seu núcleo informal criminal mais visível se expande. Não como dissociar, funcionalmente, a expansão regular do comércio de mercadorias ilegais, o emprego da violência na base das relações de poder e a expansão do mercado potencial de mercadorias políticas. [...] Enquanto “agência formal”, o Estado não foge, entretanto, às mesmas condições econômicas que podem impor aos seus agentes o estabelecimento de um mercado informal de serviços e mercadorias, cujo fundamento seja exatamente o controle, individualizado e ilegal, dos meios de administração da violência que a posição do Estado dá acesso. A “economia da corrupção” constitui, assim, outras redes de economia informal ilegal que, diferente das redes do tráfico, negocia com “mercadorias políticas” ilícitas e não apenas com mercadorias econômicas criminalizadas. (Misse, 2006:16)

É interessante, sobretudo, notar que as formas de gestão ajudam a complexificar o considerado legal, ilegal, formal e informal. Pois é no nível de negociações entre os atores

envolvidos e os agentes estatais que se disputam forças políticas e econômicas, estabelecendo hierarquias. A partir dessa concepção de “mercadoria política” descrita por Misse, podemos compreender o que foi a “máfia dos fiscais” ocorrida durante a gestão do Prefeito Celso Pitta⁶⁴ em São Paulo, como um jogo de forças que se produz dentro e fora das regulações oficiais (Hirata, 2010: 96).

Há outras formas de apropriação do ilegal que são condenados pelos próprios atores que se utilizam da chamada ilegalidade: é o caso dos *caletes*, como já descritos aqui nesta dissertação. Tanto o roubo de carga, o roubo de consumidores e as enganações das quais os chamados charlatões se utilizam para enganar os atores da rua são condenados pelos demais trabalhadores, pois é moralmente inaceitável. A própria ilegalidade possui um limite do aceitável para ser atuada na rua. Se por um lado é aceitável que se vendam mercadorias de proveniência ilícitas, na concepção dos trabalhadores, por outro lado é inaceitável que se aja má fé para enganar os atores.

A própria puxadora Beatriz, que já se utilizou de práticas consideradas moralmente ilegais, condena outras tantas práticas. Em nossas conversas ela me contava que era possível sempre tirar um lucro a mais cobrando um valor acima do pedido ao consumidor, e muitas vezes esse seu lucro passa despercebido pelo contratante, caso ele seja chinês e possua dificuldades de compreensão do português. Por outro lado, ela reclama dos “ladrões”, como ela mesma chama. São meninos que se fazem passar por puxadores e oferecem seus serviços aos consumidores, pedindo um adiantamento para levar a mercadoria solicitada até eles, mas não voltam e somem com o dinheiro que lhes é confiado. Para Beatriz essas ações prejudicam seu trabalho, pois depois muitos consumidores que foram enganados não voltam a confiar mais nos serviços dos puxadores.

Nesse sentido, é preciso levar em conta que não há somente uma hierarquização das práticas formais/informais e legais/ilegais, pois o que está em jogo é também um *ethos* moral, do que é mais ou menos correto em determinados contextos, em determinadas práticas, por atores específicos. A etnografia realizada por Pinheiro-Machado (2008) descrevendo o circuito realizado pelas mercadorias chinesas é um bom exemplo.

⁶⁴ Celso Pitta foi Prefeito da cidade de São Paulo de 1997 a 2001 pelo Partido Progressista. Durante sua administração, estourou o que ficou conhecida como a “máfia dos fiscais”, onde agentes do governo exigia propina de camelôs para deixá-los trabalhar sem realizar apreensões nem denúncias de ilegalidade do trabalho. Além disso, os fiscais facilitavam certas concessões aos trabalhadores, dependendo do valor da propina e se agiam de acordo com o que esperavam.

A rota China-Paraguai-Brasil percorrida pelas mercadorias ganha um *ethos* distinto em cada um dos movimentos realizados. As “muambas” vendidas no país vizinho e o caminho que ela faz de lá até os comércios populares brasileiros são próprios das economias informais. Isso porque há práticas que burlam o sistema de impostos sobre a mercadoria a ser vendida, bem como o modo como ela chega por aqui: por meio dos *sacoleiros*, ou outras redes de distribuição que fornecem às grandes galerias da região. Assim, os movimentos realizados pelos mercados informais vão se complexificando a cada novo destino, envolvendo todo um “tecido social, político e econômico” (Misse *apud* Pires, 2010:118).

Muitos dos produtos comercializados nos setores informais algumas vezes são vistos como aqueles que não precisam de muita qualidade e precisão. Além de estarem frequentemente associados à pirataria, os comerciantes optam por essa forma de venda, uma vez que pode ser o caminho mais rápido para atingir o mercado, que são menos burocráticos do que a economia formal. Porém, para que não haja tantos conflitos entre as duas partes envolvidas, cria-se um código de honra entre vendedor e consumidor estabelecido pela qualidade do produto, via acordo verbal, o que autentica o estatuto moral da transação.

É o caso de DVDs de filmes, CDs de música, jogos e programas de computador. Esses produtos são assinados por aqueles que vendem a fim de, não só autenticar sua venda, mas também realizar trocas caso o produto não seja de qualidade.

Esse setor da economia não possui um órgão fiscalizador especializado, ou melhor, formalizado. Entretanto, há uma malha de autoridades engajadas nesse modelo de crescimento, tanto para viabilizar as vias informais de comercialização dos mais variados produtos, como para reprimir essas ações consideradas “criminosas”.

Os artesãos, por exemplo, que se inserem na Rua, não são alvos da Polícia Militar. Os produtos por eles comercializados não são considerados piratas pelas autoridades, uma vez que não se enquadram no “Programa Cidade Limpa, Livre de Pirataria e Comércio Ilegal” e estão sendo esculpido (no caso de objeto de madeira) ou desenhado (no caso dos quadros de azulejo) naquele espaço. Ali se instalam sentados nas calçadas e trabalham diante da fiscalização sem a necessidade de fugir, porque eles possuem uma carteirinha de artista que lhes permite o exercício do ofício. Não cabe entrar na discussão de que essa arte também pode ser considerada como mercadoria, pois esse não é o foco do trabalho, mas para alguns artistas

a lógica da venda de serviços de entretenimento ou artesanato também opera na mesma lógica do mercado. Trago este exemplo como mais um complexificador desse mercado global.

Nesse embate entre o que o Estado considera como legitimamente pertencente às práticas formais e as inúmeras outras ações que circulam nas dobras do formal e do informal, cria-se muitas imprecisões que foram objeto de debates acadêmicos, a partir da década de 1970 no Brasil, para descriminalizar tais práticas.

Como nos sugere Kowarick (1994), é importante contestar o local reservado às práticas informais enquanto pertencentes à ‘marginalidade’, uma vez que a informalidade é consequência do próprio capitalismo excludente e que suas práticas, para Pinheiro-Machado, “promovem a circulação de renda em setores mais populares da sociedade, retroalimentando a economia”. (Pinheiro-Machado, 2008: 118). Longe de ser marginal, a economia informal é parte estruturante da economia global. Nessa economia existe um sistema estruturado de trabalho, auto regulável, marcado por lógicas e hierarquias próprias. No entanto, essas práticas são sustentadas, na maioria das vezes, somente pelo contrato oral e, assim, podem constituir sistemas frágeis (Pinheiro-Machado, 2008: 123).

Outras questões emergiram, como o questionamento da própria categoria de informal utilizada como prática dualista, em que ela não seria regulada pelo Estado, enquanto que a formal sim. Desse modo, reforçaria uma ideia estática entre as práticas que compõem uma economia mais geral. Não dá para compreender a informalidade, somente em oposição à formalidade, uma vez que há uma interpenetração constante entre as duas práticas (*idem*).

Ao falar de mercados informais, não estamos excluindo as outras possibilidades formais de trabalho. A interconexão entre o formal e o informal, também pode ser compreendida a partir da metáfora de cidade como “bazar” cunhada por Ruggiero e South (1997). A ideia de bazar está vinculada ao imaginário do “orientalismo” e é utilizada para descrever as intersecções entre os mercados formais e os mercados informais, ilegais ou ilícitos (Telles, 2009). Utilizar o bazar para pensar em alguns mercados econômicos nos possibilita entender que as fronteiras entre o formal e o informal são incertas e estão constantemente em transformação, pois os trabalhadores perpassam pelos dois setores integrando-os, muitas vezes, além de conseguirem melhor desenvolver os trabalhos nas ruas.

Muitos dos trabalhadores da rua não têm muitas condições financeiras de adquirirem produtos caros ou mesmo de locar um espaço regularizado no urbano, desse modo, eles se

apoiam nos setores formais, para comprar diversos produtos e revendê-los aos consumidores que transitam pela cidade. Por várias vezes esses produtos não têm proveniência ilícita, no entanto o modo como são comercializados não são bem vistos aos olhos de agentes do Estado.

Além disso, a ideia de bazar também nos sugere uma movimentação desses mercados que perpassam pelo ilegal. Tudo que está na lógica do mercado pode ser negociado, ajudando na organização social dos atores e mercadorias.

É justamente nas fronteiras destes mercados formados entre o legal e o ilegal, o formal e informal, que transitam, de forma descontínua e intermitente, as figuras modernas do trabalhador urbano, lançando mão das oportunidades legais e ilegais que coexistem e se superpõem nos mercados de trabalho. Oscilando entre empregos mal pagos e atividades ilícitas, entre o desemprego e o pequeno tráfico de rua, negociam a cada situação e em cada contexto os critérios de aceitabilidade moral de suas escolhas e seus comportamentos. É isso propriamente que caracteriza o bazar metropolitano: esse embaralhamento do legal e ilegal, esse permanente deslocamento de suas fronteiras sob a lógica de uma forma de circulação, as “mobilidades laterais”, de trabalhadores que transitam entre o legal, o informal e o ilícito, sem que por isso cheguem necessariamente a se engajar em “carreiras delinquentes” (Hirata, 2010: 101).

Essa concepção de bazar nos ajuda a compreender que há diversas práticas nos mercados econômicos que se dispõem de uma série de táticas que perpassam pelas mais variadas redes de formalidade, informalidade e ilegalismos, e são essas que ajudam a movimentar e criar novas formas de movimentação das riquezas e dos trabalhadores urbanos. Vera Telles (2009) descreve a configuração de redes de conexão composta por migrantes que não têm a intenção de permanência no país onde trabalha naquele dado momento. Eles veem sua inserção no mundo do trabalho como possibilidades de trocas e comércios, são os assim chamados pela autora de “formigas da mundialização” ou “novos nômades da economia subterrânea”. Esses trabalhadores praticam o *commerce à la valise* (Tarrus *apud* Telles, 2009), eles circulam em territórios ancorados por redes de sociabilidades, familiares e de proximidades, por onde também perpassam diversos produtos.

Se a circularidade e o acesso a muitas mercadorias são possibilitadas pelo trabalho desses migrantes, isso se deve ao fato da competência circulatória que possuem, na medida em que desviam das barreiras da fiscalização legal, como é o caso de produtos piratas. Nessa última situação, a circulação de produtos falsificados podem até ser incentivados pelas grandes marcas com o objetivo de popularizar a mercadoria em regiões que seriam privadas

do comércio se não fossem essas “formigas da mundialização”. Desse modo, esses migrantes ajudam a caracterizar a cidade bazar, onde as fronteiras entre o formal e o informal, o legal e o ilegal são incertas; além de ativar as redes circulantes de bens e pessoas, descentralizando o consumo, expandindo os mercados para as áreas mais periféricas do planeta.

Nessa cidade bazar, em que a diversidade é um dos elementos presentes nos chamados mercados globais, a produção de alteridades também está inscrita nas relações entre esses diversos migrantes que participam da mundialização da economia informal, bem como da circularidade de produtos.

Os vendedores de rua que participam do setor informal, por exemplo, são responsáveis por dar acesso a muitas mercadorias aos consumidores, já que há um baixo valor atribuído ao produto se comparado com o mesmo que é vendido na loja. São eles também que ajudam a movimentar a economia em diversos setores da sociedade, principalmente daquele que os cerca.

5.2 O informal na organização urbana

A partir da década de 1970, as grandes metrópoles estavam passando por processos de desindustrialização (Caldeira, 2003), expulsando parte da mão de obra para as periferias das cidades. Não encontrando alternativas de emprego nos setores formais, ou os empregos que conseguiam não lhes dava o retorno financeiro esperado, muitos trabalhadores precisaram se arriscar em outras formas de se obter um orçamento, ou seja, nos chamados setores informais, ampliando suas práticas.

Mas é preciso que se pense para além do desemprego, pois se esse ajuda no crescimento da economia informal, há também que considerar um *ethos* que permite aos atores ambicionarem o desejo de ser o patrão, legitimando socialmente o trabalho informal.

Para Vera Telles (2009), a cidade vem se alterando e se redefinindo pelos modos contemporâneos de produção e circulação de riquezas, os quais ativam vários circuitos de uma economia informal, mobilizando o *trabalho sem forma* (Oliveira, 2003), onde as fronteiras do informal, do ilegal e do ilícito são incertas. De modo que muitos trabalhadores que se lançam a essa alternativa de trabalho são obrigados a atuar entre o que se considera formal e o informal.

Nesse sentido, não podemos nos restringir à explicação de que os trabalhos informais estão inscritos num campo da economia onde as transações não estão regulamentadas pelo Estado. O campo da informalidade não pode ser lido de modo autônomo, mas no intercruzamento entre outros setores da economia. As fronteiras entre o formal e o informal são incertas e estão constantemente em transformação, pois os trabalhadores perpassam pelos dois setores integrando-os muitas vezes.

Na medida em que os trabalhadores “jogam com o terreno que lhe é imposto, tal como o organiza de uma forma estranha” (Certeau, 2009: 94), compreendo assim, um modo encontrado pelos trabalhadores informais de se utilizarem das *táticas e astúcias* do poder público a seu favor. Eles atuam nas margens dos poderes estabelecidos na rua e ainda se utilizam do setor formal da economia para ampliar seus negócios. Uma vez que é justamente nesse comércio formal que eles procuram, na maioria das vezes, uma mercadoria pra vender, ou é mesmo aqui se agenciam formas de trabalho informal.

O entrecruzamento existente entre os dois tipos de economia, formal e informal, se inscreve na atuação desses puxadores, pois eles são contratados pelos agenciadores de lojas – por mais que eles sejam contestados enquanto sua legalidade pela venda de mercadorias “piratas”, principalmente se se encontram dentro de determinadas galerias, onde a venda de produtos sem nota é uma prática comum. Isso porque para obter um *box* ou uma galeria, em teoria, é preciso prestar contas ao governo, pagando impostos e com a existência do CNPJ.

Nesse sentido, as mercadorias vendidas podem chegar por meios menos burocráticos próprios da economia informal e alcançar os consumidores através da atuação dos puxadores.

Os trabalhadores que atuam via agenciamento muitas vezes trabalham com produtos que requerem um alto poder aquisitivo para se realizar a revenda, e se não fosse por essa forma de atuação, talvez eles não conseguissem trabalhar com essas mercadorias, pois existem determinados caminhos para se conseguir a mercadoria que muitas vezes não são fáceis de alcançar.

Em resumo, a informalidade é um conceito que sempre precisa de revisões e transformações, na medida em que os mercados informais estão cada vez mais modernizados e conectados globalmente. Além disso, cada Estado possui uma legislação dizendo o que é “irregular” e o que não é. Assim, de acordo com a legislação brasileira, uma coisa que pode

não ser “legal”, no Paraguai o é. “De fato, são as elites estatais quem têm mantido ao longo dos séculos, o monopólio de definições e regulamentações da legalidade/ilegalidade”⁶⁵.

Diante de toda essa complexidade em que se inscreve o conceito da informalidade, sendo ele associado, frequentemente, ao ilegal, a intenção nesse trabalho é compreender como não há um consenso em sua definição e como a informalidade aparece como mais uma opção ao trabalho. É um conceito ainda em (re)formulação, necessitando sempre de revisões, principalmente ao se considerar a partir de qual contexto se observa.

Os trabalhadores informais lançam mão de determinadas *astúcias* características do “trabalho sem forma”, mas que ao mesmo tempo estão apoiadas nos setores formais, como a compra de produtos regulamentados em lojas que obedecem às normas previstas nos códigos legais para comercializar nas ruas. Aquilo que é considerado formal, pode se transformar no informal, ou vice-versa. Isso dificulta na identificação do sentido das práticas, até mesmo porque suas ações estão carregadas de *táticas* e *astúcias*, sejam diante dos consumidores ou dos agentes estatais. Além disso, o entrelaçamento do formal/informal também se dá no percurso que, por exemplo, uma mercadoria ou serviço caminham ainda mais numa economia tão globalizada em que se é preciso percorrer vários destinos, enfrentando distintas legislações, as quais ditam as regras da legalidade/ilegalidade.

A importância de se pensar na concepção de informalidade é porque compreendo que os mercados informais são importantes à economia e como forma de organização social de muitos trabalhadores. Entretanto, pensar na informalidade não é uma tarefa fácil, não só porque envolve inúmeras práticas que se diferenciem entre si, mas porque muitas vezes ela está atrelada, no senso comum (Noronha, 2003), a uma manifestação de trabalho residual e vinculada ao “injusto”. Isso porque se considera que aqueles que praticam a informalidade não pagam impostos sobre o produto vendido como outros comerciantes, o que não é de todo certo, pois muitos *camelôs de banca* pagam uma taxa de imposto à Prefeitura, do contrário, podem ter sua banca recolhida.

De todo modo, se compreendermos que cada um dos trabalhadores, ao adquirir uma mercadoria está pagando um preço em que já está incluído imposto, pode-se considerar que essa afirmação seja escorregadia, isto é, não pode ser definidor da sua ilegalidade. Igualmente,

⁶⁵ De hecho, son las elites estatales las que han mantenido, a lo largo de los siglos, el monopolio de la definición y regulación de la legalidad/ilegalidad (Ribeiro, 2007: 10)

não podemos apenas depender da oposição que o informal faz ao formal. Nesse sentido, penso que a melhor forma de tratar a informalidade é explicar os seus múltiplos usos uma vez que as práticas desses trabalhadores que circulam nesse campo da economia, não são puras, elas estão carregadas de formalidades jurídicas e morais.

5.3 Fronteiras entre o Formal e o Informal

Quando falamos em limites, não nos referimos apenas aos limites territoriais. Estamos mencionando a delimitação entre o que é familiar e seguro, e o que é estranho e perigoso. Nesse sentido, “a fronteira é o limite diacrítico que marca as diferenças”⁶⁶ e sua constituição, como nos sugere Frederik Barth (2000), busca separar social e politicamente o *outro*, para que desse modo, se possa constituir também a si mesmo. Ou seja, a construção de uma fronteira é, sobretudo, a construção do distinto. Entretanto, é importante ressaltar que esses limites impostos às fronteiras não são fixos, pois eles se movimentam de acordo com o movimento dos atores, caminham juntamente às alterações ocorridas nos diversos níveis sociais, culturais e políticos. Isso porque os atores também não são estáticos, eles participam de mais de um grupo socialmente constituído, mobilizando distintos repertórios de regras e condutas, criando limites e modos de travessia.

A constante produção de alteridades, como forma de ver o outro enquanto diferente, está presente no nosso cotidiano e acompanha o processo de mudanças das fronteiras, o que muitas vezes pode causar confusões no modo como concebemos o meio ao qual estamos inseridos. O outro (seja ator, costume, lei, moral) causa estranhamento e medo, pois existe o temor pelo diferente, isso porque não podemos controlar aquilo que não conhecemos. Ao mesmo tempo, há certa atração por aquilo que não conhecemos.

Tolosana (1994) nos demonstra como o temor pela invasão do outro tem causado maneiras de erguer cada vez mais fronteiras para separar a vida ordenada da desordem. Foi o temor pelo outro que fez com que os chineses construíssem a Muralha da China, e os estadunidenses construíssem o imenso muro que separa a Fronteira entre México e Estados Unidos descrito por Pablo Vila (2000).

⁶⁶Tradução minha. Lê-se no original: *la frontera es el limen diacrítico que marca las diferencias* (Tolosana, 1994: 77)

O fato é que as variadas maneiras de concepção de fronteiras são construções feitas pelos atores como forma de impor limites, os quais obedecem a classificação de elementos que fazem parte de um específico repertório cultural. Isso é, pelo menos, arbitrário na medida em que existe uma hierarquia social e política que julga o que é mais ou menos pertencente àquela dada realidade. “A dinâmica da vida social é um processo complexo e contraditório, no qual toda a imposição de regras está ligada a uma relação de poder político e econômico” (Mafra, 2008:203). Assim, a produção de diferenças poderia estabelecer fronteiras sociais, políticas, morais e simbólicas; bem como colocar em perigo toda a organização e funcionamento de uma sociedade, a qual poderia ser visto a partir de uma grande desordem.

Mary Douglas, em seu livro *Pureza e Perigo* (2010), busca demonstrar como aquilo que é considerado impuro permeia a desordem e pode colocar em perigo uma dada sociedade. Mas, para a autora, nada é impuro por si mesmo, a impureza ou sujeira está nos olhos de quem vê e ela representa um temor a este. Aquilo que é impuro ofende a ordem e “eliminá-lo não é um movimento negativo, mas um esforço positivo para organizar o ambiente” (Douglas, *op.cit.*: 12). Pensando na mesma lógica da eliminação da sujeira, ou da constituição do que é puro e impuro, procuro pensar a construção das fronteiras presentes na vida social, sobretudo nas fronteiras existentes entre os chamados mercados informais onde a Rua 25 de Março se encontra.

Ainda para Douglas, o universo é dividido entre coisas e ações sujeitas a restrições e outras que não o são. Aquelas que são destinadas às restrições têm por objetivo proteger uma área ou situação divina da profanação. As regras existem para que se possa proteger a divindade e aquilo que é considerado impuro é uma maneira perigosa de contato que pode causar a desordem.

Situação semelhante ao que ocorre com organização do espaço público urbano. Embora não seja considerado um espaço divino, o meio urbano tem por característica ser resguardado e protegido pelos setores públicos.

Durante as madrugadas na rua, considero que há um momento excepcional da vida urbana, não apenas porque é permitido o livre comércio, mas porque é a hora onde a rua passa por uma espécie de higienização para ser “aberta”, ou melhor, apresentável aos consumidores e ao comércio legal e oficial durante o dia. Ao chegar na rua por volta das 4:30 da manhã, é

possível ver uma imensa movimentação já nessas primeiras horas do dia, mas nem todos que estão ali são trabalhadores no comércio informal.

Logo na Rua da Cantareira, onde se localiza o Mercado Municipal de São Paulo, caminhões estacionam em frente ao estabelecimento e realizam a descarga de frutas, verduras, legumes para serem vendidos mais tarde. Há uma variação grande de produtos que saem dos veículos, além disso a limpeza dentro do mercado e fora dele está à todo vapor. A quantidade de garis e sacos de lixo cheios espalhados pelas ruas do local é muito significativa, ademais do caminhão da prefeitura que passa jorrando água para que o chão fique mais limpo. Naquele momento todo o lixo que é depositado em vias públicas, seja em ocasião do comércio ou de demais atores que descartam o que quer que seja, é retirado da rua com um intenso trabalho, pois próximo das 6 horas da manhã já não há mais garis e aquilo que é considerado sujeira por muitos, são apenas os resquícios da feirinha da madrugada recém fugida do local.

Nesse sentido, o excepcional e as margens se constituem no momento em que o invisível se apresenta, o momento em que o informal e o ilegal são evidenciados a partir da permissão do Estado de se realizarem. A limpeza da rua durante a noite é a preparação do palco onde os atores encenarão, mais tarde, as suas tramas diárias. As madrugadas podem ser compreendidas a partir do relaxamento das regras do estado que cria não apenas regulamentações, mas também permissões. Entretanto, não é um espaço qualquer, mas aquele considerado com o do impuro, onde ainda não está limpo o suficiente para que o dia se inicie dentro das regras estatais.

Com isso, elabora-se uma série de regras em que os cidadãos devem respeitar, como é o caso do programa "Cidade Livre de Pirataria e do Comércio Ilegal" em que o Prefeito da cidade de São Paulo, Gilberto Kassab, afirmou que “se há algo nocivo às cidades é o comércio ilegal”. Isso porque esse comércio mantido pelos setores informais é responsável, aos olhos da Prefeitura, pela falta de geração de empregos e pelo comércio de produtos piratas considerados prejudiciais à economia, bem como o trabalho do camelô sustenta a desordem na rua.

Trabalhadores informais que veem o espaço urbano como ambiente de trabalho, são vistos por alguns consumidores que frequentam a Rua 25 de Março, bem como a administração pública como baderneiros, desordeiros, ladrões, o que nem sempre corresponde com a atividade de fato de cada um dos ambulantes. Mas se assim são vistos é porque eles

afrontam gestões da ordem organizacional da cidade e da sociedade. Suas condutas não estão regidas por lei, suas ações são reguladas por meio de um contrato moral que não é o mesmo dos setores dominantes e reguladores legais da cidade. Esse contrato se dá via acordo verbal entre os próprios trabalhadores e aqueles a quem eles prestam serviços.

Para os órgãos públicos, um modo encontrado para regulamentar a ação dos setores informais é por meio de códigos repressivos que buscam ordenar o espaço público e afastar os trabalhadores desse tipo de mercado confiscando suas mercadorias consideradas de proveniência ilícita. O que muitas vezes não consegue acabar de fato com as atividades informais, pois os atores se utilizam de táticas para atravessarem a fiscalização e assim conseguem manter, mesmo na insegurança, seu trabalho. Isso porque, no interior dessas atividades informais há modos de organizá-las e estabelecer hierarquias. Ou melhor, modos de estabelecer travessias nesse mundo permeado pelo perigo, que se encontra à margem, entre a exclusão total e a inserção e aceitação social.



Figura 330 Policial Militar, julho de 2013

Os mercados informais parecem viver nessa constante transição que é característica das situações de fronteiras. Tolosana (1994) ao fazer referência ao *Dhwer* nos ajuda a compreender como os limites entre a informalidade não são exatos. *Dhwer* é um dos significados mais antigos do mundo indo-europeu que significa *portão da fronteira*:

“O limite entre o interno e o externo, o símbolo da comunicação e separação de um mundo com o outro. Essa dicotomia da segurança, do poder e da tranquilidade vem de

dentro; o mundo estranho e hostil, o inculto, o espaço deserto e o selvagem estão do outro lado, de fora, pertencem ao exterior, ao âmbito do desconhecido e temível.”⁶⁷

A informalidade não está nem dentro nem fora da estrutura, ela tem por objetivo demarcar os limites do formal e inserir no mundo do trabalho uma série de atores que não conseguem empregos regulamentados, ou que querem outra opção de trabalho e, ainda, ajuda a movimentar a economia dos bens de consumo por ela vendida.

No caso da Rua 25 de Março, cria-se um mercado de bens de consumo para suprir as necessidades dos trabalhadores que desenvolvem atividades na Rua. Há os fornecedores de marmitta, de café da tarde, a vendedora de doces e frutas, bem como a feirinha de frutas e legumes voltada aos orientais. São atividades propriamente destinadas aos trabalhadores da Rua, pois seus horários são preestabelecidos e restritos. Ao meio dia um garoto passa com o *pesado* repleto de comida nas bancas oferecendo aos camelôs; por volta das 14h é o momento da moça que vende doces; às 16h uma senhora passa oferecendo o cafezinho da tarde aos trabalhadores da Rua. Ainda há as vendedoras de produtos de catálogos como *Avon* e *Natura*, mas que assim como os demais vendedores de comida, sua venda é destinada aos *camelôs* e *puxadores*.

O trabalho informal como um *portão da fronteira* representa a entrada para um mundo de insegurança, mas em que vale a pena correr riscos. A insegurança aparece em muitos momentos, pois não se sabe quando a fiscalização vai aparecer, nem mesmo quanto tempo ficará na rua para conseguir cumprir o orçamento diário. A permanência do trabalhador na rua depende de como anda a movimentação dos consumidores, se o policiamento está mais ou menos calmo e também se a mercadoria escolhida para a venda do dia está de acordo com as vontades e necessidades mercadológicas do momento.

A presença de ambulantes na Rua 25 de Março e em muitos outros comércios populares descritos em demais etnografias⁶⁸, é quase que imperativo à presença de

⁶⁷ “es el límite entre lo interno y lo externo, el símbolo de la comunicación y separación de un mundo con el otro. En esta dicotomía la seguridad, el poder y la tranquilidad van con lo de dentro; el mundo extraño y hostil, lo inculto, el espacio desierto y lo salvaje están al otro lado, al de fuera, pertenecen al exterior, al ámbito de lo desconocido y temible” (Tolosana, 1974:76)

⁶⁸ Ver: Pires, Lenin. *Arreglar não é pedir arrego*. Tese de Doutorado UFF 2010 e *Esculhamba mas não esculacha: Um relato sobre os usos dos trens urbanos da Central do Brasil, no Rio de Janeiro, enfatizando as práticas de comerciantes ambulantes e conflitos existentes entre estes e outros atores, naquele espaço social*. UFF Dissertação de Mestrado 2005; Rabossi, Fernando. *Nas ruas de Ciudad del Este: vidas e vendas num mercado de fronteira*. Tese de Doutorado, Museu Nacional RJ, 2004; Ramires, Francisco. *Severinos na Metrópole*, Dissertação de mestrado USP, 2001; Ostrower, Isabel. *Fazendo do limão uma*

policiamento na região, fazendo com que muitos dos atores que circulam por esses locais vivam momentos de apreensão. Além disso, o tumulto que é gerado pelo excesso de trabalhadores informais e consumidores, muitas vezes é aproveitado por ladrões para assaltarem tanto um quanto outro. Os quais dificilmente são pegos pelo policiamento excessivo da rua, até mesmo porque não é para o serviço de segurança que a PM foi “contratada” e sim para reprimir o comércio “ilegal”. Isso, mediante falas de alguns PMs, assim como do próprio responsável pela fiscalização da Subprefeitura da Sé. A função da PM nesse espaço não é a de fiscalizar, mas a de reprimir o comércio do irregular, visto que o controle das bancas permitidas pelo poder público é responsabilidade da Prefeitura.

O trabalhador informal vive num estado de transição entre o setor formal e o informal estando sujeito a uma série de perigos, “simplesmente porque a transição não é nem um estado e nem o seguinte, é indefinível. A pessoa que tem de passar de um para o outro, está ela própria em perigo e o emana a outros” (Douglas, 2008: 120). A compra das mercadorias a serem vendidas se dá no mercado formal, mas o modo como é revendida nas ruas é característica da informalidade.

Ou seja, atravessam constantemente o *portão da fronteira* para depois retornarem à condição social vista a partir da marginalidade, da desordem e da insegurança. Entretanto, ao mesmo tempo em que os setores informais contestam a ordem e os padrões estabelecidos pelo Estado, também fornecem meios para que a ordem seja restabelecida, na medida em que para restabelecê-la é preciso realizar restrições, erguer fronteiras, é preciso negociar. O Estado, ao mesmo tempo que reprime, ele também permite o comércio informal e a possibilidade de existência de tal atividade.

A lei aparece como técnica privilegiada de inscrição dos limites. Sanciona e define espaços, entidades e ações – direitos e deveres – sobre outras entidades – coisas e pessoas. Se, por um lado, os limites se desdobram apesar das sanções e das definições, uma vez que as definições foram sancionadas, transpassar o limite por ela traçado supõe fazer algo ilegal. (Rabossi, 2004: 277).

E, apesar de a informalidade ser considerada como nociva para os modelos existentes, também demonstra potencialidade, seja promovendo a circulação de bens, de dinheiro, seja divulgando marcas que, se não fossem pelos trabalhadores ambulantes, poderia ficar no

limonada:moralidades, estratégias e emoções entre vendedores ambulantes nos ônibus do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado, Museu Nacional RJ, 2007.

desconhecimento do grande público. “Simboliza tanto perigo quanto poder” (Douglas, 2008: 117).

Em muitos momentos o lugar do “perigo” caracterizado pelo informal vale a pena. São muitos os donos de *boxes* da região que aproveitam vários momentos, como a feirinha da madrugada e o dia de domingo, para a venda. Eles também são os agenciadores dos puxadores, bem como de outros camelôs de rua e de banca. Conheci uma banca na Rua 25 de Março em que o seu “dono⁶⁹” também tinha um espaço em um shopping na região.

É importante lembrar que pelo fato de não haver uma prescrição do que seria a informalidade nos códigos de leis brasileiros, isso ajuda que não se tenha uma definição exata do que está ou não inserido no campo dos setores informais, do que se concebe ou não como atividade informal e quem a vê dessa forma. As práticas informais estão sendo ressignificadas pelos atores que a praticam, ainda mais nessas cidades em que há uma intensa fiscalização, fazendo com que os trabalhadores repensem suas formas de atuação e formas de atravessar as imposições estatais.

Os próprios agentes fiscalizadores também repensam suas formas de atuação, bem como existem níveis de compreensão, de apreensão e de repressão de acordo com a situação. Pois há momentos de mais tolerância com os trabalhadores, como há momentos de mais recrudescimento frente ao trabalho “ilegal”, uma vez que há interpretações distintas do que seria esse trabalho.

5.4 Fronteiras na região da Rua 25 de Março

A Rua 25 de Março pode ser compreendida como um mercado global onde há uma série de fronteiras que nela perpassam, principalmente aquelas que interligam as economias formais e informais, como descrito no tópico anterior. Todas essas fronteiras existentes se constituem a partir de hierarquias estabelecidas entre as classificações construídas acerca dos trabalhadores informais de um lado, e do outro a administração pública e os órgãos de fiscalização.

⁶⁹Faço referência à palavra dono com aspas, pois embora o sindicato da categoria alegue que não exista casos de alugueis de banca, pude verificar que essa é uma prática constante, principalmente se o verdadeiro dono do local está inserido na categoria “A” e não pode ir trabalhar. Assim, a própria lei permite que ele eleja alguém de sua confiança para desempenhar sua função. Entretanto, a prática mais comum é a de locação do chão, e o valor do aluguel varia de rua para rua no complexo comercial da Rua 25 de Março.

Segundo Andaldúa (2007), a fronteira é lugar da assimetria de poder. No caso do complexo comercial da Rua 25 de Março, aqueles que têm respaldo do poder público e detêm o monopólio do uso da força acabam por expulsar os mais marginalizados e mais vulneráveis das regiões centrais da cidade de São Paulo, tratando o trabalho informal, não como uma deficiência na política de geração de empregos, mas sim como caso de afronta à ordem moral da cidade.

Essas fronteiras, que aparentemente se constituem enquanto fronteiras simbólicas e econômicas passam a compor também uma fronteira territorial.

Além dos trabalhadores se encontrarem numa situação de informalidade, muitas vezes parece que nem mais essa possibilidade está dada. Para muitos dos trabalhadores da rua que estão sofrendo com a intensa fiscalização, o jeito é “partir pra outra” no campo de compreensão de um *ethos* moral do ilegalismo: roubar. Como é o caso de Tatiana, que trabalha como camelô de rua vendendo água na rua há três anos. Ela decidiu seguir esse caminho depois que saiu da cadeia para tentar ajeitar a vida. “Mas, vida de camelô é pior que vida de bandido. Os caras nem são polícia, eles fizeram curso pra pegar camelô.”

Assim como com Tatiana, a história se repete com outros amigos do camelô Lucas. Segundo ele, muitos de seus amigos deixaram de trabalhar e hoje foram se arriscar no mundo do crime porque eles têm casa e filhos para sustentar e se a polícia fica “embaçando” o serviço deles, logo precisam encontrar outras vias para se manterem.

A reconstituição de fronteiras territoriais a fim de regular o espaço urbano limpo e ordenado, acirra a reorganização das fronteiras econômicas e sociais dos atores que frequentam as regiões centrais da cidade. Isso porque, ao que parece nesse momento tão recente de São Paulo⁷⁰, a reestruturação do centro não obedece propriamente os princípios de uma cidade democrática de direito na medida em que procura realizar políticas de segregação sócio espacial, as quais expulsam a população mais pobre, desafiadoras da “ordem”, para regiões cada vez mais periféricas, ao mesmo tempo abraça a especulação imobiliária que enobrece o centro por meio de fortes investimentos econômicos.

O enfrentamento entre Prefeitura e trabalhadores informais (poderíamos também fazer referência aos usuários de crack da cracolândia, bem como os moradores de ocupações

⁷⁰ A partir da década de 1980. Ver: CALDERA, Teresa. *Cidade de Muros*. São Paulo: Ed. 34, 2011.

urbanas) demonstra, talvez, uma nova tendência urbana: a de retorno dos investimentos públicos e privados aos centros urbanos outrora abandonados.

O que se tem notado desde o período de redemocratização do país é que a cidadania, muitas vezes não acompanha o processo democrático, evidenciando os próprios limites da democracia plena. Os meios para se atingir a democracia são deficientes e acabam, por vezes, violando o estado democrático de direito. Isso porque o espaço urbano passa a ser “reservado” àqueles que têm mais condições de acesso a determinados serviços, deixando uma série de trabalhadores na informalidade, muitas vezes se apresentando mediante certa exclusão, na medida em que a rua não é proporcionada pelo Estado, ou seja, formalmente como lugar comum de trabalho. Embora isso não seja tanto um problema aos camelôs que se utilizam de *astúcias* para a prática de seu trabalho, eles sofrem, muitas vezes, com a repressão policial contratada justamente para inibir esse tipo de comércio. Segundo Raul Mantovan, a Prefeitura de São Paulo sofre pressão por parte de lojistas que não querem ambulantes nas portas de seus estabelecimentos. Além disso, já houve tentativas de solucionar o “problema” da Rua 25 de Março propondo que se fechasse a rua, o que permitiria maior liberdade de circulação dos consumidores, algo que foi embargado pelos lojistas que alegam que o fechamento da rua prejudica a carga e a descarga de mercadorias.

Nesse sentido, é possível notar que a democratização do espaço urbano não se apresenta para todos.

As políticas de higienização urbana, apresentadas oficialmente como políticas de revitalização do centro da cidade de São Paulo, adotam medidas que deixam à segunda vista conflitos sociais de geração de emprego para se tornar questões militares, que ao mesmo tempo, não dão conta de toda a complexidade que cerca aquele mundo. O que nos faz pensar como a região central, muitas vezes adota medidas características de zonas fronteiriças entre dois países, como é o caso Brasil/ Paraguai.

Muitos trabalhadores informais ainda resistem à intensa fiscalização, o que demonstra que, apesar dos limites impostos pelo poder público ou mesmo pelos setores da economia formal, eles conseguem movimentar as fronteiras arbitrárias criadas como modo de separar o afrontamento à ordem pública causado pelos camelôs da nova ordem gerada pela “revitalização”.

É questionável, ainda, o termo *revitalização* para se referir a essas políticas de higienização urbana. Pois, ao adotar o termo, também assumimos o discurso do poder público de que o centro de São Paulo não possui vida, ignorando os atores que circulam pela região e justificando as políticas da “ordem” com a presença da PM. Nesse sentido, caberia a polícia e a essas políticas de “revitalização” trazer, novamente, vida ao centro.

Constantemente, esses trabalhadores atravessam o *portão da fronteira* interligando seus atores e ampliando o mercado de trabalho escasso. E as fronteiras estabelecidas entre os dois tipos de economia que são acionados como demarcadores de diferenças no exercício de trabalho desses atores também se demonstram muito porosas, na medida em que uma se apoia na outra, uma interpenetra na outra proporcionando maior expansão das vendas dos variados produtos.

As políticas adotadas pelo setor público, baseadas em ações de controle e segregação do espaço urbano, podem gerar consequências desastrosas para a vida na cidade. Além do acirramento da violência e da formação de uma opinião pública a partir dos estereótipos que estigmatizam os sujeitos, como sugere Mafra (2005), o discurso de acusação de violação da ordem encobre as verdadeiras políticas que envolvem a prática policial de repressão, ou seja, de higienização.

CONCLUSÃO

Ao longo do desenvolvimento desta dissertação minhas preocupações estavam centradas na compreensão das diversas formas de trabalho inscritas no chamado mercado informal da Rua 25 de Março.

O esforço em procurar sistematizar a diversidade de trabalhos que se inscrevem na rua, suas ressignificações e adoção de *astúcias* para desempenhar suas vendas, esteve centrado na ideia da dinamicidade desses mercados e que, por sua vez, se utiliza das diversas *situações* que são apresentadas aos atores, de modo que eles consigam trabalhar. Nesse sentido, a complexidade e as reapropriações do espaço urbano, feitas pelos diversos atores na Rua, ajudam na forma como cada um dos atores utiliza *táticas* e *astúcias* para desempenhar seus trabalhos.

Assim, as formas de pertencimento situacional produzidas na rua passam a ser constituídas a partir da construção de alteridades, principalmente nos enfrentamentos e negociações com os agentes do Estado e com a chamada economia formal.

Cada um desses atores opera um jogo identitário que se configura a partir das cenas atuadas, as identidades não são fixas, muito menos unas. Se compreendermos que elas são frutos de relações sociais e políticas, como nos faz pensar Barth (2000), então podemos compreender que os conflitos constitutivos da vida social são elementos configuradores das identidades assumidas no âmbito da rua. Desse modo, de acordo com a situação enfrentada, uma nova forma de pertencimento é assumida ou reconstruída. Há aquelas que são configuradas no interior da categoria dos trabalhadores informais, com objetivo de marcar diferença entre eles próprios e frente aos consumidores, principalmente referente à forma de atuação de cada trabalhador. Como é o caso do *puxador*, que possui uma forma de trabalho que é diferente dos demais trabalhadores informais, uma vez que eles aparecem como prestadores de serviço aos lojistas e donos de *box* da região. Além de possuírem formas de trabalho que, embora estejam alinhadas em um *status* próprio da informalidade e sofram com certos preconceitos característicos dessas atividades, eles não são criminalizados na maioria das vezes, no tocante à *situação*.

De outra forma, os *camelôs de banca* da Rua 25 de março se organizam atuando de modo muito característico. Assim como os *puxadores*, eles não são perseguidos pelo

policiamento do local, pois os responsáveis pelo seu controle são os fiscais da Prefeitura que controlam o pagamento das TPUs e, algumas vezes, passam pelas bancas inspecionando se o proprietário legal está no local. Entretanto, há certas dificuldades nessa fiscalização, pois alguns dos trabalhadores são deficientes físicos e, mediante a legislação, eles não precisam permanecer na rua todo o tempo de trabalho, atribuindo ao seu *auxiliar* às funções do comércio.

A classificação dos *camelôs de banca* também ajuda na demarcação, não só de formas de atuação (que até certo ponto é tranquila diante do policiamento militar), mas também no jogo identitário. Na medida em que esses camelôs, que possuem licença para trabalhar, se diferenciam entre si mediante a classificação legal de categorias de “deficientes físicos de natureza grave”, “deficientes físicos de capacidade reduzida” e os “fisicamente capazes”. Os primeiros tendo privilégios sobre os segundos e esses sobre os terceiros, diante do processo de atribuição de TPU, o que gera muitas vezes confusões no momento de escolha do ponto de trabalho. Entretanto, quando estão diante de uma situação de conflito com o poder público municipal as diferenças entre eles aparecem como forma de legitimação do direito ao trabalho, assim como também podem desaparecer. Os chamados “sadios”, juntamente com os ambulantes categorias “A” e “B”, acionam as debilidades dos considerados “deficientes físicos”, para garantirem seus trabalhos, uma vez que a Prefeitura inicialmente havia concedido as TPUs a esses trabalhadores por eles apresentarem dificuldades de aquisição do emprego.

Diante das inúmeras tentativas de retirada dos camelôs da rua, estes assumem formas de identificação que dialoguem diretamente com o poder público assumindo a categorização de ambulante, uma vez que este é o termo utilizado na Lei Orgânica do município de São Paulo e nos inúmeros Decretos Leis emitidos pelo poder público para regular o comércio de rua. Os trabalhadores enfrentaram a Prefeitura da cidade para garantirem suas TPUs e o direito de permanência no espaço público de modo legal. Suas organizações se deram por meio da ação de Sindicatos da categoria, e ONGs, como o Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos. As ações individuais eram mais restritas aos atos públicos contra os decretos do poder municipal e poucos eram aqueles que apareciam não estando ligados aos sindicatos da categoria. Além disso, o modo de atuação diante da tentativa de retirada era travado, principalmente, com ações no Ministério Público.

Não à toa, as falas constantes nessas manifestações eram referentes à desunião da categoria. Poucos trabalhadores da Rua 25 de Março apareciam, pois esperavam a chamada daqueles reconhecidos como seus líderes, os quais estão vinculados ao Sinpesp e a um Vereador da cidade que diz reconhecer apenas esse Sindicato como legítimo e que tem atuado em conjunto com os camelôs já há alguns anos.

Essa disputa de legitimação de representação dos Camelôs é muito comum, na medida em que existem vários sindicatos, mas uns buscam reconhecimentos acima dos demais. Alguns deles também se proclamam como a legítima entidade da categoria, o que provoca certas exclusões de determinados trabalhadores que não se enquadram no “perfil” traçado de seus sindicalizados. No caso do Sinpesp, apenas aqueles que têm permissão de uso em vias e logradouros públicos. Outros sindicatos são mais abertos aos trabalhadores que não possuem licença. As diferenciações entre alguns sindicatos e a própria ONG não se encerram apenas nas definições de perfis dos beneficiários, mas também de percepção do espaço urbano, na medida em que alguns advogam pelo fim da Operação Delegada e outros não. Não vou me ater às disputas sindicais, pois certamente isso seria objeto de uma única dissertação, entretanto, é importante pontuar tais disputas para perceber a complexidade de identificação e de conflitos em que estão envolvidos os trabalhadores da chamada economia informal.

Nesse sentido, as diversas identificações são demarcadas por meio de uma série de eventos ou de elementos simbólicos, diante de uma série de *situações* que se apresentam na rua.

Os trabalhadores que chamo de *camelôs de rua* se diferenciam dos demais, principalmente por serem eles o alvo da Polícia Militar, assim, buscam *astúcias* para driblar a fiscalização, subvertendo a ordem que lhes é imposta.

Mas aquilo que aparece como característica principal de toda atividade comercial da chamada economia informal, envolvendo todos os trabalhadores aqui pesquisados, é o fato de que existe um engendramento entre diversas *táticas e astúcias* que são colocadas como alternativas aos trabalhadores e também aos agentes do Estado. Desse modo, há o entrecruzamento das economias formais e informais, e a atuação nas margens da ilegalidade, permitindo a ampliação dos lucros e das possibilidades de trabalho.

Nessa reflexão sobre as diversas formas de percepção do trabalho é preciso pensar que ao mesmo tempo em que as identidades são constructos sociais elas parecem demonstrar um

descompasso entre as partes envolvidas e como esses confrontos ajudam a construir uma possível identidade para a própria Rua 25 de Março.

Cada um dos atores em cena possui um repertório e constrói uma visão de mundo a qual é compartilhada com seus pares, mas nem sempre com os considerados “outros”. O trabalhador vê a rua como um local de trabalho, ele interpreta as ruas por onde caminha a partir da possibilidade de obter sucesso em sua venda. Já o Policial Militar tende a compreender a região a partir dos projetos elaborados pelo poder público, onde o centro da cidade de São Paulo precisa ser “vivo” e livre das “impurezas” que “desvirtuem uma ordem social”.

O trabalho informal, assim como práticas ilegais utilizadas para viabilizar a venda e obter maior lucratividade, são acionados como forma de confrontação de uma ordem, que não é só opressora muitas vezes, mas também sustenta uma desigualdade social e econômica que se evidencia nos conflitos da rua entre os diversos atores posicionados hierarquicamente.

Os trabalhadores disputam espaços de atuação na sociedade, se utilizam das permissões do Estado e atuam nas suas margens para subverter uma mesma ordem que lhes foi imposta. Esses trabalhadores conhecem as leis, estão moralmente orientados, identificam o que é certo e o que é errado, o que se pode e o que se não pode fazer diante do que a sociedade espera de uma ação social.

Mas, mesmo assim, agem de modo que o Estado não espera, e o fazem porque existe a possibilidade e a opção de atuarem dessa maneira, o que acaba por subverter a ordem em determinados momentos, possibilitando que haja, em certo nível, a diminuição de uma desigualdade. Essa não pode ser compreendida apenas no âmbito econômico, isso porque a forma de atuação dos trabalhadores informais lhes garante uma vida financeira confortável. Quando falo em desigualdade estou, principalmente, referindo-me às hierarquias sociais que, muitas vezes, acabam por excluir socialmente esses atores, na medida em que eles sofrem preconceitos por estarem vinculados a uma imagem que juridicamente e socialmente se atrela à marginalidade e criminalidade.

Se o espaço da rua é gerido por meio de estratégias da ordem pública, onde uma forma de consumo do espaço urbano é imposta aos que por ali circulam, há um jeito variado de praticar a rua, com movimentos diferentes, entretanto, utilizando os elementos que são próprios daquele lugar. Esses trabalhadores

traçam “trajetórias indeterminadas”, aparentemente desprovidas de sentido porque não são coerentes com o espaço construído, inscrito, pré-fabricado onde se movimentam. Frases imprescindíveis num lugar ordenado pelas técnicas organizadoras de sistemas. Embora estejam enquadrados, as trilhas percorridas continuam heterogêneas aos sistemas onde se infiltram e onde esboçam *astúcias* de interesses e desejos diferentes (Certeau, 2009:91)

Nesse sentido, são eles próprios que vão tecendo os seus caminhos, trajetos e trajetórias, atribuindo sentidos às suas formas de trabalho, de organização social, e também do espaço urbano. A Rua, assim como o seu comércio, é antes de tudo uma mescla de elementos cognitivos, significativos, sinestésicos de diversas ordens que não só ajudam na percepção das *situações* mas também nas formas de *atuação* de cada ator para que o espaço seja produzido, percorrido e feito no entrecruzamento das diversas *estratégias, táticas e astúcias*.

A caminhada afirma, lança suspeita, arrisca, transgride, respeita etc., as trajetórias que ‘fala’. Todas as modalidades entram aí em jogo, mudando a cada passo, e repartidas em proporções, em sucessões, e com intensidade que variam conforme os momentos, os percursos, os caminhantes. Não seria portanto possível reduzi-las ao seu traçado gráfico (CERTEAU, 2009: 166)

Os diversos atores que frequentam a 25 de Março irão definir o seu espaço à medida que o praticam. O espaço é uma variável das negociações feitas, ora legal, ora informal. Aqueles que realizam suas vendas dentro de um local registrado e reconhecido pelo Estado brasileiro terão sua transação regulamentada, já os que comercializam no espaço da rua, onde não há registros (exceto os camelôs que possuem licença), estão no campo da informalidade ou para alguns, da “ilegalidade”.

Os trabalhadores dos mercados ditos informais são responsáveis também pelas constantes redefinições da rua, mas não as fazem sozinhos, pois os agentes responsáveis por manter uma ordem do Estado impedem a circulação desses atores em alguns momentos e em alguns espaços, ao mesmo tempo que permitem que os trabalhadores se reorganizem e pratiquem novos lugares, incorporando novos arranjos sociais. Ou seja, a gestão da ordem, que nem sempre é percebida da mesma forma nos diversos níveis do poder e pelos seus variados agentes (sejam a GCM, a PM, os fiscais da Prefeitura, ou mesmo as Leis em âmbito nacional e municipal) contribuem para as permissões, isso porque muitos desses também se utilizam de certas *táticas* na relação estabelecida com alguns trabalhadores, como por exemplo com o uso de Mercadorias Políticas (Misse: 2006), onde a atuação dos atores se dá na margem da ilegalidade.

Desse modo, constroem identidades em constante movimento, em intensa instabilidade e circularidade. A rua se modifica e se reconstrói a cada minuto, na medida em que a fiscalização ocorre de maneira diferenciada naquele local.

Pensar mercados e trabalhadores informais nos ajuda a compreender que a vida social é mais do que uma rede de classificações e atuações ordenada pelo Estado, pois os atores que compõem esses espaços são produtores de seus próprios trabalhos e fazem parte de uma complexa trama de comunicação entre os variados setores da economia, proporcionando o entrecruzamento do formal e informal, do legal e do ilegal, do vendedor e do consumidor.

O informal aparece como mais uma opção ao trabalhador que ele tem direito e não somente ao direito do trabalho, mas a outro tipo de atuação que também possa lhe proporcionar à boa vida estável financeiramente. A atuação nos setores informais é, antes de tudo, uma opção do trabalhador que prefere assim viver pelas vantagens que essas ações menos burocráticas lhes proporcionam: como fazer sua própria rotina de atuação na rua, pensar formas criativas para ampliar suas vendas, estabelecer sociabilidades com os demais ali presentes, participar das mudanças dinâmicas a que o espaço urbano está sujeito.

Esses trabalhadores assim o fazem, não somente porque desejam e conseguem atuar mediante *táticas e astúcias*, mas porque existe um campo de possibilidades de interpretações das leis que regem a nossa vida social, especificamente esses mercados. Ademais, as permissões são elementos constitutivos desse tipo de mercados e também ajudam na sua difusão, mesmo que suas atuações sejam nas margens do ilegal, até mesmo porque são os próprios agentes estatais outros responsáveis pelas suas possibilidades de existência.

Estudar as formas de organização de trabalho da Rua 25 de Março não foi uma tarefa fácil, isso porque precisei desconstruir a minha maneira de olhar para a rua, para os trabalhadores e também para os agentes do Estado, o que não é algo simples de se fazer. Não tive a intenção de esgotar toda a complexidade da rua, o que seria impossível, pois a rua se modifica e se reconstrói e novas *situações* são encenadas todos os dias nesse espaço. Entretanto, é possível compreender que não existe total acordo e nem desacordo nesse mundo regulado não só pela ordem, mas também pelos atores comuns que fazem e refazem suas trajetórias, protagonizando um espetáculo da vida cotidiana de cada um, desse comércio, e de formas de trabalho que compõem e complexificam a nossa vida social, nem que para isso seja necessário atuar na informalidade e nas margens do ilegal.

BIBLIOGRAFIA

ANDALDÚA, Gloria. *The homeland, Aztlán. El otro México. Borderlands/ La frontera: The new Mestiza*. 3 ed. San Francisco, USA: Aunt Lute Books, 2007.

ARANTES, Antonio. *Política de Rua. Ação e encenação no espaço público* In *Paisagens Paulistanas, transformações do espaço público*. Campinas, Ed da Unicamp/ Imprensa Oficial SP, 2000.

_____ *A Guerra dos Lugares. Mapeando zonas de turbulência* In *Paisagens Paulistanas, transformações do espaço público*. Campinas, Ed da Unicamp/ Imprensa Oficial SP, 2000.

_____ *Desigualdade e Diferença. Cultura e cidadania em tempos de globalização* In *Paisagens Paulistanas, transformações do espaço público*. Campinas, Ed da Unicamp/ Imprensa Oficial SP, 2000.

ARRUTI, José Maurício. *MOCAMBO - Antropologia e História do processo de formação quilombola*. Bauru: Edusc-Anpocs, 2006.

BARTH, Frederik. “Os grupos étnicos e suas fronteiras”. In: *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.

BECKER, Howard. *Conferência “A Escola de Chicago”*. Mana, 177-188, Rio de Janeiro, 1996.

CALDEIRA, Teresa. *Cidade de Muros. Crime Segregação e Cidadania em São Paulo*. São Paulo, Ed 34/FAPESP, 2003.

CERTEAU, Michel. *A Invenção do Cotidiano. 1. Artes de Fazer*. Editora Vozes, Petrópolis, 2009.

DAS, Veena. *El Estado y Sus Margenes. Etnografías Comparadas*. Cuadernos de Antropología Social N°27, pp 19-52, 208. Universidade de Buenos Aires – ISSN: 0327-3776.

DECRETO Nº 42.600, de 11 de novembro de 2002

DECRETO Nº. 50.0994, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2009

DOUGLAS, Mary. *Pureza e Perigo*. Editora perspectiva, São Paulo:2010

DURKHEIM, Emile e MAUSS, Marcel. *Algumas formas primitivas de classificação*. IN: MAUSS, Marcel. *Ensaio de sociologia*. São Paulo, Perspectiva,1999

FRÚGOLI, Heitor. *Centralidade em São Paulo: trajetos, conflitos e negociações na metrópole*. São Paulo: EDUSP/Cortez/FAPESP, 2000.

GASTALDO, Édison. *Goffman e as relações de poder na vida cotidiana*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol 23 nº 68, p 149- 153, outubro de 2008.

GEERTZ, Clifford. *Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GOUDET, Mylene. *A informalidade: sistema persistente de criação de territórios na cidade de São Paulo*. Revista Cordis: Revista Eletrônica de História Social da Cidade, São Paulo, 2010.

GOFFMAN, Erving. *A Representação do Eu na vida cotidiana*. Editora Vozes, Petrópolis 2002.

HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. DP&A Editora, Rio de Janeiro, 2006.

_____ *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

HART, Keith. *Informal Income Opportunities and Urban Employment in Ghana*. The Journal of Modern African Studies, Vol 11 Nº 1 (Mar., 1973) pp 61-89.

_____ *Formal Bureaucracy and the Emergent Forms of the Informal Economy*. Research paper Nº 2005/11 United Nations University, 2005.

HIRATA, Daniel. *A produção das cidades securitárias: policia e política*. In: Le Monde Diplomatique.

HIRATA, Daniel Veloso. *Sobreviver na Adversidade: entre o Mercado e a Vida*. Tese de Doutorado em Sociologia. USP, São Paulo: 2010.

KORAICHO, Rose. *25 de Março. Memória da Rua dos Árabes. História da Rua 25 de Março, São Paulo do fim do século XIX ao início do século XXI*. São Paulo, Koema: 2004.

KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. Paz e Terra, Rio de Janeiro: 1994.

_____. *Escritos Urbanos*. São Paulo, Editora 34: 2009.

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

LEI N.º 11.039, DE 23 DE AGOSTO DE 1991. *Disciplina o exercício do comércio ou prestação de serviços ambulantes nas vias e logradouros públicos no Município de São Paulo*.

LEI 13866/04 | Lei nº 13866 DE 01 DE JULHO DE 2004 DE SÃO PAULO.

LEI Nº. 14.977 DE 11 DE SETEMBRO DE 2009 DE SÃO PAULO. *Cria a Gratificação por Desempenho de Atividade Delegada, nos termos que especifica, a ser paga aos Policiais Militares e Civis que exercem atividade municipal delegada ao Estado de São Paulo por meio de convênio celebrado com o Município de São Paulo*.

MAFRA, Patrícia Delgado. *A “Pista” e o “Camelódromo”. Camelôs no centro do Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado, Museu Nacional. Rio de Janeiro, 2005

_____. *Camelôs Cariocas*. In: Velho, Gilberto (Org.) Rio de Janeiro: Cultura, política e conflito. Zahar: Rio de Janeiro, 2008.

MISSE, Michel. *Crime e violência no Brasil contemporâneo*. Lúmen Juris, Rio de Janeiro: 2006.

MISSE, Michel. “As ligações perigosas: mercado informal, ilegal e narcotráfico e violência no Rio de Janeiro”, em Crime e violência no Brasil contemporâneo. Estudos de sociologia do crime e da violência urbana. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2006, pp. 179-210.

MONTERO, Paula. *Reflexões sobre uma Antropologia das Sociedades Complexas*. Revista de Antropologia. São Paulo, USP, N°34, 1991.

NORONHA, Eduardo. “*Informal*”, *Ilegal, Injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil*. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 18 n°18, outubro de 2003.

OLIVEIRA, Francisco. *Crítica à razão dualista*. Boitempo, São Paulo: 2003.

PARK, Robert E. *A Cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano*. In: VELHO, Otávio G. (Org.). O Fenômeno Urbano em Questão. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. *China-Paraguai-Brasil uma rota para pensar a economia informal*. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 23 n°67, junho 2008.

PINTO, Maria Inez Machado Borges. *Cotidiano e Sobrevivência*. Edusp/ Fapesp: São Paulo, 1994.

PIRES, Lenin. *Arreglar não é pedir arrego*. Tese de doutoramento em Antropologia Social. Universidade Federal Fluminense, Niterói: 2010.

_____ *Esculhamba, mas não Esculacha*. Uma etnografia dos usos dos trens da Central do Brasil. Editora da UFF, Niterói:2011.

RABOSSI, Fernando. *Nas Ruas da Ciudad del Este: vidas e vendas num mercado fronteira*. Tese de doutorado em Antropologia Social. Museu Nacional, Rio de Janeiro, 2004.

_____ Los caminos de la informalidad. In: XXVII International Congress of the Latin American Studies Association, 2007, Montreal. After the Washington Consensus: Collaborative Scholarship for a New América, 2007.

RIBEIRO, Gustavo Lins. *El sistema mundial no-hegemónico y la globalización popular*. Série Antropologia, Brasília: 2007. ISSN 19809867

RUGGIERO, Vincenzo e SOUTH, Nigel. The late city as a bazaar: drug markets, illegal enterprise and the barricades. *The British Journal of Sociology*, vol. 48, nº 1, 1997, pp. 54-70.

SAHLINS, Peter. *Repensando boundaries*. GRIMSOM, Alejandro (org.). *Fronteras, naciones e identidades: la periferia como centro*. Buenos Aires: CICCUS, 2000

SECOM. Prefeitura e Ministério da Justiça assinam convênio para reforçar combate ao comércio ilegal 1/12/09 <SITE>

SIMMEL, Georg. *A metrópole e a vida mental*. In: VELHO, Otávio (org.). Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 1979.

TELLES, Vera da Silva. *Ilegalismos Urbanos e a Cidade*. Novos estudos - CEBRAP no.84 São Paulo 2009.

_____ Mutações do Trabalho e Experiência Urbana

TOLOSANA, Carmelo Lisón. *Antropologia de la frontera. Las máscaras de la identidad: claves antropológicas*. Barcelona: Editorial Ariel, 1997.

VELHO, Gilberto. *Goffman, mal-entendidos e riscos interacionais*. Revista Brasileira de Ciências Sociais – Vol 25, Nº 68, 2008.

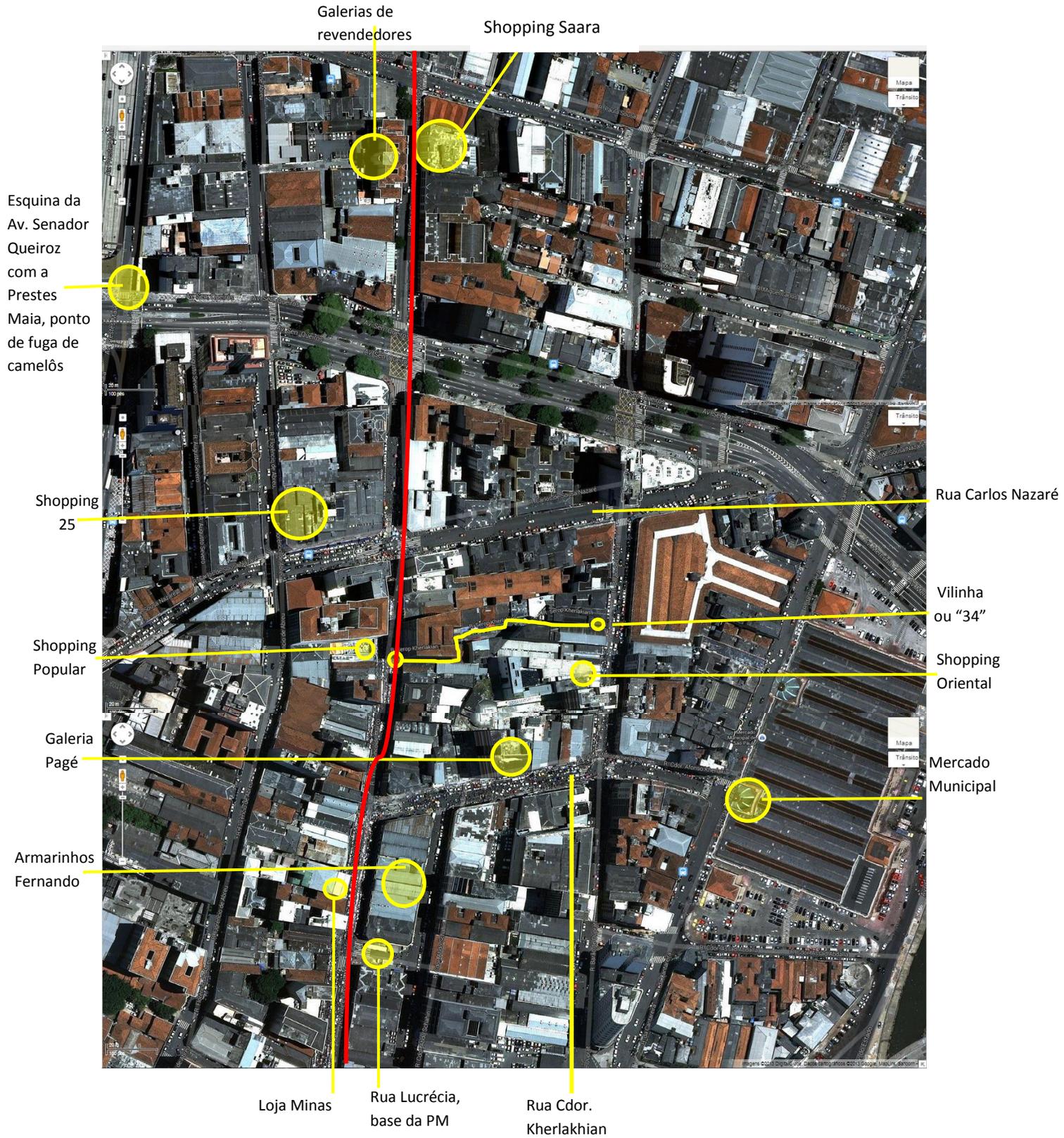
VILA, Pablo. *La teoría de la frontera version norteamericana. Una crítica desde la etnografía. Fronteras, naciones e identidades: la periferia como centro*. Buenos Aires: CICCUS, 2000

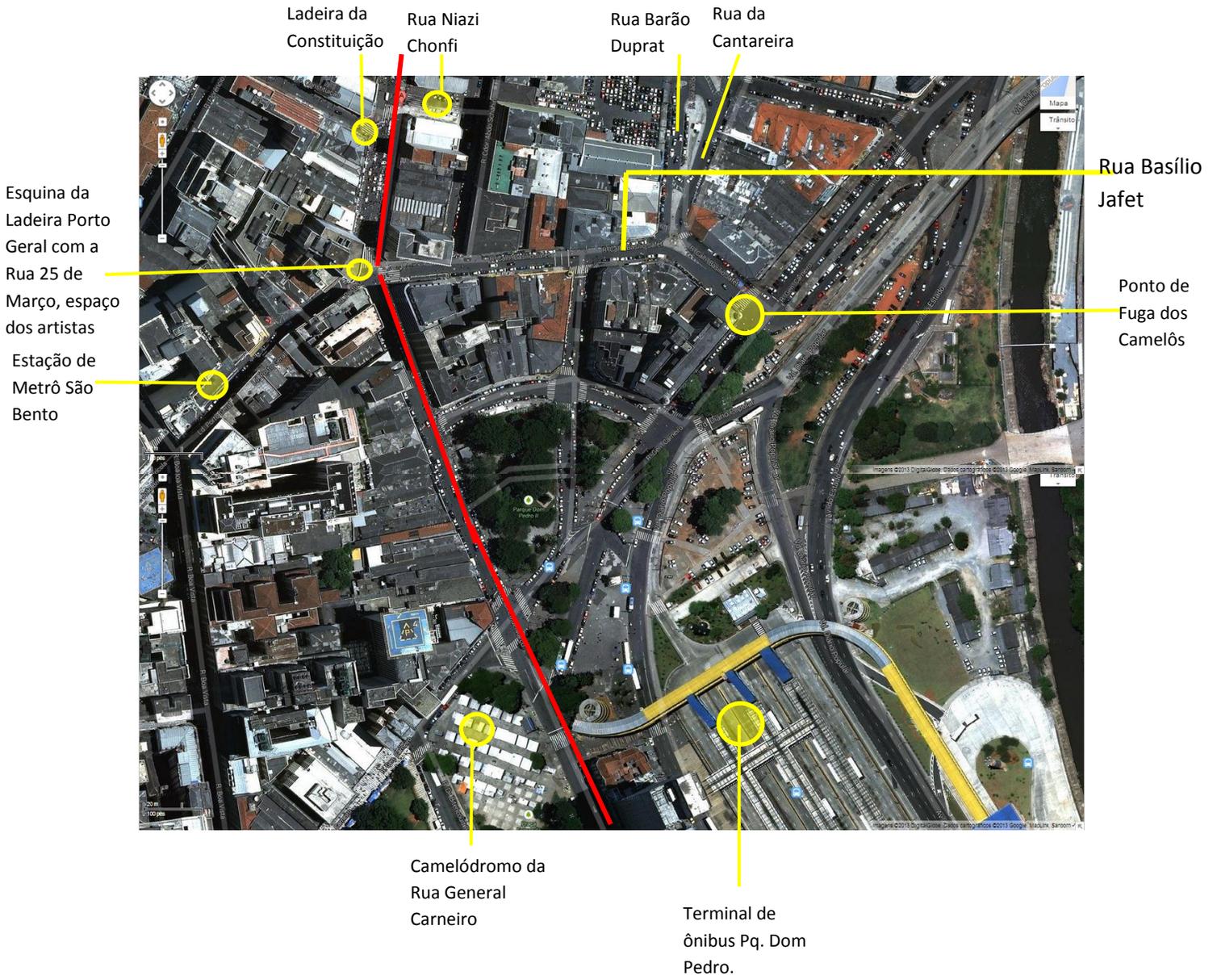
WEBER, Max. *Tipos de Dominação*. In: COHN, Gabriel (org.) *Weber*. São Paulo: Ática (Coleção Grandes Cientistas Sociais, 13).

ZUKHIN, Sharon. *Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder*. In O Espaço da Diferença, org. Antonio Arantes. Campinas: Papirus, 2000.

ANEXO

COMPLEXO COMERCIAL DA RUA 25 DE MARÇO





— Rua 25 de Março